

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

WENDELL TELES DE LIMA

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: AS CONCEPÇÕES SOBRE A
DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAZONAS; UM VELHO E
NOVO DEBATE**

**PORTO VELHO – RO
2008**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

WENDELL TELES DE LIMA

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: AS CONCEPÇÕES SOBRE A
DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAZONAS; UM VELHO E
NOVO DEBATE**

Dissertação apresentada como requisito avaliativo para obtenção do título de Mestre em Gestão do Território, no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob orientação do Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral.

Área de Concentração: Amazônia e Política de Gestão Territorial.

**PORTO VELHO – RO
2008**

**Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR**

L7324i LIMA, Wendell Teles de.

Ideologias geográficas: As concepções sobre a Divisão Territorial do Estado do Amazonas; um Velho e Novo Debate. Wendell Teles de Lima, Orientador Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral. Porto Velho, 2008.
162 f.

Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia para obtenção do título de Mestre em Geografia..

Área de Concentração: Amazônia e Política de Gestão Territorial - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia Núcleo de Ciências e Tecnologias - NCT.

1. Política Territorial – Amazonas I. Título

CDU: 321.013 (811.3)

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO AUTOR.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Orientador

Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes
Examinador

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Examinador

Dedicatória

Dedico a realização deste trabalho em especial ao professor Josué e à professora Gracinha, responsáveis pela bolsa obtida junto a Capes, sem a qual eu não estaria concluindo este mestrado. Obrigado pelo apoio e confiança.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela oportunidade a mim concedida.

Ao professor Januário, meu orientador, pelos incentivos e correções do trabalho de dissertação, que com seu exemplo e experiência, ajudou-me a compreender a importância de buscar uma formação constante para um desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradecimentos

Aos meus pais que me incentivaram para a leitura, a escrita e a pesquisa, orientando-me para a responsabilidade frente às minhas escolhas.

A todos os amigos e familiares com quem tive a oportunidade de conviver e, através deles, aprender que o mais importante da vida é estar sempre buscando um contínuo aprendizado.

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

Haesbart (2005, p. p. 87)

RESUMO

Atualmente, as várias propostas de políticos brasileiros que pleitearam a divisão do Amazonas através de Projetos de Decreto Legislativo estão em tramitação no Senado Federal. Sendo assim, a proposta do estudo é identificar as proposições dos pareceres apresentados que buscam uma nova reorientação espacial e geográfica para o estado do Amazonas efetivado por alguns senadores brasileiros. A metodologia do estudo está pautada no método histórico e dialético, cuja base de análise é o processo discursivo que dimensiona os pressupostos sobre os aspectos qualitativos e ideológicos referentes ao discurso político sobre divisão do Estado do Amazonas. As propostas dos discursos políticos de agentes que apresentaram Projetos Legislativos dimensionam a questão do ordenamento territorial, sendo consideradas as concepções geopolíticas acerca da ocupação do espaço de grandes municípios existentes no estado do Amazonas. Os discursos políticos apresentados são apontados por dissidentes no Senado Federal como uma articulação dos parlamentares federais do Amazonas que não correspondem às concepções políticas em nível de congresso nacional. Justifica-se a realização deste estudo com base na concepção de que a organização espacial tem profundos enraizamentos nas ideologias subjacentes ao poder que emana da criação de novos territórios e estados, sob vários aspectos: segurança nacional, desenvolvimento local e regional, melhoria das estruturas e perfis demográficos no favorecimento de condições para fatores migratórios. Portanto, a criação de novos territórios e estados se constitui na produção de novo espaço geográfico, produto da ação política. Os resultados elencados demonstraram que as justificativas apresentadas são consideradas oportunistas, ideológicas e carregadas de interesses politiquieiros, no entanto, poderão ocorrer em longo prazo, ações que estimulem as políticas de desenvolvimento para a região com base em conhecimentos de sua heterogeneidade cultural, produtiva e geográfica que estimulem a elaboração de novos planejamentos e ações políticas que possam justificar plenamente a necessidade de dividir o Estado do Amazonas.

Palavras-chave: Divisão, Amazonas, territórios, Estados, Ordenamento Territorial

RESUMEN

Actualmente, las diversas propuestas políticas para los brasileños que pleitearon la división del Amazonas a través del Decreto Legislativo proyectos están en curso en el Senado. Por lo tanto, la propuesta del estudio es identificar las propuestas de los dictámenes presentados la búsqueda de una reorientación y el espacio geográfico del estado de Amazonas eficaz por parte de algunos senadores brasileños. La metodología del estudio se basa en el histórico y método dialéctico, que es la base del proceso de análisis discursivo que las escalas de los supuestos en los aspectos cualitativos en relación con la ideología y el discurso político sobre la división del estado de Amazonas. Las propuestas de los discursos políticos de los agentes que había proyectos legislativos dimensionan la cuestión de la tierra y es considerado el concepciones geopolíticas sobre la ocupación de la zona de los grandes municipios existentes en el estado de Amazonas. Los discursos políticos realizados por los disidentes se señaló en el Senado como una articulación de la Amazonía parlamentarias federales que no se corresponde con el nivel de diseño de políticas en congreso nacional. Es la realización de este estudio basado en la idea de que la organización espacial ha esquejes con raíces profundas en las ideologías subyacentes a la energía que proviene de la creación de nuevos territorios y estados, en varios aspectos: la seguridad nacional, desarrollo local y regional, el mejoramiento de la infraestructura y perfiles demográficos a favor de las condiciones de factores migratorios. Por lo tanto, la creación de nuevos estados y territorios donde se encuentra la producción de nuevo espacio geográfico, el producto de la acción política. Los resultados mostraron que se enumeran las razones aducidas se consideran oportunistas, cargado de ideología y los intereses políticos, sin embargo, puede ocurrir a largo plazo las acciones para estimular el desarrollo de políticas para la región sobre la base de su conocimiento de la diversidad cultural, productiva y geográfica para estimular el desarrollo de nuevas políticas de planificación y las acciones que puede justificar plenamente la necesidad de dividir el estado de Amazonas.

Palabras clave: División, Amazonas, territorios, estados, la tierra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 AS DIMENSÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DA EXPANSÃO TERRITORIAL E A CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS E ESTADOS	20
1.1 Uma contextualização da expansão territorial do Amazonas	20
1.2 A produção do espaço geográfico amazônico: os mitos e o imaginário social	24
1.3 Geopolítica e atuação brasileira no espaço geográfico.....	28
1.4 ideologias geográficas e discursos políticos na formação do território brasileiro	30
1.5 Aspectos gerais da região Amazônica	33
2 IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: OS DISCURSOS POLÍTICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	40
2.1 Conceitos de ideologia	40
2.2 As materialidades dos discursos geográficos com as propostas de divisão do Estado do Amazonas	42
2.3 os discursos ideológicos que justificam na atualidade a divisão do Estado do Amazonas	46
2.3.1 O discurso da extensão territorial em relação à baixa densidade demográfica	46
2.3.2 O discurso da Segurança Nacional da fronteira.....	55
2.3.3 O discurso do desenvolvimento local e regional..	62
2.3.4 O discurso político da proteção contra a biopirataria, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável que justifica a divisão do Estado do Amazonas	65
3 A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PNOT.....	73
3.1 Bases atuais das discussões teóricas sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)	73
3.1.1 Objetivos para a criação de uma política de ordenamento territorial.....	76
3.1.2 Ordenamento Territorial e a Sustentabilidade.....	78
3.1.3 Experiências Nacionais e Internacionais	80
3.1.4 As terras de responsabilidade e gestão federal	81
3.1.5 Logística e ordenamento do território.....	81
3.1.6 Mecanismos e dispositivos legais e efetivos em vigor sobre ordenamento territorial.....	82
3.1.7 Contexto institucional e legal.....	84
4 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA	114

4.1 Território	114
4.2 Territorialidade	119
4.3 A nova fronteira econômica e produção territorial	123
4.4 A nova fronteira e a produção territorial.....	134
4.5 As Concepções ideológicas geográficas na construção de novas unidades administrativas no Amazonas.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 01 – Divisão Territorial no Período Colonial.....	27
Figura nº 02 – Propostas de criação de territórios no Amazonas.....	54
Figura nº 03 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Amazonas.....	60
Figura nº 04 – Propostas de criação de Estados no Brasil.....	108
Figura nº 05 – Proposta de Criação de Territórios Federais.....	113
Figura nº 06 – Reservas florestais.....	115
Figura nº 07 – Processo de ocupação da fronteira (Frente Pioneira).....	126
Figura 08 - Projeto Calha Norte.....	137
Figura 09 - Mapa Político do Brasil.....	146

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 725/00	110
Quadro 02 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 495/00	111
Quadro 03 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 584/00	111

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Evolução do PIB da Amazônia.....	105
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAINDR - Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
E.U.A - Estados Unidos da América
FCO - Fundos Constitucionais de Financiamento para o Centro-Oeste
FDA - Fundos de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundos de desenvolvimento do Nordeste
FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento para o Norte
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resulta de uma reflexão dos discursos de agentes políticos que se posicionam a respeito da divisão do Estado do Amazonas em Projetos Legislativos, onde se recorreu às propostas encaminhadas para votação no Senado Federal, manifestos e depoimentos que caracterizam esse interesse delimitado ao Estado do Amazonas, cujos fragmentos foram coletados em revistas, sites, entrevistas, blogs e da seção especial dos fóruns discursivos do governo federal que o cidadão tem acesso na internet.

Nesse sentido, o estudo busca uma interpretação para uma leitura crítica e perspicaz do tema sob o ponto de político-ideológica do discurso que expressam as justificativas para a divisão territorial.

O estudo penetrou no conceito de ideologia para buscar a percepção da questão resultante desta problemática, no que é tocante à pesquisa histórica, que envolve uma investigação crítica de fatos, desenvolvimentos e experiências do passado, com cuidadosa interpretação dos fatos históricos sobre os mecanismos que envolvem o território e seu ordenamento. (MARTINS, 2001).

Portanto, a autora Marilena Chauí foi escolhida por ter desenvolvido um trabalho específico acerca do pilar do trabalho proposto: a ideologia. Propõe-se no início do trabalho a discussão tocante à esfera da ideologia, de seus fundamentos, sólidos ou não. As argumentações citadas no trabalho são fragmentos de discursos proferidos por senadores e deputados sobre a divisão do Amazonas.

Atualmente as várias propostas de políticos brasileiros que pleitearam a divisão do Amazonas através de Projetos de Decreto Legislativo estão em tramitação no Senado Federal. Assim, a proposta do estudo é identificar as proposições dos pareceres apresentados que buscam uma nova reorientação espacial e geográfica para o estado do Amazonas efetivado por alguns senadores brasileiros.

A metodologia do estudo está pautada no método histórico e dialético, cuja base de análise é processo discursivo que dimensiona os pressupostos sobre os aspectos qualitativos e ideológicos referentes ao discurso político sobre divisão do Estado do Amazonas.

Conforme Barros (2003, p. 53) “o método dialético permite a análise do desenvolvimento das coisas, do seu movimento, tendências e contradições”. Neste aspecto, permite uma completa investigação dentro de um fenômeno de caráter ideológico. O método histórico consiste em investigar os acontecimentos a partir de suas raízes para compreender sua natureza e função. Assim, o estudo exigirá um estudo histórico sobre a questão das redefinições de territorialidades no Estado do Amazonas.

Na perspectiva desse estudo o arcabouço metodológico é relevante para a devida consideração dos meios de compreensão dos processos históricos ocorridos e sua relação com ideologia.

Assim, são importantes o método e a ideologia. Desta forma, inicialmente será procurado explanar a questão inerente ao sistema de idéias. As considerações realizadas acerca da influência das ideologias geográficas na questão do território se dão através de autores como Ratzel (1990) Raffestin (1993), entre outros.

O método histórico favoreceu o desenvolvimento desse estudo na medida em que permitiu as condições de apreender através dos discursos políticos o sentido e o encadeamento geral e, especificamente, os interesses políticos, as articulações e oposições postulados em seus diversos contextos ideológicos. Portanto, exige uma análise de sentido e materialidade do discurso geográfico dos projetos que tramitam no Senado Federal acerca da proposta da divisão do Amazonas.

Neste sentido, existem muitas motivações para a realização desse estudo, que está na ordem dos discursos mais atuais e polêmicos, dos quais emergem os argumentos prós e contras, interesses políticos e rivalidades, além de aspectos de grande complexidade envolvendo questões ambientais, sociais, geopolíticas, geográficas e de segurança nacional.

Ao mesmo tempo em que se produzem dúvidas a respeito da viabilidade econômica dessas divisões territoriais, há consensos e apelos quanto às propostas de criação dos novos territórios ou estados no processo de ordenamento territorial, assim como as conjecturas político-econômicas derivadas da implementação de uma divisão do estado do Amazonas.

O estudo bibliográfico centrou-se nas contribuições teóricas de vários autores como Almeida (1991); Andrade (1999); Arrigh (1996) Becker (1988/1998/1990); Câmara (2005); Castro (1993); Cavagnari Filho (2007); Chauí (1978); Dutra (1999); Espíndola (2006); Fernandes (2005); Haesbart (2007); Milton Santos (2006); Magnoli

(1997); Nogueira (2001); Noronha (2003) e outros autores que realizaram artigos, dissertações e teses sobre a geopolítica das redefinições territoriais envolvendo o estado do Amazonas. Conforme Martins (2001, p. 28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado”.

A pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo, segundo Martins (2000, p, 30) “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto coma finalidade formular problemas e hipóteses”. O estudo tem base descritiva das características apresentadas pelos vários autores sobre os discursos e suas materialidades acerca das estratégias políticas de redefinição do espaço geográfico no estado do Amazonas.

Esse tema não é recente, vindo à tona sempre que mudanças político-econômicas tornam possível fazer as considerações sobre uma nova divisão. A revisão geopolítica da Amazônia está na pauta de prioridades de grande parte dos novos deputados federais eleitos para exercer mandato de 2007 a 2010, além de estarem em um momento especial nos debates ardorosos, diante das recém-implantadas: Políticas de Ordenamento Territorial – PNOT, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano de Aceleração do Desenvolvimento – PAC.

Neste sentido, o PNOT tem uma orientação econômico-ambiental que coloca o território como categoria de base, a partir de estratégias de reformulação que implicam em planejamentos dos padrões de desenvolvimento, assim como o estabelecimento dos princípios, diretrizes e instrumentos capazes de produzir as mudanças para se promover o crescimento sustentável.

No âmbito do governo federal, várias ações de planejamento e gestão estão se estruturando, tendo por foco potencial o combate às desigualdades regionais, buscando aproximação ao território e seus novos arranjos produtivos, ao incentivo aos sistemas locais de inovação e aos empreendimentos exportadores. São ações que lançam olhares distintos sobre o estado do Amazonas e sua divisão territorial como estratégia para o desenvolvimento local e regional, com desdobramentos que abrangem dimensões ideológicas e de poder político em relação aos poderes locais dos municípios.

As novas políticas que estão em processo de gestação se juntam às propostas de criação das novas Agências Regionais de Desenvolvimento (Sudam, Sudene e Sudeco), a reorientação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), os planos e programas de desenvolvimento regional e demais instrumentos e mecanismos de apoio à sua implementação que criam grandes perspectivas político-econômicas para a Amazônia Brasileira.

Propostas dos discursos políticos de agentes que apresentaram Projetos Legislativos dimensionam a questão do ordenamento territorial, sendo consideradas as concepções geopolíticas acerca da ocupação do espaço de grandes municípios existentes no estado do Amazonas.

Dificuldades de consenso quanto à divisão e um novo reordenamento territorial são a prova cabal do reconhecimento das implicações sobre essa intervenção que dependerá de competências articuladas entre as esferas de governo; mecanismos de participação pública; modelos econômicos compatíveis com a cultura local; os instrumentos cabíveis para cada esfera de governo e a assessoria para a aprendizagem da auto-sustentabilidade das comunidades.

O ordenamento territorial se constitui em instrumento de ação para o planejamento de áreas urbanas dos municípios, tratando-se do plano de desenvolvimento e expansão urbana. Nesse entendimento mais amplo, baseado no conceito de “ordenamento territorial”, sustenta-se a otimização de investimentos em infra-estrutura econômica e social.

Os discursos políticos apresentados são apontados por dissidentes no Senado Federal como uma articulação dos parlamentares federais do Amazonas que não correspondem às concepções políticas em nível de congresso nacional. A divisão territorial é necessária? Autores como Eron Bezerra (2000) e parlamentares do Senado Federal consideram a proposta inviável, tanto pela escassez de recursos federais destinados a investimentos como pelas limitações desse mecanismo enquanto fator de desenvolvimento regional.

Neste sentido, o ordenamento é uma fonte de organização do Território principalmente na questão ambiental. Como a prática de uma divisão territorial do estado Amazonas é justificada pelos políticos frente ao novo ordenamento?

As divergentes opiniões entre políticos sobre as pretensões de divisão reiteraram a necessidade da instituição de criar uma comissão especial para

analisar os Projetos Legislativos que pleiteavam a realização de plebiscito no estado para consultar a população antes de sua implantação.

A criação da Comissão de Assuntos Territoriais foi criada para discutir a questão do ordenamento territorial como força de dispositivo constitucional em 1988. A Constituição estabelece a abertura para a implementação de novos estados da Federação, seja através da fragmentação ou desmembramento de estados existentes, elevação de territórios a estado ou transformação de regiões em territórios, permitindo novos ordenamentos espaciais.

No processo decisório relativo à divisão do Amazonas, existem muitos interesses em jogo, atores políticos que participam das deliberações com maior ou menor capacidade de influenciar com discursos as lideranças políticas locais, indivíduos que residem na localidade e, na maior parte dos Estados, os políticos buscam apoio para a realização de plebiscitos populares.

O ordenamento territorial tem favorecido a dimensão política para os interesses de políticos locais que pleiteiam recursos fiscais e maior representatividade política com a divisão do Amazonas.

Em 2000 começaram os movimentos políticos nos estados e o momento propício para a entrega dos projetos na Câmara dos Deputados com a finalidade de passar por debates e estudos para a criação de estratégias de aprovação do plebiscito nos estados (Pará, Rio de Janeiro, Amazonas e outros) em que os representantes estão pleiteando divisões territoriais envolvendo várias regiões brasileiras que têm pretensões seculares à autonomia política. As propostas de divisão territorial vêm encontrando grande aceitação dos governos estaduais e de políticos que pleiteiam a aprovação de seus projetos legislativos para a realização de plebiscito.

No caso do estado do Amazonas, o processo de ordenamento territorial fomenta os interesses da classe política local, que luta pela transformação de suas regiões em novas unidades federativas, a partir do desmembramento e/ou fragmentação de estados já existentes.

O propósito, a disposição e o fato encorajador para a realização deste estudo concretizaram o meu interesse pela formação de novos eixos estruturadores sobre o território sob a visão econômica que envolve os processos de apropriação dos espaços e de seus discursos que são formados com base em ideologias

geográficas¹ que estão presentes no estudo das ações de incorporação e criação de novos espaços geográficos, como territórios e novos estados.

Justifica-se a realização deste estudo com base na concepção de que a organização espacial tem profundos enraizamentos nas ideologias subjacentes ao poder que emana da criação de novos territórios e estados, sob vários aspectos: segurança nacional, desenvolvimento local e regional, melhoria das estruturas e perfis demográficos no favorecimento de condições para fatores migratórios. Portanto, a criação de novos territórios e estados se constitui na produção de um novo espaço geográfico, produto da ação política.

A contribuição esperada com a realização deste estudo é uma reflexão crítica sobre a divisão do Estado do Amazonas, de forma que seja possível analisar a sua importância no contexto das políticas atuais que geram mudanças sociais, políticas e econômicas para a sociedade.

¹O termo “ideologias geográficas” designa os discursos que dimensionam as políticas de redefinição geográfica de espaços regionais, onde se perpetuam as ideologias na questão da organização espacial caracterizadas por discursos de natureza econômica, social, cultural e política. Magnoli (1997, p. 31).

1 AS DIMENSÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DA EXPANSÃO TERRITORIAL E A CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS E ESTADOS

1.1 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPANSÃO TERRITORIAL DO AMAZONAS

O território brasileiro vem sofrendo alterações geopolíticas desde o período colonial, cujas medidas foram tomadas e motivadas por vários fatores político-administrativos, econômicos e geoestratégicos. Portanto, a divisão territorial do Brasil não é um fenômeno novo e sempre se reproduz em determinados períodos históricos com determinadas finalidades.

O tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha em 1492 se constituiu no primeiro marco de divisão territorial do espaço amazônico, como resultado direto das grandes navegações no final do século XV. A descoberta de novas terras pelas duas nações marítimas impôs a necessidade de um tratado de divisão assinalando os limites de território que permaneceu válido até 1750.

Na época, as dificuldades em determinar longitudes para demarcar e implantar na nova terra a precisão geográfica do tratado, conforme a raia meridiana estabelecida e o desconhecimento do continente recém-descoberto, não se procederam a uma precisa definição dos limites na América do Sul após o descobrimento. Esse fato favoreceu aos luso-brasileiros a expansão de seus territórios, ultrapassando os limites da linha de Tordesilhas.

À nação espanhola coube grande extensão de terras em toda a América, muitas vezes superior à portuguesa, incluindo todo o Amazonas, quase todo o Pará, Mato Grosso, quase a totalidade de Goiás, dois terços de São Paulo, parte de Minas Gerais, todo o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (REIS; 1993)

Os espanhóis se estabeleceram em definitivo nas terras da América Central, onde encontraram riquezas nas áreas que compreendem o México, o Peru e grande parte da América Andina. Com o abandono dos espanhóis pela Amazônia e o desinteresse no esforço de ocupá-la pela visão de resultados não compensadores, a ocupação portuguesa foi favorecida a explorar essa extensa área brasileira.

A ocupação e expansão territorial do Amazonas pelos portugueses ultrapassando os limites do Tratado de Tordesilhas se constituem na exploração de suas riquezas naturais, foi fundamental a exploração da terra na extração de especiarias vistas como verdadeiros tesouros à exportação, as drogas do sertão.

A União Ibérica (Portugal e Espanha) entre 1580 e 1640 favoreceu o domínio português na Amazônia, no sentido de ocupação do espaço, partiram para o estabelecimento de fortificações militares e missões religiosas, passando a se preocuparem com a defesa e a expansão territorial, organizando-se militarmente.

Durante esse período, o rei espanhol Felipe IV realizou as primeiras mudanças que representam um marco do ponto de vista do reordenamento político-institucional gerando uma visão de nova ordem espacial, ao separar o Brasil em dois governos administrativos, ficando a parte norte conhecida como Estado do Maranhão, com sede em São Luiz e incluindo os atuais estados do Amazonas e Pará. Neste mesmo ano, através de uma carta régia, foi criada a Capitania do Cabo do Norte (NORONHA, 2003).

Essa situação política de incorporação das nações portuguesa e espanhola favoreceu que o Estado do Amazonas, que pertenceu à Espanha, fosse conquistado e incorporado definitivamente ao território brasileiro pelos portugueses, nos séculos XVII e XVIII. Sob a perspectiva do reordenamento territorial, houve os esforços de concretizar medidas estratégicas para governar em grande extensão de terras. Assim, foram se firmando as ações mais concretas na ocupação do território amazonense já na segunda metade do século XVII.

Constata-se que se trata de início, no âmbito das mudanças efetivadas, da realização de uma ordem política e institucional para assegurar a ação de domínio sobre a terra e da implantação de uma organização territorial estruturada. A unidade política e territorial brasileira foi uma preocupação constante das elites políticas no período de formação do Estado no Brasil e continuou sendo em todo o período Republicano. A ex-colônia portuguesa superou o período de instabilidade e rebeliões, derrotando as forças centrífugas tendentes à fragmentação e conservou sua integridade territorial. O imenso território português na América não se esfacelou em várias repúblicas, como ocorreu com o território espanhol (MARTINS, 2001).

Na Amazônia foram-se criando os núcleos de povoamento de São José do Rio Negro ou São José da Barra, mais tarde Lugar da Barra. A presença portuguesa na Amazônia se deu através das expedições militares e missionárias.

Bezerra (2000) avalia que do período da União Ibérica, até a primeira metade do século XVIII, não haviam definido a que país pertencia legalmente às terras da região, embora os portugueses já tivessem se apropriado de grande parte delas. Era necessário que houvesse de fato uma redefinição de fronteiras entre as duas nações, quando Portugal recuperou sua autonomia política.

O Tratado de Madri (1750) assinado após muitos conflitos redefiniu a conjuntura da Amazônia, a partir do direito à posse da terra através do princípio Internacional do *uti possidetis*². Com esse tratado os portugueses ganharam a posse das terras por eles apropriadas.

Para concretizar a ampliação de seus domínios, os portugueses criaram em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém que representou uma forma de organização territorial. Isso implica, igualmente, a consideração do papel que o território desempenharia na organização do Brasil.

Afinal, a configuração territorial também representa o estabelecimento de uma organização política interna diante da dificuldade em administrar um território tão grande. Nessa época cogitou-se a divisão do grande estado, através da criação em 1755, da Capitania de São José do Rio Negro. O interesse da iniciativa representava uma organização territorial pautada na questão político-institucional de domínio e praticamente não se cogitava a idéia de desenvolvimento produtivo, mas de exploração das riquezas.

Atualmente novas perspectivas são geradas nesse rol de interesses dimensionados pela redefinição territorial do Estado do Amazonas, com a proposta de criação do Território Federal do Alto Rio Negro e Território Federal do Solimões. A visão de redefinição territorial possui uma forte dimensão na idéia de desenvolvimento regional e uma nova dimensão dos arranjos políticos.

Quando se analisa a história da ocupação amazônica, observa-se que sempre se fez presente de forma muito incisiva o componente geopolítico e a preocupação com a organização territorial tendo como base a autoridade do Estado.

² O termo usado em latim representa que a área pertence a quem a coloniza ou realmente a ocupa.

Oliveira (2003) demonstra que a idéia de divisão do Estado do Amazonas é algo que se mostra recorrente de concepções do período de colonização e organização territorial, tendo como exemplo o próprio surgimento da cidade de Manaus, insere-se neste processo de integração da região ao país. Desta forma, muitos foram os arranjos de organização territorial.

Portanto, durante o processo de organização do povoamento, o território amazônico pode ser visto com uma noção de espaço, embora esta idéia de território não se confunda com a de espaço, mas trata-se de um espaço que se organiza lentamente à custa de mecanismos diversos, a exemplo das medidas administrativas do período pombalino que instituiu uma organização com aparelhamento judiciário.

Nesse período, a noção de território engloba, pois, a noção de espaço na medida em que o território se constitui em um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, na qual se combinam e relacionam os elementos físicos e humanos. Esse processo conduz os atores sociais a organizar, administrar e apropriar-se do espaço (NORONHA, 2003).

A Amazônia era vista como uma área de especialização em uma atividade econômica extrativista com evidentes efeitos territoriais sentidos diretamente na organização político-institucional e seu caráter econômico. Tratava-se de um sistema produtivo convencional caracterizado pela exploração dos recursos da floresta.

A noção de território manifesta, explicitamente, a existência de uma organização social, política e econômica que organiza e ordena o espaço (FURIÓ BLASCO, 1994). No caso da organização espacial efetivada na Amazônia no século XVII e XVIII se manifesta claramente no espaço geográfico e nas condições efetivas de exploração de seus recursos. Seu caráter territorial é determinado pelo deslocamento de aventureiros, nativos e exploradores para satisfazer demandas do comércio. Certamente essas ações implicaram na existência de uma série de efeitos territoriais, como a criação de vilas e capitanias com organização político-administrativa.

A administração da capitania se realizou através de juntas governamentais com intervenção militar. Os representantes políticos amazonenses esperavam que a capitania se transformasse em província, como todas as outras. Mas ela

continuou na simples condição de Comarca do Alto Amazonas, sem autonomia, subordinada a Província do Grão-Pará.

Em 1850, foi criada a Província do Amazonas, com o nome de Manaus. A primeira década do período provincial foi marcada por questões ligadas a colonização do território, já que ainda havia risco de ocupações estrangeiras.

A partir da Proclamação da República, o Amazonas deixaria de ser uma província, como ocorreu com as outras, e passou a ser Estado do Amazonas.

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AMAZÔNICO: OS MITOS E O IMAGINÁRIO SOCIAL

Segundo Magnoli (1997) a construção do corpo da pátria brasileira está inserida em mitos que criaram uma imaginação espacial orientada por um desígnio geopolítico. Nesse sentido, a formação do imaginário geográfico se fundou em um mito territorial.

O primeiro processo de construção do imaginário geográfico é marcado pela idéia do Brasil como uma grande ilha (o mito da Ilha-Brasil) onde o território é visto como uma entidade natural, indivisa e isolada. O que se compreende que tenha produzido o imaginário foi a primeira visão do espaço territorial brasileiro por parte de aventureiros que desbravaram a Amazônia. Esse imaginário gerou a legitimação poderosa à vontade política expansionista da Coroa Portuguesa para ultrapassar os limites do Tratado de Tordesilhas, durante o empreendimento colonial.

Conforme Cortesão (1956, p 153):

A Ilha-Brasil teria operado na construção de uma razão geográfica de Estado e na definição de um imperativo geopolítico para os três primeiros séculos da formação territorial do Brasil. O Meridiano de Tordesilhas, do ponto de vista histórico, representava uma partilha prévia ao empreendimento colonial do ponto de vista da sua lógica geográfica, representava uma abstração assentada na ignorância do território do Novo Mundo.

Assim, compreende-se que a razão geográfica de Estado elaborada a partir do mito da Ilha-Brasil era portadora, da idéia de um espaço geográfico mais unificado, a partir da lógica natural de sua delimitação através dos cursos dos rios.

Portanto, identifica-se a existência de uma já produzida realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses, cuja visão ideológica coloca a concepção de busca de unicidade do território como dádiva e destino.

O imaginário dos viajantes sobre o rio Amazonas como imenso lago existente no íntimo do continente passou a ser ponto de mitos ibéricos durante a conquista da América. Neste sentido, o imaginário geográfico favoreceu o desejo de exploração dos aventureiros na busca de riquezas.

A imaginação geográfica gerou uma operação geopolítica e simbólica levada a cabo pelo expansionismo colonial português que influenciaram profundamente as relações com a formação territorial do Estado brasileiro, cujo mito tem sua origem no Estado Nacional Europeu.

Ribeiro (1995) demonstra como se projetaram a construção mitológica de forma direta, contribuindo para a persistência da ideologia identitária: a influência que exerceram no traçado geográfico brasileiro tem forte apelo na Região Amazônica como desembocadura da Região do Prata.

Conforme Magnoli (1997, p. 50), a tendência portuguesa de deslocar a embocadura do Rio da Prata para o oriente, bem conhecida e associada ao projeto de controle sobre o estuário, já se manifestava, com toda a nitidez, em meados do século XVI. Assim, criando-se “o mito como interpretação da soberania³ territorial do Estado português na América”.

A expansão colonialista portuguesa no Brasil representou uma geopolítica. Portanto, desde o período colonial, as elites ajudaram a formar a ideologia da expansão territorial e a delimitação das fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas. Assim, existiam interesses tanto geográfico como geopolítico, para a formulação de uma política nacional que teve como objetivo afastar o separatismo e o fracionamento do território nacional.

No século XVIII até início do século XX, a política nacional buscou delimitar melhor as suas fronteiras, resolvendo, por arbitragem internacional ou por tratados diretos as questões de limites com os países vizinhos resolvidos ou com diplomacia ou guerra. Desta forma, o espaço amazônico passou a fazer parte integrante do

³ Soberania é o direito de um Estado tomar suas decisões sobre, e exclusivamente sobre seu território, e ser assim respeitado internacionalmente. A soberania é atributo de um governo, cujas decisões devem ser de imediato respeitadas pela comunidade internacional.

expansionismo português em um processo de produção do território que consistiu num processo histórico original. O desbravamento e a conquista do Amazonas foi favorecido por situações políticas, uma vez que as possessões sul-americanas estavam sob domínio conjunto da União Ibérica desde 1580.

Ao término da União Ibérica (1640) a soberania lusitana estava garantida no Pará, porquanto os espanhóis haviam delegado aos portugueses a tarefa de ocupação do vale amazônico que serviria de marco nas discussões de limites no Tratado de Madri (1750).

O domínio do território ocorreu com o ponto de partida situado na colonização européia, que norteou os produtos de uma unidade geográfica, econômica e humana, e representavam uma força poderosa de agregação política pela fundação colonial dos portugueses, tendo como foco o bandeirismo oficial e espontâneo (MAGNOLI, 1997).

Segundo, o mesmo autor, o marco das explorações amazônicas oficiais, e a epopéia bandeirante forjaram o imaginário geográfico sobre o vasto território brasileiro como vanguarda do poder colonial, através da expansão geográfica. Nesse sentido, a ideologia geográfica se realizou a partir de estratégias expansionistas da soberania lusitana e da difusão territorial de uma nova soberania brasileira. Constata-se nesse contexto que o discurso sobre o bandeirismo tende a mascarar o papel desempenhado pela União Ibérica na expansão luso-brasileira.

Assim, pode-se afirmar que ainda existe um imaginário geográfico imposto pela magnitude de suas riquezas e do ponto de vista do poder do Estado, talvez um território ainda a ser ocupado, uma fronteira ainda a ser protegida e uma região a ser desenvolvida. Contudo, foi exatamente em função do Estado que este imenso território, que dependendo da fronteira que se queira utilizar, Amazônia Legal ou Região Norte, ocupa praticamente metade do Brasil, que passou a abrigar distinções internas pondo em questão a sua unidade, tornando difícil um discurso e políticas homogêneas em meio à sua complexa heterogeneidade com seus lugares que se diferenciam, além da natureza, a partir da combinação de seus diversos atores sociais que dão origem às territorialidades dentro de um amplo significado diante da natureza existente.

Figura nº 01 – Divisão Territorial no Período Colonial



Fonte: <http://www.arikah.net>

Nogueira (2001) considera que o sentido da necessidade de divisão do território estaria de algum modo relacionado com as facetas distintas da região que produziram diferenciações regionais, distribuição diferenciada da população e diferentes formas de organizações sociais. Para os agentes políticos este recorte espacial é necessário para o desenvolvimento de ações cujo fim é manter a sua estrutura produtiva e social, a partir do instrumento de ordenamento territorial definido pelo Estado.

Portanto, o estado do Amazonas possui um caráter singular em sua configuração territorial que abriga recursos naturais ou criados, sendo determinante nas ações do Estado que define suas políticas territoriais, cuja definição possui concepções de político-econômicas enquanto território, espaço físico.

1.3 GEOPOLÍTICA E A ATUAÇÃO BRASILEIRA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Segundo Andrade (1993) a geografia esteve submetida à concepção dominante de geopolítica que terminava um tipo de política expansionista baseada em princípios como o da superioridade racial e do espaço vital.

O conhecimento geopolítico envolve o conhecimento e avaliação científica dos fatores que envolvem a expansão dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica. Essa expansão, considerada política pode ser também uma estratégia econômica, inserida pelos interesses estabelecidos em determinada região, geralmente pela estratégia de seu espaço e boas condições de uso de seu território para um determinado fim.

Segundo Andrade (1993), a geopolítica é o campo da ideologia que fortaleceu a expansão territorial e de dominação de Estados mais fortes em relação aos fracos sob o manto ideológico da capacidade proteção. Portanto, o saber geopolítico serve aos interesses expansionistas dos Estados, baseada em uma ideologia nacionalista.

O discurso político do alemão Friedrich Ratzel sobre a importância da expansão territorial baseava-se no pressuposto de um destino manifesto a todos os estados fortes.

Andrade (1991) distingue geopolítica de geografia política. Conforme o autor, a geopolítica é um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos; embora analisando o Estado como produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico. A geografia política, ao contrário, é um dos enfoques da ciência geográfica no qual se estuda a distribuição dos Estados a partir do estabelecimento de fronteiras e os tipos de organização do território. Além da geopolítica, devem-se considerar também os fatores geoestratégicos direcionados à visão de lugares ou acidentes geográficos que representam uma vantagem sob determinada circunstância de guerra, de negociação ou de diplomacia.

Um discurso recorrente da geopolítica de expansão nacional que impulsionou os processos relativos à construção das “ideologias geográficas” foi articulado sob a influência de Hegel que expressou em seus estudos a significação do Estado como ser político em seu sentido espacial e a influência marcante de Ratzel ao criar o paradigma poderoso do discurso geográfico (MAGNOLI, 1997).

Segundo Ratzel (1990, p. 73):

Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro.

Assim, caracteriza-se nesse discurso de Ratzel, a predominância da soberania do território para o Estado, a partir de sua conquista. Através do território se tornara possível desenvolver as políticas internas de formação de um Estado forte e seguro, pois, a partir do território ter-se-ia a condição de proteção das fronteiras, expressando-se a importância que o espaço geográfico exerce nas políticas de Estado.

A geografia política de Ratzel (1990) favoreceu a visão da necessidade de um Estado forte dominado por uma elite política. Nesse sentido surge a geopolítica, amparada na noção de espaço e serviço do Estado, a partir de criação de bases estratégicas estabelecidas para servir às exigências do poder e considerada como disciplina no âmbito dos discursos ideológicos.

A linha ideológica de um estado forte não é recente, remonta às concepções políticas de Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e outros, mas a epistemologia de uma geografia política foi realizada por Ratzel.

A geografia despojada de análises políticas relativas ao Estado e à política, seu discurso se voltou para uma tendência de neutralidade, cujo sujeito histórico foi naturalizado sob o prisma de sua inserção com a ecologia. Magnoli (1997), afirma que muitos geógrafos reconhecendo essa problemática nos rumos da geografia buscaram transformar essa realidade, criticando as “teorias Ratzelianas”, sob a perspectiva de uma geografia crítica, a partir da superação do paradigma dominante.

Conforme Santos (1980), a geografia ao longo da história positivista teve a função de esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço, a partir de um discurso amorfo e sem críticas ao sistema, em uma verdadeira geografia descaracterizada de sua função histórico-social.

Conforme Lacoste (1988) a problemática das dicotomias entre ciências da natureza e sua relação crítica com os aspectos sociais, econômicos e políticos é de

objeto da geografia, assim como a questão da teoria espacial e sua tessitura histórica.

Em nível de conceitos, Andrade (1999) avalia que o Estado nada mais é que uma ordem normativa e o território apenas o limite espacial de validade das normas que a integram.

A geografia desempenhou papéis decisivos na produção histórica do território, funcionando como instrumento privilegiado na construção da legitimidade do Estado nacional. A geografia foi a condição para o enraizamento social e histórico do Estado nacional. A configuração do território implica a produção das fronteiras políticas que o delimitam, mas se delimitam as fronteiras pela concepção geográfica (MAGNOLI, 1997).

Assim, pode-se analisar a sua importância no campo do poder político e da materialização do capital na organização espacial do ponto de vista da apropriação da construção de novos espaços construídos.

1.4 IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E DISCURSOS POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O conceito de ideologia quando se trata de discursos políticos geográficos no Brasil, requer uma análise do período de construção do território nacional constituído a partir da proclamação da Independência.

Na vertente ideológica, a manutenção do território deve ser unificado sob uma política centralizadora e contrária à fragmentação, como ocorreu no processo de emancipação das colônias espanholas no continente americano durante as primeiras décadas do século XIX.

No Brasil, pode-se identificar que a visão imperial de unidade territorial tem forte apelo na ideia de estado nacional. Um Estado Nacional se caracteriza pelo monopólio do uso da força dentro de um território demarcado, quando este Estado⁴

⁴ O Estado é uma instituição política-social-jurídica organizada e soberana em seu território e assim reconhecida internacionalmente. Um Estado ocupa e detém um território determinado, possui governo próprio, com exceção de raras situações como a Autoridade Palestina, para a qual já se reconhece o status de Estado embora seu território ainda é incerto. Entende-se a constituição como ao mesmo tempo parte e lei máxima de um Estado. Cabe ao Estado a organização e controle social pois só ele detém o monopólio da força. Corrêa (1991).

intervém deliberadamente na criação ou invenção de um símbolo ou figura representativa, no império sob o poder de um monarca (GUIBERNAU, 1996).

Após a Independência do Brasil, o governo imperial buscou construir um território comum, procurando agrupar a população em províncias e capitanias em um território determinado.

A matriz conservadora e autoritária do império brasileiro sobrepõe condicionante para qualquer ação de invasão de fronteiras ou de ações internas que venham a modificar a organização territorial. Numa visão de que a unidade do Estado depende da unidade territorial.

Portanto, o conceito de território não expressa apenas um espaço geográfico, nem é apenas expressão de um domínio geográfico de um ente estatal, o território é uma dimensão política que se faz através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esses espaços, ou os agentes sociais que determinam suas estruturas de produção e relações de poder (ESPÍNDOLA, 2006).

Na segunda metade do século XVIII, para a monarquia lusitana a questão do território estava cinscunscrita pela crise do antigo sistema colonial que imprimia a necessidade de determinação de uma estrutura centralizadora e política nascida da ideologia da unidade territorial, como fator de poder.

O conceito de território ganha sentido a partir das circunstâncias históricas determinadas pela organização política e a determinação de diretrizes administrativo-políticas, tal qual o exemplo de Marques de Pombal na administração da província do Amazonas.

Entre o último quartel do século XVIII e a primeira metade do século seguinte, o território foi conhecimento da geografia do espaço e nas circunstâncias históricas vividas por Portugal, o território expressa uma estratégia de apropriação do espaço, que pode ser encontrada na política efetivada para o desbravamento ocorrido na Amazônia.

Durante o século XIX, se firmaram as ideologias geográficas, tendo como pano de fundo a geografia como ciência do espaço geográfico e como disciplina do conhecimento que esteve sob construção ideológica do positivismo⁵.

⁵ O pensamento filosófico do século XIX é influenciado não só pelas alterações econômicas e sociais representada pela consolidação do poder da burguesia, mas pela construção do Positivismo uma ideologia altruísta, científica e industrial, que tinha como objetivo incrementar o progresso e o bem-estar moral, intelectual e material de todas as sociedades humanas, assim como contribuir para o desenvolvimento do homem como ser racional e lógico. O Positivismo exprime a exaltação provocada no século XIX pelo avanço da ciência moderna, considerada capaz de revolucionar o mundo com uma tecnologia cada vez mais eficaz. Nunes (1990, p. 37-48).

Esse novo discurso explicita claramente a orientação política e geoestratégica influenciada pelas concepções de Ratzel (1990) que conferiu ao estado o seu significado espacial, através da criação de um poderoso discurso geográfico que ambicionava oferecer os caminhos para a elite política fundamentar suas decisões e procedimentos logísticos, baseados na relevância do território (nação) como elemento de poder político.

Segundo Ratzel (1990, p. 73):

Exatamente por que não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política, e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do estado que fizesse abstração do território, não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro.

Assim firmou-se a conjuntura ideológica e legitimação para a expansão territorial que deu origens a muitas guerras e tratados diplomáticos entre as nações até os dias atuais. Nesse contexto, o conceito de território se constituiu como mediação de discursos políticos, passando a representar uma fatia importante das políticas de Estado das diferentes sociedades, legitimando o nacionalismo como forma de poder coercivo e legitimado (MAGNOLI, 1997).

A Amazônia nessa fase convive tanto com a constante ameaça de seus domínios quanto com a soberania do império, na medida em que durante a corrida imperialista desenvolvida pelas potências européias (Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália) E.U.A e Japão buscavam matérias primas e mercados consumidores para seus produtos industrializados.

Essa fase atingiu a Amazônia brasileira pela atuação de ingleses e norte-americanos que na busca do látex e do controle da navegação fluvial, visavam dominar setores estratégicos da economia amazônica. Nesse período se cogitou o processo de internacionalização da Amazônia em benefício da melhoria da comercialização da produção econômica do Noroeste Boliviano em benefício da exportação de borracha.

A organização da economia de extração da borracha internalizava cada vez mais nos vales amazônicos as frentes de expansão oriundas de regiões economicamente incorporadas à economia nacional ou regional. Esse processo favorece uma nova configuração do território que abarca um conjunto de relações

entre atores, contidas em diversas categorias, tais como Estado, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos e tradição.

Nesse processo se incrementou territorialidade que lhe foi particular e, desta forma, transformou aquele espaço em um âmbito territorial de processos sociais, pelo grau de mobilidade dos processos produtivos e no desenvolvimento das forças produtivas.

A organização do sistema político foi prioritária para favorecer a correlação das forças sociais e as intensas relações investidas de interesses mercantis e as mentalidades que dão sentidos e alcance a um determinado território (ESPÍNDOLA, 2006).

1.5 ASPECTOS GERAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA

O estudo das questões diplomáticas de política territorial em especial aquelas de repercussão nacionais, sempre despertaram interesse de estudiosos, advogados, críticos e até leigos. As políticas territoriais no Brasil, sempre se encontraram restritas aos planos regionais de desenvolvimento, dentro do enfoque específico da região (MAGNOLI, 1997).

A demarcação das fronteiras ao longo de vários séculos de história foi marcada por disputas por áreas geográficas da atual América Latina entre as metrópoles Ibéricas, entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, entre o Brasil e a França (MARTIN, 2006).

O Brasil é um país que se formou a partir de uma colonização externa feita pela nação Ibérica Portuguesa e sua história, durante os três séculos de dominação colonial está diretamente ligada à história política, econômica e cultural da Coroa Portuguesa. A produção do imenso território que o Brasil possui atualmente deveu-se à política portuguesa, no sentido de expansão da fronteira, adentrando ao território espanhol, além da linha do Tratado de Tordesilhas. Esse papel foi desenvolvido pelas Entradas (bandeiras oficiais) e pelos bandeirantes vicentinos.

No contexto da realidade brasileira, as fronteiras representam as áreas estratégias da soberania do país e configuram como as molduras dos Estados-

nações, de modo que o seu estabelecimento ou eventuais modificações se caracteriza por manifestações que se processam no interior das sociedades.

A fronteira amazônica durante o período colonial foi alvo de pretensões estrangeiras, tanto por sua extensão territorial e baixa população como pela riqueza vegetal e as possibilidades de ocorrência de minérios. A região Norte ou a Região Amazônica inclui, sobretudo, a área do território brasileiro drenada pelo grande rio Amazonas e seus afluentes. É a maior região brasileira, compreendendo cerca de 3.699.637 Km² (ANDRADE, 1999).

As pretensões estrangeiras na Amazônia durante o período imperial levaram os estadistas brasileiros a tomar medidas de proteção às fronteiras conquistadas ao longo dos séculos, impedindo o acesso de estrangeiros aos rios da bacia amazônica. O desafio da composição da fronteira amazônica demonstra como ela é um componente significativo na construção de um Estado Nacional.

A política expansionista brasileira a partir da implantação do Império pode ser analisada como uma continuidade do processo de geopolítica iniciado pela nação portuguesa, considerando-se que transição da América lusitana para o Brasil independente realizou-se como processo essencialmente conservador, tanto na sua dimensão política como na territorial. (ANDRADE; 1993)

O Brasil como categoria de Reino teve seu projeto estabelecido como um império aristocrático em detrimento das mudanças no ambiente internacional durante as guerras napoleônicas. Nesse contexto, a subordinação portuguesa à política internacional britânica evoluiu como subordinação direta no país, já que a família real passou a viver no Brasil Colonial, antecipando uma fase de transição que culmina na Independência.

A transferência geográfica da Corte é também uma retomada política de poder européia e a materialização da vocação expansionista lusitana que passou a ter um contexto diplomático adverso a partir de ações estratégicas entre os próprios portugueses e da capacidade do novo Estado imperial de congregar as elites estabelecidas no Brasil e representar eficazmente os seus interesses no cenário internacional (MAGNOLI; 1997).

Nesse contexto, destaca-se nas ações estratégicas do império a "ideologia nacionalista" na busca de uma invenção de tradições nacionais na qual sempre se incorpora a ideologia como fundamentação e legitimação do poder, formado pelo

quadro de comprovações racionais, e um corpo de imagens de singularidade, no caso no império, a unidade territorial tem essa marca.

Destaca-se que na visão geopolítica e ideológica do império a pauta está na unidade política, através da expansão territorial e evitando a qualquer custo as ações separatistas de cunho regionalista.

O território nacional não se fragmentou, devido à repressão das elites políticas e do governo imperial que souberam garantir a unidade territorial e a vigência do domínio do poder central dentro do território brasileiro, derrotando as forças separatistas. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando se observa o interior do Estado nacional brasileiro, marcado pela existência de mais de uma dezena de movimentos separatistas ou autonomistas, alguns existentes desde o período colonial (MARTINS, 2001, p. 1).

Essa foi, portanto, a trajetória de construção da unidade territorial que contrasta com o modelo de produção geográfica da América hispânica que se fragmentou em diversas repúblicas oligárquicas.

A postura do império brasileiro se constituiu de um estrito isolamento político, econômico e social, não somente em relação à Europa, mas, sobretudo para com os vizinhos espanhóis.

Portanto, o processo de independência determinou a preservação da unidade política do território em uma forma monárquica de Estado para todo o território nacional. Essa estratégia do império adquire sentido e concretude quando se considera a necessidade de um poder central forte e funcionando como freio às veleidades autonomistas provinciais.

Como resultado do desejo de fragmentação das províncias eclodiram várias revoltas com intenções de autonomia, a partir da tentativa de uma reestruturação institucional do Estado, através das elites dominantes das províncias. Esse fator que trazia à tona o separatismo. E nesse caso, ressalta-se o poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça da desintegração republicana: como instrumento da unidade política e territorial. De certo modo, a centralização real e simbólica das instituições políticas substituía um (inexistente) substrato integrador ideológico, social e econômico.

A estratégia imperial foi evitar posturas separatistas que pudessem colocar em risco a unidade territorial, portanto, forjou-se a ideologia da nação centrada no império como solução e unicidade em um substrato de coesão ideológico.

A Região fronteira detentora de uma posição estratégica de saída para o atlântico, formada na América Latina pela Bacia do rio da Prata foi alvo de guerras entre diversos estados pela posse de territórios⁶ e demarcação de limites.

A demarcação desta área e sua ocupação foram marcadas através da fragmentação característica pela formação de seus estados fronteiriços, por isso os conflitos constantes que desencadearam as guerras externas marcaram divergências e acentuaram os interesses econômicos antagônicos de seus países vizinhos. Conforme Ribeiro (1995, p. 113):

Enquanto os países independentes da América Latina se fragmentaram em vários estados, o Brasil, ao contrário permaneceu unido em uma federação, enquanto a grande malha territorial da América do Sul fragmentou-se em pequenas repúblicas independentes. Atualmente muitos estudiosos prestam-se a avaliar as causas da existência dos Estados Federados e as origens das desigualdades em nível de desenvolvimento nos países latino-americanos, por força política de caudilhos que dominavam vastos vice-reinados nesta região e impuseram a fragmentação histórica dos países.

Assim, a produção do território brasileiro se deu a partir da unificação não tendo, portanto, ocorrido à fragmentação espacial que houve com os países de colonização hispânica. Essa obra de unificação do Brasil foi uma característica da colonização portuguesa.

Os países latino-americanos nas últimas décadas do século XIX, o que atualmente se entende como o subsistema regional das Américas consistia, efetivamente, em um conjunto pouco articulado de sistemas sub-regionais⁷.

Segundo Magnoli (1997, p. 133):

A política externa dos novos estados independentes na América do Sul definiu-se no interior da moldura dos equilíbrios de poder⁸ do sistema internacional estrutura pela derrota napoleônica. Se, no cenário europeu, esse sistema evoluiu na direção de um equilíbrio pluripolar mais ou menos

⁶ Território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder. Magnoli (1997, p. 13).

⁷ Ao longo do tempo, a ampliação constante do número de unidades políticas e da dimensão do sistema internacional tornou-o cada vez mais complexo, demandando a escala de análise propiciada pelo conceito de subsistema. O conceito de subsistema pode ser aplicado tanto a regiões, definidas em termos das relações regulares de diferenciação e integração estabelecidas por um conjunto de unidades políticas, como as organizações interestatais que estabelecem padrões de relação e regulação de conflitos entre os seus integrantes (MAGNOLI, 1997, p. 121).

⁸ O equilíbrio de poder se enquadra nas situações em que duas ou mais nações em conflitos possuem o mesmo poder em nível político e militar em determinada região ou circunstância em que há litígio.

estável, no Atlântico e na América do Sul ele reservou um papel predominante para a principal potência marítima.

Assim, na história de influência no espaço geográfico do rio da Prata, houve um acentuado predomínio diplomático da Grã-Bretanha quanto à questão comercial hegemônica no espaço fluvial do rio da Prata, promovendo o isolamento das Américas em relação às potências continentais européias, incentivando e afincando a independência política das nações sob o julgo hispânico.

Os portugueses chegaram até a porção da região meridional, no atual território uruguaio, na foz do rio da Prata formando o povoamento da costa gaúcha e catarinense.

A Amazônia tornou-se brasileira somente após a independência do Brasil de Portugal, quando passou a ser alvo de cobiça internacional durante todo o tempo. Durante o século XIX, o direito de navegar nas águas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai foram de vital importância para todos os países do rio da Prata.

No início do século XIX, após a Independência das nações latino-americanas, estas novas repúblicas em um processo de estabelecimento de soberania nacional buscam a definição de suas fronteiras amazônicas.

Com a independência, o Brasil, para garantir a soberania sobre a região amazônica teve que manter a interdição da navegação de seus rios e afluentes a embarcações de outros países, alegando ter a posse das duas margens, podendo mantê-los fechados à navegação.

Nesse caso, os países andinos que possuíam terras na Bacia Amazônica, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, começaram a alegar os mesmos direitos, a fim de que sua porção amazônica pudesse ter acesso ao Atlântico, para o escoamento de sua produção. O Brasil, porém, mantinha-se intransigente e permitia apenas a navegação do porto de Belém, na foz do Tocantins.

O Rio Amazonas atraía o interesse das Repúblicas Andinas fronteiriças que aderiam às idéias de navegação fluvial pela região do Madeira e desejavam uma saída para o Atlântico. O Brasil manteve um isolamento de seus vizinhos devido aos métodos governamentais, caracterizando politicamente pela manutenção da monarquia, ou seja, tratava-se de um império entre as repúblicas.

Conforme Oliveira (2003) a migração para a Região Amazônia partiu da importância do látex para a nova indústria nos idos de 1.736, a partir das pesquisas

para seu aproveitamento industrial da borracha como substância impermeabilizadora em seus calçados, vestimentas e objetos de uso comum. A descoberta do processo de vulcanização favoreceu a procura pela borracha no mercado internacional.

Oliveira (2003) considera que a expansão da indústria proporcionou uma elevação da demanda da extração de látex na Amazônia, que se intensificou ainda na década de 1850, com a internacionalização da navegação pelo rio Amazonas. Diante da demanda do látex, a região tornou-se um pólo atrativo para a migração, principalmente para os nordestinos, que não tinham nenhuma perspectiva de vencer a seca que assolava o sertão entre 1877 e 1879. Dentro deste contexto, uma grande leva de retirantes nordestinos migrou para a Amazônia em busca de trabalho na extração do látex.

Matias (1997) considera que o surto migratório de nordestinos atraídos pelas fantasiosas promessas de trabalho, principalmente para a região dos seringais do oeste amazônico, favoreceu o aumento população da região. A ocupação humana desta região, decorrente do ciclo da borracha teve caráter duradouro. Essa fase de povoamento produziu os novos moldes geográficos da região, estabelecendo um novo modelo econômico e a primeira formação política e social do território.

As ocupações da Amazônia com os dois ciclos da borracha influenciaram o mercado internacional. As fases de declínio provocaram um êxodo populacional em razão da conjuntura econômica criada pela demanda da borracha e a falta da manutenção de uma agricultura comercial que pudesse desenvolver a região.

Em 1942, Os Estados Unidos iniciaram o reabastecimento de suas indústrias com a borracha da Amazônia. Os acordos de Washington firmados em 1941 visavam restabelecer o aumento da produção e seu fornecimento às indústrias norte-americanas. Novamente teve início na Amazônia um processo migratório, mas, desta vez coordenada pelo Governo Federal e financiada com capitais norte-americanos.

Durante o segundo Ciclo da Borracha propiciou-se as condições adequadas para a implantação do Território Federal do Guaporé, em 1943, fato que contribuiu para a organização político-administrativa de vários Municípios de Rondônia.

Rafestin (1993, p. 68) analisa a importância da população em nível de poder para o estado como representação bastante significativa, pois é concebida como um recurso e elemento atuante. “A população é mesmo o fundamento e a fonte de

todos os atores sociais, de todas as organizações”. As populações têm o dever de pagarem impostos ao estado como implemento fundamental para a organização estatal integrar suas estratégias.

As estratégias em nível de desenvolvimento podem gerar intervenções do estado, já que a imagem ou representação da população é necessária à ação das organizações que vão manter relações múltiplas com a coletividade, para reforçar, diminuir ou estabilizar o “estoque humano”.

No entanto, a realidade social demonstra que nem sempre é possível estabelecer uma equidade populacional em um determinado território, a partir de sua divisão territorial.

2 IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: OS DISCURSOS POLÍTICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

2.1 CONCEITOS DE IDEOLOGIA

Conforme Moraes (1996) a questão da ideologia foi suscitada nas correntes metodológicas das ciências sociais, e como contexto tem a função de recobrir distintas realidades dos aspectos políticos, sociais e econômicos e culturais.

O termo ideologia surgiu no início do século XIX e está relacionado à gênese da construção das idéias na explicação do ordenamento da vida social sob determinados fundamentos e pressupostos de classe ou de grupos e/ou pessoas.

Segundo Chauí (1978, p. 18):

A ideologia é sempre uma tentativa de racionalização, ou seja, de organização coerente em termos de razão social, dos fatores e dos valores, de sorte a apresentar uma interpretação que se crê racionalmente válida, do contexto social em questão (...) A ideologia indica o sistema cultural que exprime e interpretam as idéias, as crenças, os comportamentos típicos pertencentes a um grupo humano.

O termo se manifesta em situações em que um determinado grupo social dominante através do discurso consegue orientar os pensamentos e ações coletivas. Desta forma, nesse processo de construção, o discurso possui forte apelo na consciência e nas idéias que explicam a realidade e produzem o real. A ideologia surge como crença na autonomia das idéias e na capacidade de criação da realidade.

Severino (1986, p. 31), a ideologia opera por inversão, com o inconsciente: este fabrica imagens e sintomas, uma verdadeira fabrica de idéias e causalidades. Em sua natureza intrínseca a ideologia opera com a relação entre a ideologia e a consciência.

Assim, constata-se que a característica da representação ideológica é a criação de idéias e significações culturais e sociais, sendo, portanto, uma representação das realidades que incorporam na geopolítica de expansão dos espaços geográficos.

Moraes (1996) considera que a ideologia está arraigada diretamente nos elementos de estruturação da sociedade ou no conjunto de valores das identidades grupais como fator central da estabilidade social.

O sujeito possui uma dimensão social e cultural no espaço geográfico. Pode-se afirmar que a construção das formas espaciais são produtos históricos. A ideologia se tornou cada vez mais presente nos discursos políticos com explícita e nítida orientação política.

Chauí (1978, p. 90), considera:

A ideologia possui uma carência racional pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de brancos e lacunas ou de silêncios que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas partes há brancos ou vazios responsáveis pela coerência.

Desta forma, avalia-se que os processos que envolvem o poder geopolítico através de seus discursos e suas configurações no espaço geográfico capitalista, envolvem um discurso racional que tem intencionalmente a função de criar um discurso coerente.

Em nível de discurso ideológico, o próprio discurso marxista se constitui em discurso político, que passou a dominar a geografia crítica. Na visão de Moraes (1996, p. 39):

Mesmo no âmbito específico da reflexão marxista o nível de diversidade é elevado no trato deste conceito. Visões díspares da ideologia emergem de autores que buscam defini-la à luz da teoria social de Marx. Este autor mesmo pouco avançou, em sua elucidação conceitual, além do item "A ideologia em geral".

Assim, valia-se que a existência da ideologia se incorpora em todo o discurso político tanto nas teorias de Karl Marx sobre o capitalismo e a sua inter-relação na produção do espaço geográfico em relação ao modelo de produção e suas etapas de modificação do espaço, quanto na representação discursiva do contraste e divergência entre o determinismo geográfico e a questão do sujeito como agente de transformações sociais e históricas.

Portanto, nesse estudo é fundamental compreender como se processa a ideologia na constituição do espaço produzido nas relações sociais, a visão de

território e sua multidimensão, assim como os processos de constituição das territorialidades.

2.2 AS MATERIALIDADES DOS DISCURSOS GEOGRÁFICOS COM AS PROPOSTAS DE DIVISÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

A produção intelectual e discursiva sobre a divisão territorial tanto na Região Amazônica quanto na de outros estados brasileiros se encontra pautada no discurso político do desenvolvimento justificado na escala geográfica de organização territorial com vista à eliminação da desigualdade entre regiões e estados.

Nesse contexto, pode-se apontar que a literatura brasileira é vasta em discorrer sobre processos especiais envolvendo o espaço apropriado. Nas pesquisas do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e sua vinculação com o Ministério da Educação e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta-se as deficiências na educação nacional e indicam como uma das causas da problemática, a falta de organização do espaço geográfico brasileiro no concernente ao processo de interiorização do Brasil, especialmente nas entranhas do extenso território amazônico.

Teixeira de Freitas (1991, p. 111) expôs a tese da equivalência territorial, com base na concepção de equilíbrio políticas entre os diversos da federação, com a finalidade de garantir a igualdade entre os estados em nível de representatividade política. Segundo Freitas:

Deve-se assegurar a cada estado brasileiro uma equivalência de potencial político, destinada a traduzir-se mais tarde em efetiva equipotência, como elementos realmente confraternizantes no seio da Federação, cujas forças se farão para induzir o fenômeno da equipotência em relação à superfície, a população e a eficiência econômica.

Sendo assim, o discurso político repousa na crença de que as desigualdades regionais poderiam ser resolvidas mediante a realização de um ordenamento territorial com base na concepção de equivalência da representatividade política, cujo resultado poderia favorecer a equipotência dos estados. Essa crença favoreceu Freitas a cogitar divisão em paralelos e meridianos, a fim de transformar a

federação em 64 unidades fundamentais, com a média de 120 mil quilômetros quadrados cada, formado por 16 estados e 6 territórios.

O Senador Xavier de Oliveira (1946) com base na concepção de desenvolvimento regional elaborou um projeto que propunha a divisão política e territorial do Brasil, em um ordenamento que fixava 45 estados, não apoiando a criação de territórios.

Sua proposta estipulava 45 estados e nenhum território, mantendo a capital no Rio de Janeiro (Oliveira, 1946). Outras propostas e estudos emergem sem nenhum efeito prático. Antônio Teixeira Guerra, em 1955, propõe dividir o país em 21 estados e 22 territórios (Guerra, 1955).

O deputado Augusto Rondon apresenta um projeto legislativo que pretende dividir a Amazônia em 3 áreas, cria os territórios do Tapajós, do Xingu e do Tocantins, e os estados do Amapá, de Rondônia, do Rio Negro e do Araguaia (Rondon, 1980). Em 1966, o junto à outra proposta coexistiu outra que fundamentava a relevância de criação de novos territórios federais na Amazônia, inclusive os territórios do Araguaia e do Tocantins (SILVA, 2004, p. 161).

Uma Conferência realizada em sessão de 28 de outubro de 1932, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o deputado Meira Filho colocou em pauta a discussão sobre divisão da Região Norte, com base em estudos estatísticos e cartográficos que dimensionam a questão das desigualdades regionais e de povoamento. Aponta como exemplo, a questão do vazio demográfico da Amazônia.

A divisão territorial da Amazônia, ao longo do presente século, tem sido uma questão recorrente em que se situam nos discursos políticos no tocante à configuração do território. Os anseios geopolíticos de controle territorial e das fronteiras têm favorecido a manutenção de imagem difundida sobre a existência de um vazio demográfico amazônico.

Humberto Fróes, senador da República (1941, p. 113) avalia a necessidade de reordenamento espacial e para isso apresenta um Projeto de diretrizes para a criação dos territórios militares federais nas zonas despovoadas e ainda não organizadas do Brasil.

O reordenamento territorial é uma medida política necessária na medida em que se deve conjecturar sobre as implicações revisionistas do conceito de divisão territorial que trariam para a sociedade novas bases geográficas e políticas no que se refere à divisão, nomenclatura, localização de estados, municípios, territórios e capital federal.

Constata-se que o deputado considera o reordenamento territorial como uma medida capaz de produzir mudanças sociais a partir de um novo processo cuja determinação dos novos vetores estabelece uma reestruturação territorial, apontando um cenário que reflete a intervenção do estado no conjunto do território nacional.

O senador Carneiro (1950, p. 112) cita que a Constituição é flexível no sentido de facilitar a criação de novos Territórios Federais, visando não apenas à descentralização do governo, mas também e, sobretudo, as condições políticas específicas para a canalização de recursos indispensáveis para criar núcleos populacionais nas áreas que ainda se encontram à margem pela desigualdade na distribuição do patrimônio territorial brasileiro.

Como instrumento da lei, revalido a constituição Federal e seus dispostos quanto à criação de novos territórios federais, reconhecendo perante esta Assembléia, as deficiências do atual ordenamento territorial brasileiro, em que sugero alterações para reverter este panorama de desigualdades regionais e de condições de desenvolvimento social ao defender um novo ordenamento territorial (...)

Conforme o discurso, constata-se que o senador postula um novo reordenamento territorial, com base na concepção de que há desigualdades econômicas devido ao crescimento desarticulado entre as regiões brasileiras. Neste sentido, interpreta-se que a questão das desigualdades perpassa também pela visão da possibilidade de desenvolvimento humano, como emprego e distribuição de renda.

Na contemporaneidade, a tendência do discurso político apresenta-se com maior vigor, a partir do período de desenvolvimentismo na década de 50 e na fase de estratégia militar para a Região Amazônica que penetrou no discurso político do governo militar brasileiro acerca da “Segurança Nacional”.

Carneiro (1950, p. 21) preconiza a necessidade de uma emenda da Constituição no sentido de facilitar a criação de novos Territórios Federais:

Devem-se buscar na divisão territorial não apenas à descentralização do governo, mas também e, sobretudo, a canalizar os recursos indispensáveis para criar núcleos populacionais nas áreas de fronteira que ainda se encontram à margem pela desigualdade na distribuição do patrimônio territorial brasileiro.

No discurso de Carneiro, observam-se dois pressupostos que se colocam como a saída econômica e o desenvolvimento para regiões que se encontram potencialmente em desigualdade econômica e populacional: A descentralização política ou a divisão de responsabilidades entre União e Estados no desenvolvimento regional e local.

O deputado Borges (1940, p. 117) em discurso proferido considerou que a conjuntura territorial brasileira e as políticas de estado, devem estabelecer uma relação entre segurança nacional e o conhecimento exato da realidade geográfica brasileira. O deputado avalia que falta definição de políticas públicas nas áreas de fronteira, especialmente à dimensionalidade do estado do Amazonas e sua fragilidade em relação aos avanços e incursões estrangeiras.

(...) O povoamento do estado do Amazonas é reduzido de cidades vizinhas refletindo a situação de marginalidade da zona de fronteira em relação às principais correntes de povoamento da América do Sul. As indefinições de políticas públicas produzem condições desfavoráveis ao povoamento, ausência de infra-estrutura de articulação entre as aglomerações vizinhas, relações políticas entre as unidades administrativas locais e o governo central. Essa situação gera vários fatores negativos que influem sobre a evolução urbana das cidades fronteiriças.

No discurso proferido, o senador dimensiona a questão da segurança na fronteira, visualizando a proposta de políticas públicas para assegurar o aumento populacional nas áreas de fronteiras, a partir da implantação de meios e recursos para articular o desenvolvimento de redes de produção e infra-estrutura locais para garantir a permanência e a evolução dos núcleos urbanos.

No anexo denominado “Estudos Geo-econômicos” realizado em julho de 1945, pela Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresenta-se um estudo sobre problemas brasileiros como a desigualdade regional e a segurança da fronteira, focalizada no fortalecimento de um novo reordenamento do território brasileiro.

Os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1941) apresentam as grandes desproporções estatísticas que propiciam a análise das desigualdades em relação à Região Amazônica, dimensionando a importância de políticas que possam favorecer o equilíbrio e equidade na divisão territorial política, criando novas demarcações e ocupação efetiva do território; racionalização e

tecnicidade do aparelho administrativo; articulação; solidariedade e interação das órbitas governamentais.

O estudo aponta a vantagem da divisão de vários Estados considerados extensos e com pouca densidade demográfica, apontando-se diretrizes para uma política de reordenamento no país. Posteriormente esses estudos se tornaram uma coletânea que abrange várias áreas da política econômica brasileira, enfocando temas de política territorial.

2.3 OS DISCURSOS IDEOLÓGICOS QUE JUSTIFICAM NA ATUALIDADE A DIVISÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

Apresentam-se nos subtópicos a seguir as justificativas apresentadas nos projetos legislativos, nos discursos proferidos e nas opiniões em debates nacionais para pleitear a divisão do Estado do Amazonas.

Considerou-se fundamental dimensionar as concepções dos políticos brasileiros que estão envolvidos no extenso debate nacional, assim como autores e estudos realizados que tratam do tema.

2.3.1 O discurso da extensão territorial em relação à baixa densidade demográfica

O discurso político de divisão do estado do Amazonas tem sempre assumindo o determinismo ambiental. Como um de seus enunciados, construiu uma interpretação que associa as problemáticas de desigualdades regionais, exclusão e pobreza, tendendo-se a uma avaliação de que a ação dispersiva das vastas extensões territoriais pulveriza a população e bloquearia o desenvolvimento econômico.

Neste sentido, constatou-se nos diversos proferimentos em relação ao tema que a justificativa versa sempre sobre a baixa densidade demográfica e a grande extensão territorial existente. Essa relação é vista como a causa da falta de interesse político, que caracteriza atualmente o isolamento em que vivem as comunidades que residem nos grandes municípios amazonenses.

Apontam-se a divisão territorial como uma ação política para desenvolver uma articulação ou organização do território sendo priorizadas as necessidades de saneamento básico, emprego e renda, sustentabilidade fiscal e melhoria da qualidade de vida.

A visão ideológica da dimensão territorial como causa da pobreza e exclusão é também um discurso lacunar que não se justifica na medida em que existem outros fatores de ordem estrutural do capitalismo que favorecem a desigualdade regional e a exclusão.

O deputado Federal Mozarildo Cavalcanti (2001) aponta:

Sabemos que os estados do Sul, Sudeste e do Nordeste têm em média uma área de 200.000 km², o que permite um bom desenvolvimento. Mas um estado como o Amazonas, com 1.600.000 km², jamais poderá ensejar a seus diversos municípios um desenvolvimento equânime. O mesmo ocorre com o Pará. E é muito forte a movimentação no oeste do Pará em favor da divisão com a criação do Estado do Tapajós. Sempre enfatizamos que todo latifúndio tende a ser improdutivo. Na verdade, estados gigantescos como o Amazonas, o Pará e Mato Grosso nada mais são do que grandes latifúndios e, portanto, com essa dimensão, teremos sempre um país com um litoral que cada vez mais se desenvolve e um interior que se desenvolve cada vez menos.

As exposições metódicas sobre a divisão territorial do estado do Amazonas apresentam-se em várias formas, mas dentre elas sempre sob o enfoque da discrepância da densidade demográfica em relação ao território que não é nova e remonta ao período colonial.

Certamente as medidas políticas de divisão territorial implicam a criação de recursos e meios para fixar populações e a redistribuição populacional, como forma de povoar as vastas regiões que ainda não possuem políticas definidas de desenvolvimento do capitalismo.

Desta forma, o discurso da integração com vistas à descentralização tem se fortalecido especialmente com a reestruturação do capital na Região Amazônica com a aventura da exploração da fronteira. No entanto, nessa ação do estado manteve-se presente direcionando todas as políticas de migração e da forma do capitalismo.

O modelo de ordenamento territorial nem sempre abrange as condições efetivas de conhecer seus resultados, se não, com passar dos anos, dos efeitos diretos dos investimentos públicos e das políticas de reordenamento econômico, espacial, político e técnico para produzir um desenvolvimento sustentável eficiente.

O Senador Renan Calheiros (2007, p. 1) afirmou um seu discurso:

A Amazônia exige políticas e planos consistentes que contemplem o desenvolvimento sustentável, seu equilíbrio ambiental, além dos aspectos culturais, sociais e de segurança nacional. A região exige um esforço firme para reverter sua situação econômica porque, apesar de toda a riqueza natural, é responsável por apenas 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

A realização de um reordenamento territorial e político no Estado do Amazonas refletem a necessidade da construção de um modelo de plural de ações que estejam planejadas, levando em consideração as especificidades regionais, as características culturais e ambientais.

A criação de meios para tornar o estado mais ativamente econômico na esfera de configuração do PIB brasileiro exigirá também a definição das políticas econômicas sustentáveis para as populações e a criação de mercado interno propício ao desenvolvimento local.

Os modelos impostos foram estabelecidos com base no grande capital, no grande latifúndio, nos mega-projetos que do ponto de vista do desenvolvimento humano, não estabeleceu as bases para a sustentabilidade econômica.

Como por exemplo, modelo de frente fronteira, citando especificamente o caso de Rondônia, o reordenamento territorial e as medidas políticas de colonização induzida por meio de migração, representaram efeitos diretos e benefícios para as populações nativas. Essa análise positiva dos resultados do reordenamento espacial/econômico se pode conhecer com a divulgação de relatório de avaliação do PLANAFLORO⁹ que oferece as bases de apoio para compreender as abrangências do modelo de desenvolvimento que tinha a finalidade de criar os meios para uma economia sustentável.

A experiência de Rondônia serve de parâmetro para avaliar que nem sempre a criação de recursos e meios para fixar populações, assim como favorecer um processo de redistribuição populacional, mesmo estratégias de distribuição de terras, pode significar efetivamente a inter-relação entre desenvolvimento e qualidade vida das populações..

Na visão de Amaral (2004, p.114) mostra que

Em virtude dessa riqueza apresentada, o migrante e o seringueiro tornaram-se políticos. Nesse caso, as agências colonizadoras afirmam que o processo

⁹ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia com investimentos diretos do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD.

de colonização foi um fracasso. Porém, a realidade tem demonstrado o inverso, o colono deixa de ser um modelo ideal de proprietário rural para torna-se um sujeito atuante no processo histórico que vivencia. Por isso, afirmam que: “queremos terra aqui na terra, porque no céu já temos. Unindo sempre nossas forças a terra conquistaremos”. Em outras palavras, dizem que não querem mais migrar para outras áreas de colonização, mas querem a terra onde trabalham e lutam. Essa situação vem apontar novo rumo na luta pela terra na década de noventa no Estado de Rondônia.

A união de que falam os pobres do campo é tanto na dimensão política quanto no aspecto do aprendizado da natureza. É nesse sentido que os colonos passam a incorporar os ensinamentos dos seringueiros que conhecem o funcionamento quase que completo deste ambiente tão complexo para o entendimento dos migrantes, juntamente com suas experiências adquiridas nesse período de labuta nas novas terras.

Os princípios que regeram a política de desenvolvimento de Rondônia, criaram critérios claramente definidos de um modelo de desenvolvimento capaz de abranger as heterogeneidades existentes, tanto em nível de práticas de produção quanto de populações existentes no território.

É nesse contexto que cabe questionar as condições efetivas pré-existentes para determinar um ordenamento territorial no estado do Amazonas com base em um plano de desenvolvimento que se efetivasse apenas sob a visão do grande capital, ou em relações de produção que priorizem apenas os grandes investidores e proprietários de grandes latifúndios.

Além de considerar que um modelo de ordenamento territorial no estado tem profundas implicações em políticas de sustentabilidade ambiental, que implica na concentração de recursos e ações, permitindo de forma coordenada e objetiva um modelo de sustentabilidade, não apenas em determinados pontos do território, mas em todos os locais que possam apresentar vantagens gerais para a população. Portanto, a divisão do estado do Amazonas implica certamente na visão de mudança quanto à adoção de políticas públicas eficazes e a adoção de um modelo gerencial territorial.

Mesmo que os políticos interessados nesse processo viessem a apresentar planos de desenvolvimento, programas e projetos ainda apresentam riscos de falhas nos diferentes níveis de seu empreendimento, podendo ter grande impacto sobre a população. No entanto, não existem apontamentos ou definições no plano de desenvolvimento para o estado, conforme é requerido pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR.

O discurso sobre o ordenamento territorial, com base na visão da distribuição populacional, a visão de vazio geográfico e sua relação com extensão monstruosa

em determinados municípios do Estado do Amazonas, como Barcelos, por exemplo, vem à tona sempre que os políticos e autoridades públicas tentam justificar a divisão territorial, com a finalidade de submeter o espaço geográfico do estado a um processo de reordenamento mais planejado e eficaz.

Segundo Cavalcanti (2001) do estado de Roraima, a divisão do estado do Amazonas é fundamental, e aponta em seu discurso:

O Estado do Amazonas é maior do que os sete Estados do Sul e do Sudeste. Para ele, os Estados do Amazonas e Pará, pelo seu tamanho, colocam em desvantagem toda a região amazônica, tornando difícil até mesmo a divisão tributária no País. Um Estado como o Amazonas, com 1.600.000 km², jamais poderá ensinar a seus diversos municípios um desenvolvimento equânime. O mesmo ocorre com o Pará. E é muito forte a movimentação no oeste do Pará em favor da divisão com a criação do Estado do Tapajós.

Segundo Malthus (1751/1772) apud Rafestin (1993, p. 70) “a demografia é um instrumento de poder que se constituiu a partir do século XVIII sob a denominação de Política aritmética”. Essa política na Amazônia de aumento da população deu-se através de um vetor específico: Uma política populacional dirigida essencialmente para a imigração durante o século XIX e em parte do século XX.

A imigração é uma solução relativamente rápida, mas que implicou em ações de planejamento do Estado e estratégias diferentes para beneficiar o povoamento que favorece a “modelagem” da pirâmide demográfica.

Moraes (1996) considera que os discursos acerca da mobilidade populacional no espaço, os assentamentos e as migrações, podem demonstrar as contradições diretamente resultantes da política que emerge da dispersão de grandes contingentes populacionais para a Região Amazônica, à exemplo, recentemente no processo de expansão da fronteira.

O senador Mozarildo Cavalcanti (2001) considera que:

Os territórios a serem criados terão uma dinâmica populacional básica nos efetivos quantitativamente reduzidos; baixas densidades demográficas; população majoritariamente feminina; população ainda formada por jovens embora em processo lento de envelhecimento; população com altas taxas de dependência; populações submetidas a processos migratórios por vezes intensos embora com características de forte heterogeneidade em nível dos municípios inseridos em cada território a ser criado. A reduzida dimensão populacional desses municípios deve contribuir para a fluidez que caracteriza o indicador de intensidade migratório.

Verifica-se, a partir do discurso do senador, que existe uma densidade demográfica reduzida, fato que ocorreria em processos migratórios para a região como acontecem na constituição da fronteira, durante os modelos integracionista e desenvolvimentista. No entanto, não se projetam no discurso os meios específicos e os planejamentos das formas de atuação política nem a implementação de um modelo de desenvolvimento.

Esse painel atual pode demonstrar o contorno geral da ideologia geográfica referente à questão da densidade demográfica como fator de desenvolvimento no foco centrado nos fenômenos do espaço. A construção desses discursos mais "orgânicos" que dimensionam a questão do vazio demográfico, ou conjectura sobre a pouca densidade demográfica caracterizados pela crença de que um eqüitativo demográfico seria solução para desencadear as condições de desenvolvimento.

O discurso do deputado José Marinho (PMDB-PA), (2004, p. 1) dimensiona essa questão da dimensão territorial como fator de justificativa para um novo reordenamento político-espacial no estado Amazonas:

A dimensão territorial é um fator que precisa ser levado em conta, pela sociedade e principalmente por quem administra com pouco recurso. São séculos de tentativas frustradas de administrar um território maior do que muitos países. É chegada à hora de estas regiões terem o direito de decidir por um caminho diferente da exclusão e miséria social.

Neste sentido, a ideologia acerca da questão da densidade demográfica tem um papel fundamental, pois a criação de um território implicaria na sujeição do mesmo à esfera federal ou ao comando de delegados nomeados, com a criação de novos Estados, esses gozariam de autonomia e soberania, embora sob a esfera da União.

Conforme Nogueira (2001, p. 22):

Depois de anos seguidas de pesada intervenção do Estado nacional, principalmente durante um governo militar, período em que o território ganha maior evidência, como compreender a participação da Amazônia no conjunto do território nacional? Do ponto de vista do poder do Estado, talvez um território ainda a ser ocupado, uma fronteira ainda a ser protegida e uma região a ser desenvolvida.

Como se constata no discurso de Nogueira, a visão do Estado da Amazônia é de pequena densidade demográfica, uma fronteira desprotegida e uma região sem desenvolvimento econômico.

Vislumbram-se as vertentes apontadas por vários autores e senadores que colocam a proposição de uma divisão do Estado com base na visão da discrepância em termos de densidade demográfica; da questão da Segurança Nacional (fronteiras) e do desenvolvimento regional.

Esses discursos se apresentam como fatores explicativos para a reavaliação sobre a divisão do Estado do Amazonas e demonstram a visão de heterogeneidade existente entre a população amazonense e a necessidade de intervenção com ações políticas que demandem maior evolução de iniciativas para o desenvolvimento econômico.

Segundo Andrade e Andrade (1999, p. 92):

No Amazonas, além da intenção de criar o estado do Aripuanã, na área hoje produtora de soja, há projeto com apoio militar do estabelecimento de territórios no alto do rio negro e no alto Solimões. Certamente as pequenas cidades de São Gabriel da Cachoeira e de Tabatinga seriam suas capitais. Provavelmente a criação de território na bacia do Javari poderia se estender até o território hoje acreano, com a capital em Cruzeiro do Sul.

Avaliando-se essas questões, encontram-se elementos ideológicos que dimensionam a inevitabilidade do domínio do território, com diretrizes políticas de desenvolvimento local regional. Em um discurso pleno de afirmação que a divisão do estado produziria as circunstâncias efetivas para a mudança a partir das condições apontadas como fatores de desenvolvimento.

As condições de produção desse discurso aliam-se a busca de situações políticas que possam garantir um projeto de desenvolvimento do Estado e as correções para as desigualdades regionais. Esse discurso político não tem prática consistente se não enquanto imagem do ideal, mas na concretude do processo que depende de prática política e reflexos sobre várias situações de heterogeneidade impressas nas marcas de formação da realidade geográfica do Estado e do cruzamento de interesses de diversas ordens, dos quais um domínio de investigação original pôde emergir.

Os discursos políticos propõem que as desigualdades são geradas pelas diferenças econômicas produzidas por uma realidade demográfica mal distribuída em nível de população sugerindo que os estados têm dificuldades com o sistema de arrecadação e despesas em relação aos outros, e nesse sentido, aponta-se um maior controle político regional para a busca do equilíbrio econômico.

Os discursos políticos ideológicos e mistificadores do desenvolvimento com a divisão de território encontram barreiras em outras idéias que expressam uma visão crítica sobre o modelo de desenvolvimento imposto.

Notadamente esses discursos confrontam os mitos sobre o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento que favorecem a compreensão e a formação de hipóteses e análise entre desenvolvimento econômico regional e disparidades regionais, desenvolvimento e urbanização, produção capitalista versus periferia e centro no espaço geográfico.

Segundo Amin (1976, p. 46):

Parece não haver concordâncias entre a linguagem econômica e a geográfica. É discutível, portanto, que a otimização da estrutura espacial constitua a expressão do processo de desenvolvimento regional e, mais ainda, que a mera distribuição das atividades, quer dizer o planejamento espacial possa induzir com eficácia ao desenvolvimento regional.

A crítica de Amin quanto aos discursos políticos e ideológicos mostrando que o desenvolvimento do estado do Amazônia poderá ser conduzido a partir das medidas políticas de divisão do espaço geográfico e do planejamento de atividades econômicas, encontra barreiras na formulação de avaliações mais profundas que levam em consideração o próprio modelo de desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

Segundo Souza (2005, p. 10):

A difusão dos efeitos de encadeamento a partir do pólo de crescimento exige a presença de canais de transmissão, compreendendo atividades ligadas, meios de transporte e de comunicações desenvolvidos, bem como uma rede urbana fortemente conectada. As novas atividades implantadas em determinada área, para difundirem o crescimento no espaço, precisam mostrar-se adequadas ao seu meio, tanto em termos da estrutura produtiva existente, como da tecnologia e dos recursos naturais e humanos.

Na ideologia a relação real é investida inevitavelmente pela relação imaginária relação que antes exprime uma vontade reformista (MAINGUENEAU 1990, p.67).

Assim, entende-se que a noção de discurso adquire uma espécie de variante de estudo que se divide entre o discurso político otimista que acredita ser o reordenamento do espaço geográfico um fator de impulso para o desenvolvimento regional e o discurso político crítico que aponta que os frutos do desenvolvimento só

serão possíveis mediante uma análise de reconfiguração do plano político-econômico de forma mais abrangente, em uma ação que exige planejamento e conhecimento da região.

O discurso político crítico tende a defender que a mudança na configuração territorial-espacial não resultará em desenvolvimento socioeconômico. No entanto, as concepções dos políticos que têm interesse na divisão territorial apontam o processo como o elo condutor de políticas de desenvolvimento local e regional.

Figura nº 02 – Propostas de criação de territórios no Amazonas



Fonte: <http://www.socioambiental.org>

2.3.2 O discurso da Segurança Nacional da fronteira

Desde sua descoberta, a Amazônia se constitui em área de cobiça. A existência do rio Amazonas tornou o território mais atraente e desejado como região de fronteira e acesso ao Atlântico, possuindo importância geoestratégica. É uma região estratégica para o Brasil desde o final do século XIX, como demonstra trabalhos do consagrado escritor brasileiro Euclides da Cunha, que estudou este tema em profundidade, analisando a importância da integração da Amazônia Brasileira ao Pacífico. Essa região foi também adquirindo crescente importância durante o século XX e ainda mais no início do XXI.

As preocupações com sua soberania se iniciaram com a colonização portuguesa que desenvolveu intenso processo de conhecimento, ocupação e exploração da área através de atividades religiosas e comerciais. A visão de soberania e unidade territorial como geopolítica do Estado, também determinou ações de segurança nas fronteiras.

Durante o período do império as ações políticas e estratégicas reprimiram as invasões francesas e britânicas ao vale amazônico, assim como as pressões dos Estados Unidos para o estabelecimento da livre navegação internacional dos rios amazônicos (CAVAGNARI, 2002).

O Brasil enfrentou problemas de litígio com a França na questão do Amapá, a questão do Acre com a Bolívia e com a Grã-Bretanha a questão do Pirara que foram resolvidos no final do século XIX, diretamente por diplomacias relativas às fronteiras da Amazônia Brasileira.

As questões de litígio enfrentadas não favorecem estratégias de segurança mais abrangentes para a fronteira, vindo a se firmar apenas medidas paliativas com a criação dos chamados pelotões de fronteira ou Comando Militar da Amazônia (CMA), cujo pequeno grupo militar de forma alguma consegue abranger todo o território que engloba essas áreas. Essas medidas não foram suficientes para a proteção do território por isso, criou-se nova estratégia de segurança nacional, tendo como foco a política de migração para as áreas de fronteira.

O discurso da Segurança Nacional é um dos mais direcionados à questão da necessidade de fixação populacional na Fronteira Amazônica e vários fatores são apresentados como justificativa para a divisão territorial, inclusive por altos oficiais

do exército que temem invasões de narcotraficantes em área da Amazônia brasileira.

Amazônia Internacional compreende uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados dos quais 4,7 milhões pertencem à Amazônia brasileira e representam 55% da área total do Brasil (8,5 milhões de quilômetros quadrados), a totalidade da Guiana, da Guiana francesa e do Suriname, e parte da Colômbia, do Equador, da Venezuela, do Peru e da Bolívia.

Constata-se que a formação discursiva nesta conjuntura se insere no contexto da ideologia da Segurança Nacional das Fronteiras ou à visão de uma possível invasão das fronteiras. A questão do discurso da Segurança Nacional se renova sempre que se dimensionam os temores de uma interferência estrangeira na Amazônia. Neste sentido, o discurso ideológico é sempre permeado de geopolítica, considerando-se que a Amazônia pertence à soberania brasileira, sempre se manteve um esforço militar na fronteira.

Esse temor remonta ao início da colonização brasileira, quando foram construídos fortes militares para proteger as fronteiras naturais de onde vieram a surgir muitas cidades brasileiras.

A parte amazônica que pertence ao Brasil, denominada “Amazônia Legal” tem 16 mil quilômetros de fronteira com a Colômbia, o Peru e a Bolívia. O Peru e a Colômbia apresentam ainda dois problemas geopolíticos comuns: a existência, em maior ou menor grau, de movimentos guerrilheiros (narcoterrorismo) que controlam de fato, regiões inteiras dos países onde se instalam, em particular as áreas mais inacessíveis da selva amazônica e desafiam seus governos, além de manter problemas fronteiriços com países vizinhos.

Segundo Olic (1994, p. 45), o principal problema interno dos países fronteiriços com o Brasil, como a Colômbia, o Peru e a Bolívia são a força que o narcotráfico exerce, de forma a ser praticamente um grande poder paralelo àquele exercido pelo do Estado.

Assim, constata-se que tanto o governo brasileiro como as forças armadas, a partir do exército brasileiro passaram a temer que as ações dos narcotraficantes nas áreas da Amazônia brasileira. Esse fato merece especial atenção já que representou um dado relevante na geopolítica regional para a criação de estratégias de segurança da fronteira.

Em 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mencionava a necessidade de implantar políticas de segurança nacional nas fronteiras, a partir de um novo suporte econômico para a fronteira amazônica, tendo como suportes a criação de Territórios e povos fixados.

A criação dos territórios foi fruto de política estadonovista cuja base se constituiu de um novo discurso ideológico com novos valores, intervindo em todos os domínios geográficos na expansão para o oeste em processo de desenvolvimento das relações capitalistas, através da divulgação da colonização dirigida que visava ocupar os espaços vazios do interior do Brasil e a povoar as regiões brasileiras que possuíam pouca densidade populacional.

Assim, pode-se afirmar que esse processo de avanço a uma nova fronteira tem nítida influência na visão de um contexto de integração econômica, a partir da inserção de novos territórios e da constituição de processos produtivos sob a lógica centro-periferia. Os novos territórios poderiam se tornar os núcleos de matérias-primas para o desenvolvimento da nascente indústria e a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção.

O estudo do IBGE enfatiza o reajustamento do quadro territorial brasileiro, sugerindo a criação de departamentos como unidades político-territoriais que foram criadas a partir do governo de Getúlio Vargas com a criação dos territórios do Amapá, Rondônia, Roraima e outros, que tiveram na cena brasileira uma grande conotação político-ideológica, na medida em que o Governo Federal intensifica a sua ação na Amazônia, na gigantesca tarefa na posse do território.

Da mesma forma se concretizaram as políticas durante o governo militar sob a bandeira ideológica da Segurança Nacional, induziu-se à expansão do capital e o processo de integração através “de estradas, como a Transamazônica de acesso à zona franca, a Manaus/Porto Velho, a Cuiabá-Santarém, a Brasília-Lima, a Manaus/Fronteira da Venezuela e Fronteira da República da Guiana e a Perimetral Norte” (BERNO & AGRA, 2005).

Embora a Zona Franca tenha fracassado nas expectativas de produção de uma economia nacional com efeitos mais expansivos, a lógica que sobressai na atual proposta de divisão do território amazonense é reassegurar a velha estratégia de integração comercial. Essa decisão política requer também a ocupação de sua área no oeste amazonense.

Nesse sentido, a realidade atual também impõe novas diretrizes de ocupação e a visão de aspectos populacionais que são expostos nos discursos políticos sobre a divisão territorial, no qual implicaria na retomada desta velha conjuntura já realizada durante o regime militar. Portanto, qualquer iniciativa de retomada do desenvolvimento de atividades econômicas nesta área envolve a análise de quantitativos demográficos e sua estrutura e dinâmica envolvidos nesta divisão.

A Zona Franca de Manaus é, até os dias atuais considerada um dos principais pólos industriais do Amazonas. Foi criada com o objetivo de expandir a área comercial brasileira e de fortalecer a economia estadual. Todavia, em função do desenvolvimento social de outras regiões amazonenses, como a área de tríplice fronteira, faz-se necessário um novo planejamento microeconômico para o Estado. Um projeto que vise contemplar novas atividades e segmentos econômicos, além de uma readequação produtiva-espacial.

A partir dos anos 80, os Estados Unidos fez do combate ao narcotráfico uma de suas principais bandeiras de luta, quando as drogas passaram a ser consideradas uma ameaça mundial. Portanto, o exército brasileiro passou a temer a ameaça de uma invasão americana na Região Amazônica sob o pretexto de combater o tráfico de drogas (OLIC, 1994).

As políticas militares e de desenvolvimento implantadas na Amazônia refletem o medo de perder a soberania sobre a região. Á exemplo, da criação do Programa Calha Norte (PCN) cuja finalidade política de defesa se constitui uma prioridade estratégica. Ao mesmo tempo a viabilização dessa ocupação, garante a proteção das fronteiras.

A Senadora Emília Fernandes (2007) considera:

As Forças Armadas, hoje, desmistificando aqueles mitos de resistência em relação ao que realmente representam, têm, na Constituição, as suas prerrogativas definidas e não são nas ruas que precisam estar. Precisam estar fortalecendo as nossas fronteiras, fazendo políticas de paz e de desenvolvimento, ajudando como estão fazendo em sua região, onde tivemos oportunidade de conhecer o grande Projeto Calha Norte, que é tão importante para o Brasil e, principalmente, para o povo da Região Amazônica.

Algumas facções políticas consideram o papel das Forças Armadas relevantes para proteção da fronteira e da soberania nacional da Amazônia Brasileira. Nesse contexto, o argumento da divisão territorial tem influência sobre as concepções de segurança nacional. Nos discursos políticos há a crença de que a

ocupação da fronteira, a partir de um reordenamento territorial venha a produzir mudanças no deslocamento populacional.

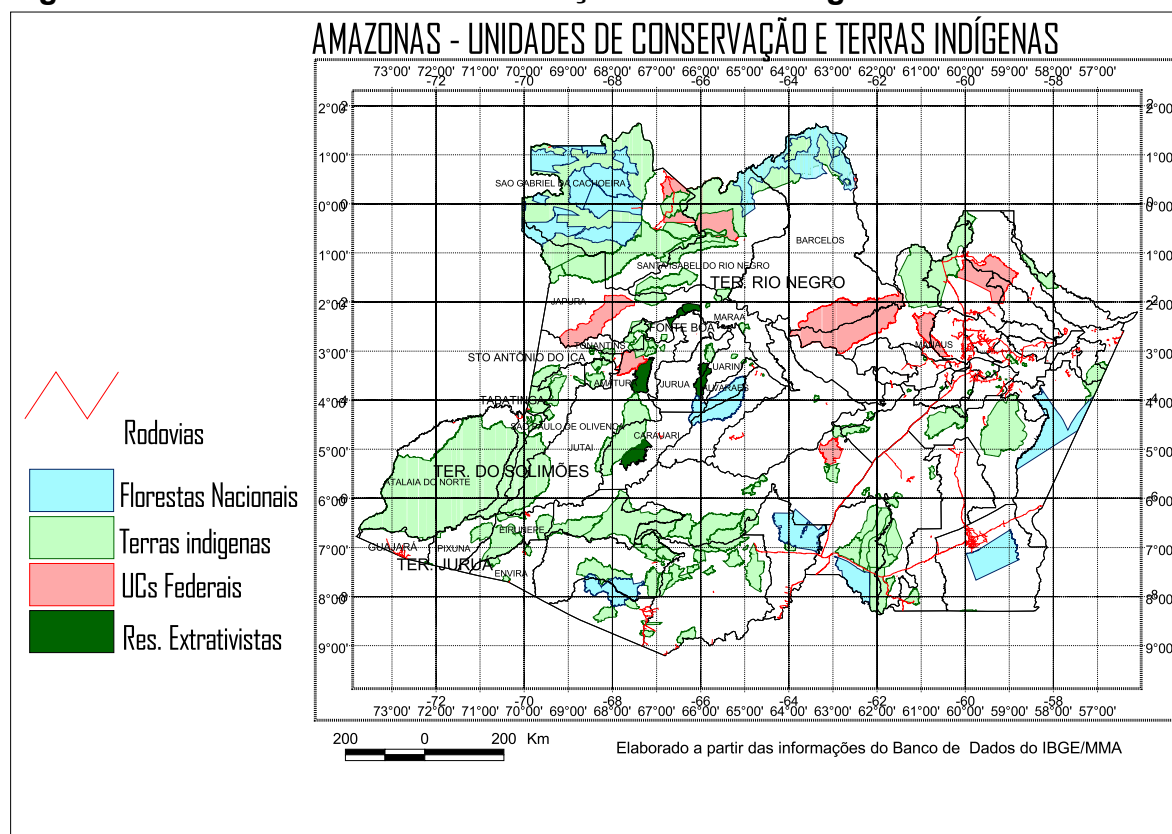
A implantação do projeto Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM em 1994 possibilitou a integração de ações e informações para a proteção da região amazônica brasileira, visando seu desenvolvimento sustentável.

Os políticos utilizam-se desses pressupostos para a construção de discursos sobre a necessidade de divisão do estado Amazonas, visto como um imenso espaço vazio. Na verdade não se trata “de espaço vazio, deve-se romper com mito que nega a existência de populações indígenas, caboclas e das sociedades locais”. (BECKER, 1998, p. 10).

Atualmente deve-se considerar que o surgimento da fronteira ou frentes pioneiras na Amazônia conduziu, de certa forma, a um processo mais dinâmico e heterogêneo nesses espaços, sendo errôneo denominar de vazio demográfico os discursos que mantém esse mito são de profunda conotação ideológica.

Na década de 80, o discurso da ingerência ecológica em relação à aplicação de normas do meio ambiente provocou uma onda de questionamentos sobre a segurança da Região Amazônica Brasileira. Esse fator reanimou os ânimos do discurso militar para reintroduzir na cena política o discurso da conspiração acerca das ameaças de sua internacionalização. Neste sentido, o discurso repousa sobre a defesa da soberania interna e a justificativa dos discursos que explicam a divisão do Estado do Amazonas por parte de políticos brasileiros, a partir de ações garantidoras da consecução de seus intentos, como a realização de plebiscitos para verificação da vontade popular.

Figura nº 03 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Amazonas



Fonte: Banco de Dados do Ministério do Meio Ambiente (Adaptado)

Silva (2004) considera que na visão dos militares, o interesse dos países desenvolvidos pela Amazônia influencia o debate acerca de temas como a questão ambiental, a questão indígena, a idéia da Amazônia como patrimônio da humanidade, o tráfico de drogas, além do perigo da escassez de água potável no planeta (SILVA, p. 30).

Nesse sentido temos a ligação de dois assuntos importantes na região amazônica para o Brasil e seus vizinhos: em primeiro lugar a valorização dessa região como estratégica e em segundo lugar, como a participação dos EUA no combate às drogas (já que isso forma parte de sua política de Segurança Nacional) nesse território está afetando os interesses dos países amazônicos.

Segundo Euler Ribeiro (2005):

A divisão territorial no Brasil é importante por que provará soluções para as imensas áreas de fronteira, quase todas despovoadas e pouco policiadas. Problemas como o narcotráfico, a exploração clandestina de riquezas naturais e a ocupação irregular de terras passam, portanto, a ser cruciais, para a análise da questão.

O narcotráfico e a desproteção da fronteira é um discurso corrente que tem muitos adeptos, tanto entre políticos como no seio das Forças Armadas. Nesse campo o governo brasileiro tem buscado juntamente com os países Sul-americanos uma geoestratégia de afirmação de sua soberania sobre a Amazônia.

A criação do plano de integração Sul-americano é também uma estratégia de poder da soberania de cada um dos países signatários sobre a parte que lhe corresponde da Amazônia. Esse processo de integração de regionalização tem um conceito oposto à internacionalização. Neste sentido, permite-nos avaliar que a integração Sul-americana é uma tomada de posição sobre a problemática da soberania do conjunto das amazônias de cada país.

Trata-se de um importante germen de integração sul-americana, mais ainda se considerarmos ser o único pacto que reúne países do Pacífico e do Atlântico deste subcontinente.

A estratégia do PAC está centrada em ações que consolidem uma maior integração nacional para garantir as condições do país com o mercado internacional, através do investimento em infra-estrutura para favorecer o comércio com os mercados consumidores internos e externos. Assim, o PAC encontra-se perfeitamente alinhado com as diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, cuja agenda de reformas tem a finalidade de adaptar os eixos viários para facilitar o processo de integração comercial com os países da América do Sul.

O Estado do Amazonas passa a ser visto novamente sob o ponto de vista geopolítico, a partir das concepções de uma geopolítica Pan-Amazônica¹⁰. Paralelamente, a esses interesses que interligam as relações entre o governo brasileiro e sul-americano, existem ainda os interesses políticos locais, cuja perspectiva se insere na autonomia dos municípios e no desenvolvimento sustentável local.

Segundo O Deputado José Roberto Arruda (2004):

A integração Pan-Americana é uma boa conjuntura para uma dinamização do Mercosul com a Amazônia e os países andinos e depende de ações arrojadas na Amazônia (...) Se a divisão for para mudar dá para arriscar, pois quem sabe não surgirão governos mais destemidos para executar planos de ordenamento eco-ecológico, incentivar e investir novas atividades produtivas.

¹⁰ Denomina-se de Pan-Amazônia, a extensa região natural que "corresponde à área que envolve a extensão do ecossistema amazônica abrangendo uma área internacional que abrange extensa parte do Brasil e oito países sul-americanos". (Cejud, 1992, p.22).

Amayo (2004, p. 136) considera que os países amazônicos, principalmente por razões defensivas, ou seja, contra as intenções de países centrais que em diversas ocasiões tentavam "justificar" sua internacionalização, firmaram o TCA que em 2002 se tornou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA).

O discurso da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) expressa um caráter nacionalista:

A discussão internacional sobre a administração compartilhada e a soberania limitada do Brasil em relação à Amazônia não é nova. Vários dirigentes de organismos institucionais dos Estados Unidos e da Europa, nos seus respectivos parlamentos, em campanhas eleitorais para o Executivo americano e europeu, já debateram sobre a necessidade de se estabelecer um mecanismo de controle mundial em relação à Amazônia, por motivos óbvios que todos nós já tivemos a oportunidade de discutir. Infelizmente, tanto o Congresso Nacional como o próprio Governo Federal não tiveram a capacidade de enfrentar essas instituições internacionais.

Os discursos de proteção das fronteiras são constantemente aflorados de forma que se demonstra a necessidade de uma descentralização política nos debates sobre a administração compartilhada diante da soberania limitada da Amazônia, além de debater sobre as nossas Forças Armadas e a necessidade de fortalecer seus mecanismos de defesa. A visão de ordenamento territorial projeta-se pela necessidade de ações que dimensionem a proteção das fronteiras gerando as justificativas de dividir para governar melhor e ter mais controle geoestratégico da fronteira.

2.3.3 O discurso do desenvolvimento local e regional

Essa questão no contexto dos discursos políticos se apresenta como um acontecimento enunciativo. Não deve ser tratado em si mesmo, mas deve-se compreender como esses enunciados podem-se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva (técnicos, práticos, econômicos, políticos, etc.) e estabelecerem, com eles, um jogo de relações.

O discurso sobre o desenvolvimento local e regional se esboça como um tema mais geral: o do modo de existência dos acontecimentos discursivos que envolvem a dimensões produtiva, social e cultural. A questão do desenvolvimento regional tem gerado estudos variados e múltiplos envolvendo diversas análises que

contemplam avaliações nas realidades do crescimento europeu e de outros países desenvolvidos.

Na verdade, como esses modelos são importados ou exógenos à realidade brasileira, podem-se contemplar uma grande influência nos discursos políticos.

A consideração dos problemas de escala geográfica apresenta particular interesse para os países em desenvolvimento de grande dimensão territorial. Por outro lado, ressalta sua importância para a teoria, o método e a implementação do planejamento regional.

Segundo Bernardes (1976, p. 39):

A atitude para com a geografia do desenvolvimento está inevitavelmente vinculada à percepção do espaço geográfico total em que o sistema econômico social e político está estruturado. Assim, em países pequenos e médios, o planejamento preocupa-se mais em como conseguir uma dispersão das atividades econômicas do que com a validade da dispersão. Em países grandes, a escolha de uma estratégia de desenvolvimento envolve uma decisão política fundamental, vinculada a dois problemas: a) dada à concentração das atividades em pequenas áreas do território, o padrão alternativo de dispersão de atividades econômicas envolve custos extremamente elevados de transporte e comunicação, que constituem uma consideração muito mais crítica com respeito a decisões locacionais; b) a existência de fronteiras de recursos que disputam os limitados fundos de investimento nacional coloca o dilema ocupar ou ignorar, uma vez que sua ocupação certamente significa limitação do capital disponível para investimento em áreas pouco povoadas.

Assim, compreende-se que essa realidade descrita pelo autor perfaz o perfil da realidade da Região Amazônia no período áureo da colonização da fronteira. Constata-se que a mensuração realística dos custos-benefícios de uma estrutura espacial alternativa nessa escala geográfica realizou-se para minimizar os impactos de uma Reforma Agrária no Nordeste.

A política de desenvolvimento não favoreceu os migrantes, em comparação aos custos-benefício relativos ao desenvolvimento de recursos na fronteira com os das regiões já povoadas, seria, portanto, altamente recomendável, uma vez que a política de desenvolvimento regional na fronteira de recursos depende de outras motivações que não a ótica econômica do custo-benefício. Uma possibilidade de resolver a dicotomia advinda das limitações do capital e de outros recursos disponíveis seria através de projetos integrados e globais de grande escala ou projetos “de baixo para cima”, porque não favoreceu os pequenos proprietários e nem a criação de uma economia capitalista interna.

Assim, o modelo de desenvolvimento regional aplicado na Região Amazônica não levou em consideração as diferentes escalas culturais e sociais.

Na concepção de Bernardes (1976, p. 40):

No que tange a problemas de escala, considerando que os processos físicos e humanos funcionam em diferentes escalas no tempo e no espaço, é recomendável identificar os processos em diferentes escalas em qualquer análise regional, de modo que o impacto de processos e decisões, tanto a nível mais baixo como mais alto na estrutura da região, possa ser mais bem compreendidos. Sugere-se a incorporação da análise de conflito em diferentes percepções de escala, principalmente com respeito ao crescimento da burocracia espacial.

A análise do autor se enquadra na concepção de desenvolvimento pautado para a região Amazônica, na medida em que não se levaram em consideração as estruturas diferenciadas da população e do espaço geográfico.

No caso da região Amazônica, ocorre grande contraste em relação aos conflitos do desenvolvimento, ambientais e sócio-econômicos, resultantes da expansão de áreas para a incorporação de atividades produtivas para o desenvolvimento regional e local, cuja repercussão espacial não se enquadrou nos processos de forma organizada e nem em consonância com a realidade local e as necessidades regionais.

O desenvolvimento do modelo de implantação da fronteira amazônica fracassou no planejamento geral, não levou, por exemplo, as considerações sociais e ambientais. As decisões setoriais geraram conflitos de ordem sócio-econômico-cultural, repercutindo nas relações homem-meio, processando-se com grande ônus para as populações nativas.

Assim, houve muitas limitações quando ao modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, demonstrando-se que existem grandes limitações entre teoria e discurso na prática do desenvolvimento regional. Ocorreu a omissão de certas dimensões fundamentais no planejamento do desenvolvimento de como lidar com uma região diversificada que necessitava de novas interações entre o processo econômico do desenvolvimento, seus efeitos e suas causas ambientais e a qualidade de vida das populações.

Os discursos políticos e as ações relacionadas à segurança da Região Amazônica repousam em algumas visões da Amazônia que em tese justificam-se

pela idéia de necessidade de desenvolvimento local e regional e a questão do povoamento sustentado pela idéia de redefinição espacial e populacional.

Na medida em que a Constituição de 1988, que passou a reconhecer os municípios como entes federados por via constitucional, concretizada na inconstância dos repasses de recursos, fizeram com que vários municípios devolvessem aos estados e à União a responsabilidade, recém-assumida, de prestar determinados serviços, especialmente nas áreas de saúde e assistência social.

De certa forma, essas experiências de descentralização provocaram resistência por parte dos municípios, à municipalização na área da educação, a qual só foi dirimida a partir da criação de mecanismos automáticos de repasse de recursos, com critérios explícitos de partilha.

2.3.4 O discurso político da proteção contra a biopirataria, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável que justifica a divisão do estado do Amazonas

O discurso político sobre o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais da Amazônia é sempre cogitado nas formações discursivas acerca da necessidade de dividir para governar melhor e proteger a região do uso ilícito de sua biodiversidade. Como se observa no discurso de Senador Francisco Alencar em discurso proferido:

O crescimento observado na ocorrência de práticas ilícitas na Amazônia revela e desnuda o descaso com que este problema tem sido tratado pelo poder público. Os militares brasileiros se posicionam pela presença de ações de controle da biopirataria, como um dever do Estado. O potencial amazônico em diversidade constitui em interesses de toda ordem por parte das forças de mercado principalmente das grandes corporações sedentas internacionais que visam novos produtos para o mercado farmacêutico.

A biodiversidade da Região Amazônica é um desses fenômenos que rapidamente ganhou relevância na mídia mundial, sua riqueza e seu potencial de recursos naturais ocupam a preocupação das sociedades e passa a figurar como tema do discurso dos cientistas, juristas, intelectuais, políticos e homens de negócio.

O Ministro Celso Lafer considera que o Tratado de Cooperação Amazônica firmado em 1978, embora considerado pelo seu papel político na aproximação entre

os países-partes e uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e nas últimas décadas não se tenha firmado na prática, é um relevante instrumento multilateral para promover a cooperação entre os países amazônicos.

Em discurso proferido no Senado Federal expressou:

A cooperação com os países Sul-americanos fortalece as parcerias para a criação de meios para o desenvolvimento sustentável no sentido mais amplo: ambiental, econômico, social e fazer dele o melhor para aproveitamos os recursos da região: a biodiversidade, ecossistemas, a preservação da floresta e a preservação das nascentes da bacia amazônica no contexto mundial.

Constata-se que o discurso político aponta a concepção de que a cooperação favorece a conjuntura política para a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável para a Região Amazônica.

Os discursos políticos dimensionam a questão da biodiversidade e da sustentabilidade econômica, embora não se apresentem propostas concretas sobre o fortalecimento dos mecanismos de gestão ambiental. Mesmo a criação do Programa Nacional de Ordenamento Territorial não abrange as medidas políticas para a garantia de proteção e uso adequado, sobretudo por falta de recursos financeiros e humanos.

O senador Demóstenes Torres (2007, p. 1) adverte:

É melhor dividir para preservar, senão vamos ficar sem a Amazônia. As madeiras, a biopirataria estão acabando com a região. Não temos conseguido obter um maior controle. A criação de outros Estados (como os vários projetos já existentes no Congresso Nacional) é plenamente viável, mas desde que haja um planejamento global: É certo que a implantação de um novo Estado impõe gastos. É preciso ver se o Poder Executivo tem um planejamento, porque senão pode é piorar. Começa a dar prejuízo, cria-se uma estrutura para gastar dinheiro.

A justificativa para a realização de uma divisão do estado do Amazonas tem forte apelo no discurso “dividir para preservar”. O ordenamento territorial é visto como uma forma estratégica em face das grandes dificuldades de projetar políticas públicas de garantia da fronteira de invasores. Nesse contexto, além da questão da fronteira, questionam-se também modelos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

As ações direcionadas a um novo ordenamento territorial exigirá as diretrizes de como será realizada a exploração da biodiversidade, assim como os mecanismos de controle ao seu acesso. Os discursos políticos justificam que a divisão gera

forças internas conta as manifestações de interesses imperialistas que afrontam o convívio das comunidades e da soberania do país.

Neste sentido, preconizam como fator de reflexão para a (re)divisão do estado, a internacionalização da Amazônia. A partição articulada nos projetos legislativos expressam essa condição como fator de ocupação da fronteira. O ordenamento espacial projetado por uma nova dimensão espacial requer antes de tudo não apenas a visão de ocupação humana, mas o impacto ambiental e político desta ocupação.

A questão da biodiversidade e a biopirataria aumentou progressivamente a preocupação com a segurança da fronteira para proteção do potencial amazônico de interesses imperialistas que afrontam o convívio das comunidades e da soberania do país, preconizam a internacionalização da Amazônia, na condição de como patrimônio da humanidade. Estes argumentos são uma justificativa para a divisão do estado do Amazonas.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC tem forte interesse em proteção bilateral dos países Sul-americanos de suas amazônias destacando seu papel geoestratégico.

É fundamental avaliar as propostas para identificar nas marcas do discurso político as questões ideológicas que se entrecruzam para demonstrar a viabilidade de divisa do Estado do Amazonas.

Por conta da grande quantidade de projetos que pretendem criar novos estados e até territórios federais, foi constituída uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados para analisar a viabilidade da divisão do Estado do Amazonas, cujos resultados demonstraram a inexistência de um modelo de atuação política no desenvolvimento para as áreas de desmembramento. A falta de um planejamento e de aspectos técnicos para dimensionar as conseqüências benéficas para a população gerou discórdias entre vários parlamentares e “o entendimento de que algumas iniciativas podem embutir discordâncias entre grupos e interesses econômicos particularistas em torno da redefinição territorial pretendida” (DUARTE, 2007).

A divisão do território da Amazônia foi rejeitada, mas certamente em longo prazo surgirão novas discussões com debates que possam trazer uma luz para desencadear um reordenamento do espaço com base em pressupostos e

fundamentos expressos com embasamento no conhecimento da realidade do espaço geográfico e de suas especificidades locais.

Diante da realidade e cenarização do impacto do PAC e das medidas de integração, projeta-se cada vez mais o prenúncio de mudanças espaciais no estado do Amazonas.

De qualquer forma, sobre o mérito da questão, a realização de plebiscito em todo o Estado do Amazonas a respeito da criação de três Territórios Federais, cujo parecer elaborado pela Deputada Vanessa Grazziotin para a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, que foi aprovado por unanimidade naquele colegiado, com voto em separado do Deputado Aírton Cascavel, faz um estudo bastante detalhado sobre os diversos aspectos que devem ser ponderados sobre a viabilidade de se criar novos Estados ou Territórios Federais na Amazônia.

O relatório conclui pela rejeição do projeto, demonstrando no seu corpo que o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma região é diretamente proporcional aos investimentos financeiros ali realizados. Portanto, o desenvolvimento de uma região depende de recursos alocados com a finalidade de elevar os padrões econômico, social e cultural dos habitantes dessa região.

Através das proposições dos pronunciamentos políticos é possível estabelecer um caráter argumentativo para analisar se existem heterogeneidades nos discursos políticos. A relação eu/outro pode ser mostrada no fio discursivo, através de marcas visíveis, uma vez que são delimitadas dentro do discurso. Essas marcas foram resumidos em cinco enfoques que se entrecruzam no discurso geográfico sobre a Região Amazônia:

Neste sentido, os discursos se concentraram, em cinco vertentes ou enfoques que caracterizaram a fundamentação para a divisão do estado. As análises dessas vertentes facilitaram o trabalho de interpretação dos enunciados.

Conforme Gregolin et al. (2001) em se tratando da formação de discursos é importante avaliar as palavras, expressões e proposições que recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidas essas propostas que se incorporam aos trâmites políticos do senado federal atualmente.

O reordenamento territorial foi tema de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) do deputado do estado Amazonas em 1992, em fase posterior, novamente instalaram-se discussões da Assembléia Constituinte de 1988 sobre o tema polêmico.

O senador Euler Ribeiro (2005) apresentou em plenário o seguinte discurso:

Enquanto não houver um novo ordenamento territorial no estado do Amazonas continuará havendo a dificuldade em administrar um território tão grande com 1,567 milhões de quilômetros quadrados, a necessidade de desenvolver regiões afastadas da capital, a dificuldade quanto à questão da segurança das fronteiras e a representatividade no Congresso Nacional que poderia ser maior.

O Estado Amazonas possui uma grande extensão territorial e uma enorme diversidade econômica, social e geográfica que dificulta sua administração e o desenvolvimento regional.

O interdiscurso reordena e aprofunda a noção anterior de formação discursiva no intrincamento das formações discursivas nas formações em sua objetividade material contraditória, enquanto um sistema de evidências e de significações determina o sujeito impondo-dissimulando seu discurso.

Nesse contexto Duarte¹¹ (2005, p. 4) reconhece que esses discursos ideológicos em suas entrelinhas sustentam proposições atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que tem ausência de fundamentos técnicos que permitam analisar a realidade atual de todo o território e sua população.

O ordenamento territorial tem sido capaz de produzir certo consenso entre diferentes agentes políticos e da sociedade. Nesse processo distintos atores o proferem de modo a colocar essa ação política como reestruturação para o desenvolvimento regional e local, na medida em que inserem diferentes propostas de interesses comerciais. A visão é predominantemente econômica, especialmente as diretrizes que se projetam no cenário nacional a partir da implantação do Programa de Aceleração do Desenvolvimento – PAC.

Da mesma forma, a divisão do estado do Amazonas estabelece um campo de discussões políticas e disputas pautadas em diversos interesses regionalistas, cujo engajamento envolve projetos políticos distintos, que, no entanto, utilizam-se de concepções políticas comuns nos discursos proferidos em décadas anteriores por outras autoridades políticas.

Os políticos que tendem a apoiar os projetos de divisão do estado do Amazonas ocupam posições dominantes no espaço social e possuem interesses

¹¹ Ana Tereza Sotero Duarte é Consultora Legislativa da área XI referente às questões de meio ambiente e Direito Ambiental, Organização territorial, Desenvolvimento urbano, Trânsito e Transportes. Mar, 2005.

puramente regionalistas e eleitoreiros que se expressam em posições dominantes no campo da produção das representações e idéias. Trata-se de forças hegemônicas que só vêem na Amazônia a manutenção de um projeto desenvolvimentista que não incorporam a crítica a sustentabilidade socioambiental.

A formação discursiva leva a identificar as formas de embutir, na sua origem, discordâncias de grupos políticos e, mesmo, econômicos, em torno da hegemonia sobre essa ou aquela parte de uma determinada porção do território nacional (DUARTE, 1995).

Duarte (2007) adverte que apesar de tais proposições estarem de acordo com as normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a matéria, existe a necessidade de estudos de viabilidade técnica que demonstrem cabalmente a importância de tais arranjos espaciais sob os ângulos econômico e social, bem como do ponto de vista estratégico para o país.

O deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO) eleito pelo Estado do Tocantins propõe a divisão do estado do Amazonas, apresentando seus pontos de vista no seguinte discurso político:

No estado do Amazonas uma nova unidade da federação é importante para desenvolver essa região, por que há muitos estados inadministráveis por causa da enorme extensão territorial. Amazonas, Maranhão e Pará são exemplos. Em certas cidades, o poder do Estado é rarefeito por conta das longas distâncias.

Destaca-se no discurso a visão de que a divisão do estado do Amazonas seria um fator importante para o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que tem bases comuns no processo discursivo quando é reiterada à enorme extensão territorial, apontando-se que o isolamento e a extensão favorecem para o enfraquecimento do estado para que ele não realize ações políticas.

Certamente, nessa concepção parte de discurso lacunar, na medida em que o poder do estado de determinar políticas de desenvolvimento em determinada região não depende somente de fatores como a suposta distância entre os centros de decisão. Essa crença no abandono político de regiões isoladas tem sua justificativa no pouco interesse político e na pequena representatividade dos governantes locais.

Neste sentido aponta-se que nessas propostas emitidas por meio de projetos legislativos, alguns discursos se constituem a partir de um discursivo já existente ou

de um interdiscurso cuja objetividade material não está na designação banal dos discursos que existiram antes, nem na idéia de alguma coisa comum a todos os discursos.

Podendo, portanto, ser definido como o todo complexo que domina as formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas de uma geoestratégia de desenvolvimento para a região Amazônica concebida através da divisão territorial, nas diversas propostas realizadas, como se essa iniciativa fosse à parte fundamental do processo de desenvolvimento.

As análises de Amin (1976) advertem que as várias teorias acerca do desenvolvimento regional e do crescimento econômico atestam sobre a existência das diversas limitações e enganos teóricos inseridos nos planejamentos e a produção de capitais, e levanta a necessidade de se fazer uma análise das diferenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O autor aponta que o desenvolvimento de ações como a redefinição territorial e a alocação de fluxos populacionais não são garantias de evolução das políticas de eliminação de desigualdades e de desenvolvimento social.

Nesse sentido, as proposições têm despertado grandes polêmicas entre os políticos que voltaram sobre a questão, se centram em três questões: A vantagem de se criar territórios e não Estados, como se constitui na proposta inicial em projeto legislativo; os questionamentos e indagações sobre as vantagens e desvantagens da criação de territórios e Estados nessa área geográfica; cogitam-se também as questões envolvendo as conseqüências da divisão do Amazonas para as populações nativas; assim como os custos administrativos das mudanças e os benefícios para o desenvolvimento regional.

A realização da divisão do Estado tem seu alicerce em discursos políticos emancipacionistas de âmbito regional que envolve discussões, por exemplo, sobre a grande dimensão territorial e seu reordenamento com vistas ao desenvolvimento regional e local e a viabilização de meios de administrar e prestar serviços públicos mais eficazes à população.

Um estudo bastante detalhado realizado por Grazziotin (2002) aponta aspectos relativos à inviabilidade de se criar novos Estados ou Territórios Federais na Amazônia, cuja ponderação da medida de divisão aponta uma análise econômica desfavorável, considerando-se que o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma região é diretamente proporcional aos investimentos financeiros ali

realizados. Portanto o desenvolvimento de uma região depende de recursos alocados com a finalidade de elevar o padrão econômico, social e cultural dos habitantes dessa região.

Segundo o relatório da Comissão da Amazônia e de desenvolvimento Regional, citado por Brasileiro (2007, p. 5):

A criação de Territórios não é o caminho mais correto a ser trilhado na busca do desenvolvimento, na medida em que certamente não ampliaria os recursos a serem aportados, pelo contrário, poderia até haver uma escassez maior e canalizaria a maior parte dos mesmos não para a atividade produtiva e social, mas sim para a manutenção da máquina burocrática.

Aponta-se no enunciado a questão do aporte financeiro necessário, para a instituição de um novo ente federativo e o ônus para os cofres públicos, tendo em vista a necessidade de se organizar o aparato burocrático e institucional para o funcionamento de um novo Estado ou Território Federal.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PNOT

3.1 BASES ATUAIS DAS DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (PNOT)

A Política Nacional de Ordenamento Territorial, criada pelo atual governo, desponta em cenários de propostas globalizadas que exigem arrojo e proatividade ao desenvolvimento do país. Neste capítulo, estão sendo apresentados os principais aspectos de discussão acerca do conjunto de regras e normas que procuram estabelecer parâmetros bem como subsídios técnicos e legais neste contexto de mudanças.

Atualmente a idéia de ordenamento territorial é um debate nacional gerado a partir das mudanças político-sociais advindas do processo de globalização de forma mais intensa. Boa parte das questões com relevância econômica e estratégica em todos os países e regiões da Europa está relacionada à políticas específicas de sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

Preliminarmente, observa-se que a gestão do atual governo não isola o contexto econômico dos fins sociais do desenvolvimento. A tese da necessidade de um "desenvolvimento sustentado", defendida pelos principais expoentes do governo Lula pressupõe importantes ajustes nos diversos sistemas. O histórico de debates, propostas de emendas e reformas no país não é recente, mas sua intensificação provavelmente demonstra a efetiva pretensão em conjugar um crescimento sustentado, priorizando o equilíbrio macroeconômico em que são necessárias reformas estruturais do Estado Brasileiro.

O desdobramento dessa estratégia visa abrir condições no aumento do investimento público e privado, favorecendo o crescimento da economia, além do desenvolvimento de outros setores do país.

Nesse sentido, o avanço evolutivo da humanidade, por progressos tecnológicos, padrões de globalização e outros fatores induz à permanente atualização de regras, normas e procedimentos. Por isso, é preciso haver a renovação de entendimentos e seus respectivos ordenamentos. Este contexto exige

posturas proativas e empreendedoras e, na maioria das vezes, despidas de burocracias que acabam por engessar fluxos de resoluções e de acontecimentos políticos, econômicos e geoestratégicos nas políticas do Estado.

De modo semelhante ao ocorrido nos anos 30, os anos 80 assistiram a necessidade de uma nova configuração do país, sobretudo do Estado frente a mudanças significativas na economia, mais especificamente nos sistemas produtivos e no capital financeiro. No caso dos países desenvolvidos a questão se colocava em termos do esgotamento do Estado de Bem-Estar Social enquanto que no caso dos países periféricos ou emergentes o esgotamento era do chamado Estado Desenvolvimentista. Se, no primeiro caso, o Estado crescia em funções e aparelhos para atender as demandas sociais, no segundo caso, o crescimento justificava-se pela necessidade do Estado alavancar o crescimento econômico dada a fragilidade das burguesias nacionais e a frágil poupança privada. Seja num caso seja no outro, parece haver se estabelecido um consenso de que o remédio recomendado estava na redução do Estado, de seu papel, de suas funções, quer seja no ideário neoliberal mais feroz, quer não (BOBBIO, 2005).

Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de um novo ordenamento para o Estado. No entanto, esta identificação não resulta de um diagnóstico preventivo de uma situação, mas da presença de uma crise que se generalizava por vários países. A crise era da economia, mas também uma crise do Estado, levando à consciência de que para se enfrentar a primeira obrigatoriamente haveria de se enfrentar a segunda. Apenas um Estado remodelado, eficiente seria capaz de enfrentar e debelar a crise econômica (MARTINS e PIERANTI, 2006).

Mais especificamente no caso brasileiro, esta crise se expressa não só pela interrupção do crescimento econômico. Ou seja, o desenvolvimentismo não conseguia mais assegurar sua eficiência e nem a presença de uma inflação elevada que corroía o tecido econômico e social. Esta crise desponta no último governo do período autoritário, mas estoura firmemente no primeiro governo da redemocratização. Vale dizer que esta foi extremamente limitada, confirmando o traço histórico da realidade brasileira de incorporar elementos estruturais do velho regime no novo.

Igualmente, na década de 80 inicia-se a discussão acerca do ordenamento do território nacional, devendo este ser atribuição prioritária do governo federal. Alguns programas como “Nossa Natureza” fundamentaram a discussão constituinte,

integrando assim a Constituição de 1988 o parâmetro legal sobre a competência de planos de ordenamento territorial: “Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (art. 21, § IX, CF).

Assim, nos anos 2000 surge um governo de propostas renovadas, porém abalizadas em modelos debatidos em décadas atrás. O governo Lula, inserindo-se em ambiente de elevadas exigências e padrões desenvolvimentista, dá a partida em programas distintos, caracterizando-se um novo ciclo de investidas e crescimentos planejados.

Nessa linha, a PNOT indica avanço na decisão de configurar o país em face de padrões de gestão globalizados. Rückert (2007), contudo, observa que tal medida tardia, decorre de desvios de focos que levaram a mesma a somente ser proposta mais de uma década depois de promulgação da Constituição Federal. Na verdade, somente em 2003, a Lei 10.683/03, ao determinar funções e responsabilidades ministeriais apontou ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério da Defesa competências distintas e específicas ao ordenamento territorial.

Desse modo, no ano seguinte o Ministério da Integração Nacional apresentou minuta à Política Nacional de Ordenamento Territorial. Esta parte de focos estratégicos para a definição e implementação em prazos curto, médio e longo de medidas de atuação e intervenção no território, visa o alinhamento ao contexto de desenvolvimento do país, preservando-se e até mesmo valorizando-se interesses que controlam o poder político.

Daí a noção de território na atualidade associar-se mais à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes.

Na visão de construção desse novo território, existe naturalmente, uma dimensão nacional, mas não abdica de uma visão à escala das regiões, seja pela existência de recursos distintos em cada uma delas ou pela necessidade de inter-relações e, portanto, se estabelecendo uma noção de interdependência, dada a necessidade de considerar os diferentes efeitos regionais que as políticas nacionais suscitam. Este é um dos aspectos essenciais das políticas de ordenamento do território o planejamento de ações para o desenvolvimento do mesmo.

Duarte (2002, p. 1) conceitua o ordenamento territorial como “uma ação conjunta que abrange todas as áreas do planejamento, em nível federal, estadual ou municipal, que têm impacto sobre a organização do território”.

O Brasil não dispõe de um ordenamento territorial, a exemplo de outros países europeus, que realizaram um sistema integrado de ordenamento territorial para facilitar a intervenção coordenada nos diferentes níveis de políticas descentralizadas e seus agentes. A iniciativa brasileira de constituição de políticas de ordenação do território tem uma profunda influência das experiências internacionais como as de países como o México, Canadá, França, Alemanha, Itália e União Européia.

Tais políticas tiveram como foco a integração de mercados. As ações de gestão do território com repercussões são cada vez mais condicionadas, em seus aspectos externos, por movimentos em direção a um aumento da competitividade e da evolução da produção. E para determinar esse papel relacional ao território, ordenamento territorial é um conjunto de ações que tem por finalidade a melhoria da integração entre os demais territórios numa constante inter-relação cujas ações se manifestam através do fluxo dos investimentos, impondo do estado e de seus agentes projetos de infra-estruturas, reforçando assim a interdependência econômica.

3.1.1 Objetivos para a criação de uma política de ordenamento territorial

A idéia principal, segundo Miragaya (2007), é a de retomar o conceito de território enquanto figura que congrega funções sociais, ambientais, econômicas e, portanto, produtivas. Assim, o planejamento e implementação de uma política de ordenamento do território despontam como essenciais, necessitando de enfoques articulados entre Estado e sociedade civil.

Dessa forma, as ações governamentais necessitam de direcionamento, tendo em vista as questões que se apresentam quer sejam em termos de desequilíbrio na distribuição espacial da população quer sejam no monitoramento e regulação de questões ambientais dentre inúmeras outras. É válido reconhecer que tais pontos

acabam por gerar um cenário em que cabe ao Estado efetivamente a determinação e o pulso para a promoção de objetivos nacionais.

De acordo com o Burstzin (2007, p. 7):

O ordenamento do território apresenta relações essenciais, não somente com o desenvolvimento regional, mas também com o desenvolvimento do país de forma mais ampla. Enquanto condiciona e expressa o desenvolvimento histórico do país, seu desdobramento e redefinição exigem horizontes temporais que não se esgotam no curto prazo. Além disso, como instrumento de regulação das tendências de distribuição de atividades produtivas e equipamentos, diante de objetivos estratégicos e, ainda, como produto de articulação institucional e de negociações entre atores significativos, o ordenamento territorial não se limita a apoiar a acumulação de capital.

Sendo assim, pode-se depreender que o estabelecimento de uma política de ordenamento territorial no Brasil objetiva, sobretudo o estabelecimento de diretrizes e padrões de sustentabilidade ao enfrentamento de entraves e problemas sejam sociais ou geopolíticos. Isto porque tal proposta ultrapassa os limites de construção de modelos econômicos para alcançar uma discussão bem mais ampla de propósitos legitimados do Estado.

Pode-se, ainda, acrescentar seu importante aspecto estratégico na gestão de negócios internos e de repercussões externas, na medida em que a governança territorial tem que obrigatoriamente ser reconhecida como um processo continuado, que assegure a busca e conquista por metas de desenvolvimento o contexto globalizado de inserção do país.

No foco das estratégias, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR é outro instrumento político que tem a finalidade de reduzir as desigualdades regionais como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país. A discussão sobre a divisão do Estado do Amazonas ressurge em um momento de profundas mudanças e oportunidades políticas que justificam a necessidade do empreendimento de um novo ordenamento espacial do território, a redivisão é apontada como uma saída para o desenvolvimento local e regional, a fim de reduzir as desigualdades e de ativar os potenciais de desenvolvimento dos municípios que atualmente são considerados pela grande extensão e a pouca demografia.

Aponta-se nesse momento político efervescente, a divisão do estado do Amazonas como foco de exploração da diversidade para dinamizar a economia local e a produção de uma melhor distribuição das atividades produtivas no território. As

propostas políticas acentuam a necessidade do engajamento ativo na elaboração e condução de projetos de desenvolvimento para os municípios amazônidas, tendo como soluções as indicações políticas existentes em foco para a criação de novos estados e ou a criação de territórios federais.

Portanto, nunca houve na história brasileira um momento tão propício para as discussões relativas às velhas proposições de divisão que atualmente se encontram amparadas na construção da PNOT e na gestão de políticas públicas que estimulam o poder político dos municípios na cena econômica, a integração através da cooperação Sul-americana para fortalecimento de estratégias para as Amazônia Brasileira e dos países vizinhos e outros similares que são pilares que podem sustentar os discursos políticos atuais sobre a Amazônia.

3.1.2 Ordenamento Territorial e a Sustentabilidade

De acordo com as definições apresentadas em Houaiss (2001), território importa em extensão de terra, sendo esta área de município, distrito, estado, país etc., representando área de uma jurisdição. No Brasil, o território representa “região que, não constituindo um estado, é administrada pela União”. Sob o enfoque jurídico, assim se conceitua:

Extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos e também a faixa do mar exterior que lhe banha as costas e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território.

Sendo assim, é válido reconhecer que políticas territoriais ultrapassem a questão exclusiva local a partir unicamente de planejamentos regionais. Compete ao Estado o desenvolvimento integrado que abranja a concepção do espaço nacional. De fato, a posse do território no país revela características do poder unidimensional.

Desse modo, tendo em vista o contexto de atuais propostas, não cabe mais o desenvolvimento exclusivamente a partir de investimentos externos, mas sim mediante a concretude de ações internas respaldadas em um corpo integrado de políticas.

As diretrizes emanadas pela Carta Magna no que se refere à busca por ações regionais equilibradas através do correto e adequado planejamento, exigem medidas efetivas ao ordenamento territorial. O citado dispositivo legal (Lei nº. 10.683 de 20 de maio de 2003) indica ao Ministério da Integração Social a ordenação territorial (art 27). Observe-se, nesse contexto, que o ordenamento tende a ser caracterizado como um mecanismo conjuntural de planejamento com vistas à organização. Sendo o país de grande extensão, ressalte-se a evidente necessidade de consolidação entre determinantes federais e interesses regionais.

Obviamente, esta parametrização sinaliza a sustentabilidade por intermédio da estreita relação entre a política de ordenamento territorial e a exigência de distribuições igualitárias de terra, riqueza e população. Em princípio tal trilogia sugere debate utópico, todavia, valida seu aprofundamento em reflexões pormenorizadas que contemplem efetivamente o avanço em termos de uma visão estratégica geral de modelo de organização territorial.

Sob esse viés, carece esclarecimento o fato de que, não só discussões acerca do desenvolvimento urbano e regional somam-se à política de ordenamento territorial, mas, sobretudo, todas as questões do país, setoriais, as de ampla abrangência que direta ou indiretamente contribuam, interfiram ou influenciem resultados territoriais, residindo aí a evidente necessidade de macro visão estratégica do negócio.

Assim, a sustentabilidade se faz presente, de acordo com Miragaya (2007, p. 7) através da conjunção de procedimentos e providências, assim definidos no ordenamento jurídico:

Regulação das ações que têm impacto na distribuição - da população, das atividades produtivas, dos espaços de conservação ambiental, das áreas consideradas como de interesse para a segurança do território nacional, dos equipamentos - e suas tendências, assim como a delimitação de territórios, segundo uma visão estratégica, considerando as ofertas e restrições, mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores.

Miragaya (2007) complementa a idéia esclarecendo que para o desenvolvimento de propostas PNOT foram avaliados seis segmentos distintos (Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território), considerando-se experiências passadas nacionais e estrangeiras e, principalmente, o contexto de desenvolvimento da atualidade. Ele enumera como estudos principais desenvolvidos que serviram de alicerces às primeiras proposições:

3.1.3 Experiências Nacionais e Internacionais

A consideração de experiências faz-se importante na construção de diretrizes à gestão adequada do ordenamento territorial. Tanto em parâmetros nacionais como estrangeiros são constatadas vertentes que procuram aproximar diferenças em prol de um melhor e maior equilíbrio territorial. No entanto, ressalva-se que os modelos de ordenamento territorial revestem-se de articulações variadas.

As mudanças nas últimas décadas caracterizam-se por maior competição global, expansão e uso da tecnologia da informação, preocupação com a qualidade, crescimento da automação, mix de produtos, diminuição de estoques, inovações na organização das operações e menores ciclos de vida dos produtos. Isso explica em grande parte por que muitos sistemas de gestão passaram a ser adotados, visando estratégias diferenciais projetadas para atender necessidades existentes, como também para prever e controlar ações futuras (JOUVENEL, 2000).

Na verdade, conforme preceitua Castells (1999), o estudo de sistemas modernos de gestão possibilita a identificação de metodologias e estratégias voltadas ao planejamento para o futuro.

Para Diniz (2000), a globalização pode ser entendida como uma nova "formatação" capitalista, gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais, envolvendo aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, sociais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica. Nesse caso, o próprio autor enfatiza que tal conjuntura promovem grandes e importantes cenários de competições e concorrências em praticamente todos os setores da economia.

Entretanto, é preciso atentar para um crescimento econômico sustentado, sendo fundamental o estudo prospectivo de cenários. Observa-se que de fato, o sistema econômico internacional/globalizado tem se caracterizado por fenômenos marcantes nos dias atuais. A globalização trouxe a instalação de um novo processo de movimentação de capitais jamais visto na história econômica. Em consequência, o mundo assinala o surgimento de uma nova relação e integração, tendo os estudos e levantamentos de cunho prospectivo a representação de alicerces importantes à sustentação dos negócios nesse cenário de elevados padrões competitivos. Pode-

se, portanto, afirmar que a globalização transcende os aspectos puramente econômicos. Invade o campo empresarial e da gestão de negócios (NASBIT, 1994).

Nesse sentido, o ordenamento territorial identifica-se pelos novos condicionantes surgidos da integração de mercados. Barreiras no espaço exigem medidas de gestão. Buarque (2003) destaca, então, as metodologias prospectivas para a definição de estratégias, investimentos e prioridades acerca do estabelecimento de condições efetivas de crescimento e desenvolvimento de países.

O autor ainda acrescenta que o crescimento vislumbrado aos setores da economia carece efetivamente de estudos e previsões. Para o ordenamento territorial, as experiências vividas por blocos econômicos têm a predominância da instrumentalização institucional.

3.1.4 As terras de responsabilidade e gestão federal

A compreensão da situação fundiária brasileira é uma das peças-chave para a formulação de uma política de ordenamento do território (Mello *et alii*, 2006). O Estado, ao propor e definir um ordenamento para o seu território deve deter o conhecimento da propriedade da terra, essencial para o desenvolvimento de um país. A existência de um grande capital em terras públicas diferencia o Brasil de países que já não o possuem e que podem atuar apenas por meio de mecanismos indutores ou restritivos. A propriedade pública pode ser usada para liderar o ordenamento e reconduzir o modelo de desenvolvimento do país.

3.1.5 Logística e ordenamento do território

O estudo (Becker *et ali*, 2001) reconhece que a PNOT emerge num contexto histórico marcado pela força da globalização e da competitividade bem como que a logística constitui, sem dúvida, um dos principais vetores de reestruturação do território. No Brasil a logística do território está voltada para a exportação sob o comando crescente do setor privado.

A logística não é muito desenvolvida, sendo poucas as malhas existentes. Entre inovações que buscam agilizar a exportação e reduzir seu custo destacam-se: i) investimentos em ferrovias pelas concessionárias; ii) busca da multimodalidade através de terminais multimodais e de contêineres, que tem impulsionado o crescimento de cidades como Uberlândia e dos portos, que ampliam sobremaneira os seus serviços; iii) a multiplicação dos portos secos no território nacional, inclusive nas fronteiras terrestres.

Os sistemas logísticos das corporações são muito diferenciados entre si. A busca pela competitividade no mercado externo através da redução do tempo e do custo é o motivo básico dos investimentos das empresas privadas no setor de infraestrutura.

É possível, assim, diferenciar a porção sudeste-sul do país onde uma efetiva malha logística altera a textura do território, pela multiplicidade, complexidade e articulação das redes – tanto de circulação como de produção agrícola industrial, de serviços, de informação - e de onde partem as conexões para a América do Sul. O padrão concentrado das redes se reproduz no Cone Sul, onde se configura o embrião de uma nova malha, tendo como limite norte a Bolívia.

3.1.6 Mecanismos e dispositivos legais e efetivos em vigor sobre ordenamento territorial

Dentre as competências materiais exclusivas da União, encontra-se a competência para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (art. 21, IX, CF/88) (Leuzinger; Rocha, 2006). Embora inserta no âmbito das competências materiais, que não envolvem poder legiferante, há necessidade de se avançar no sentido da formulação de um marco legal que possa integrar as diversas normas que regulam as diferentes formas de uso, ocupação e proteção do solo urbano e rural, na medida em que os distintos diplomas legais e atos normativos em vigor não possuem conectividade.

Estando a competência para elaborar e implementar planos nacionais e regionais de ordenação do território inserta na órbita do Poder Executivo Federal, é indispensável que existam normas em vigor que sustentem essa atividade administrativa. Assim, seria necessária a edição de uma nova lei, instituindo o Plano

Nacional de Ordenação do Território. Entretanto, como os planos de ordenamento territorial consistem, na verdade, em instrumentos de uma Política de Ordenamento do Território bem mais abrangente, a lei a ser editada deve determinar os contornos dessa política nacional, que possibilitará um campo de ação muito mais amplo ao Executivo federal.

A Lei da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) deverá conter, no mínimo, os conceitos mais relevantes (dentre os quais o conceito de território), os objetivos, os princípios, as diretrizes e os instrumentos, além da criação de um Sistema de Gestão do Território, composto por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios. Deverá, ainda, definir a área de atuação dos planos nacional, regionais e locais, que poderá coincidir com os limites políticos dos Estados-membros ou determinar outra unidade de gestão, como as ecorregiões, as bacias hidrográficas, os limites políticos do território municipal etc.

Dentre os instrumentos da Política Nacional de Ordenamento Territorial, estariam, como visto, os planos nacional, regionais e locais de ordenação do território, previstos, respectivamente, pelos arts. 21, IX, e 30, VIII, da Constituição Federal de 1988, a serem elaborados pelas diferentes entidades estatais, no âmbito de suas respectivas competências. No caso específico dos planos locais, deverá ser observada a competência dos municípios para promover o adequado ordenamento territorial do solo urbano.

Os estudos aqui apresentados (com exceção do estudo “Avaliação dos impactos de Planos, Programas e Projetos no Uso e Ocupação do Território no Brasil” de caráter metodológico inovador para avaliar investimentos territoriais, porém não apresentado aqui), em seus próprios termos, de forma sintética, ainda necessitam de implementação em um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional. Tal procedimento, circunscrito à conjuntura das mudanças governamentais recentes quando do início do segundo governo Lula, se faz necessário e mesmo premente para que o país possa começar a perceber a validade destas investigações até aqui realizadas.

A inserção de políticas públicas de reordenamento envolve um planejamento do território como espaço socialmente construído, conduzido para orientar o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o ordenamento territorial é uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e, como tal, torna-se um instrumento de indução do desenvolvimento pretendido para uma determinada

região, se houve políticas de ação definidas e o pleno conhecimento das vulnerabilidades e especificidades regionais.

O reordenamento territorial do estado do Amazonas, por exemplo, repousa em ponto complicado: o conhecimento das diversas amazônias, de sua heterogeneidade cultural e ambiental. Esse processo de conhecimento integral depende de estudos em várias áreas do conhecimento que permitam avaliar as formas de intervenção.

Neste sentido, o ordenamento territorial tem um significado de reformulação que implica em planejamento dos padrões de desenvolvimento, assim como o estabelecimento dos princípios, das diretrizes e de instrumentos capazes de produzir as mudanças para se promover o crescimento sustentável.

3.1.7 Contexto institucional e legal

Num cenário de economia globalizada e de constituição de blocos econômicos regionais, a necessidade da ampliação das economias de escala exige repensar a dimensão da intervenção estatal, averiguando o desenvolvimento de parcerias estratégicas, principalmente com os países fronteiriços. Os processos integracionistas regionais colocam também novas responsabilidades ao setor público no sentido da correção das desigualdades estruturais existentes entre seus diversos territórios constituintes, exigindo para as regiões e países de menor desenvolvimento relativo à adoção de medidas como:

(...) programação do desenvolvimento industrial, apoio à pesquisa e desenvolvimento, (...) fundos de investimentos, alocação de recursos destinados à reconversão industrial e de culturas, treinamento de recursos humanos, etc. Em relação ao comércio, (...) um período mais prolongado de adaptação para a eliminação de tarifas dos produtos mais sensíveis (MACADAR, 1992, p.687).

Assim, a elaboração de diretrizes para uma PNOT deve estar em consonância com a política de construção de parcerias sul-americanas, de modo a ampliar a noção de ordenamento territorial para o conjunto do território sul-americano e de modo a privilegiar as zonas de fronteira:

A questão das relações bilaterais e multilaterais com os países vizinhos – isto é, os temas transfronteiriços – também fazem parte da pauta de uma política de ordenamento territorial no âmbito nacional, pois possuem importantes repercussões nos fluxos e mesmo em regiões às vezes distantes das fronteiras. Nesse sentido, uma macrovisão do território brasileiro deve visualizar também a unidade maior do subcontinente sul-americano (Moraes, 1996, p. 46).

A atual conjuntura econômica mundial e regional impõe mudanças das noções de fronteira, de modo a tornar mais flexíveis os conceitos de “fronteiras de contenção” e “fronteiras-separação” da geopolítica realista, e reforçar as características fronteiriças atuais de regiões de transição, de interface e/ ou de comutadoras entre países vizinhos. As abordagens nacionalistas e militaristas de fronteira (típica dos regimes militares argentino e brasileiro) perdem sua exclusividade de outrora, ao mesmo tempo em que as regiões de fronteira deixam de ser zonas de tensão para converter-se em zonas de contato e articulação (RUCKERT, 2003).

A evolução da fronteira-separação em fronteira-cooperação tem implicado em recentes transformações no que tange à implementação de infra-estrutura estratégica e indústrias nas Faixas de Fronteira, como na Fronteira Oeste Brasil-Argentina, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. A legislação federal que dispõe sobre a faixa de fronteira veda - na forma como se encontra em vigor, nos termos de 1979 -, salvo com o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, a implementação de infra-estrutura estratégica (abertura de vias de transporte, construção de estradas internacionais, implantação de instalações industriais de interesse da Segurança Nacional), bem como exige que ao menos 51 por cento do capital de quaisquer indústrias que aí se instalem pertençam a brasileiros.

O processo de gestão do território, segundo Becker (2001), emergiu do reconhecimento das limitações do planejamento centralizado e técnico enquanto instrumento de ordenamento do território. Ultrapassando um viés meramente administrativo e diante de progressivas articulações entre o público e o privado, “a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações”.

É neste sentido que a política de ordenamento territorial se impõe trazendo muitas polêmicas em relação à Amazônia, que possui um peso especial nos debates nacionais. Outros estados brasileiros passam por ações políticas com o intento de ordenamento territorial especialmente na Região Norte, como no caso do Pará e do Estado do Tocantins.

A questão do ordenamento territorial está no foco dos debates políticos no momento em que se discutem os temas importantes, como a gestão ambiental na Amazônia. A necessidade de ordenamento territorial é entendida como um conjunto de ações político-administrativas que visam garantir a organização do espaço/território através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca do equilíbrio ecológico, econômico e social na interação com o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

O debate político suscita também a divisão territorial do Estado Amazonas, com vias ao desenvolvimento local e regional, a efetiva ação na segurança das fronteiras sob o lema “dividir para governar melhor”, além de outras questões polêmicas que se colocam, como a biopirataria e a eliminação do isolamento existente nos municípios amazonenses, que é considerada como a causa da exclusão social e da pobreza das populações.

As políticas que estão sendo desenvolvidas gradualmente para o crescimento econômico necessariamente se associam à mobilização por políticas que resultem na redução das profundas desigualdades sociais e regionais e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80.

Na análise de RAFFESTIN (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder em sua época direcionado ao poder político como foco de ação do Estado. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

O território vai muito além de uma variável estratégica em sentido político-militar, atualmente tem sua dimensão geoestratégica de poder econômico. O território é atualmente tratado como “base” de planos e políticas territoriais de desenvolvimento regional. (Farjado; 2005)

A complexidade da questão frente às relações de poder colocadas em

questão está ao lado do poder econômico, que definirão novos territórios e territorialidades. Becker (2003, p. 291) explora a logística dessa nova geopolítica sob o ponto de vista da inclusão-exclusão que se materializa em uma nova racionalidade, onde os campos de força são instáveis e o setor privado parece ter assumido o controle sobre a reorganização do território.

Neste sentido, as políticas que estão sendo gestadas (PNOT, PNDR, PAC) estão inseridas no âmago da materialidade econômica e se constituem no fator dominante na estruturação do território e seu caráter funcional, juntamente com as relações de poder envolvidas, ainda que esse tenha extremo vínculo político, que, muito mais que discursivo ou conceitual, abrangem a esfera concreta e efetiva das decisões e delineamentos na orientação das territorialidades.

Segundo a deputada Grazziotin (PC do B do AM), (2000):

A divisão do Estado do Amazonas se insere neste contexto complexo em uma situação concreta que não pode ser descartada no jogo das combinações que faz o campo político das ações mesmo que em caráter político conturbado e crítico, sendo amortecidas as questões colocadas nos projetos legislativos, enquanto não se apresentam projetos de desenvolvimento que possam conduzir a um processo de divisão pautado em condições efetivas de consolidar a melhoria das populações amazonenses. Mas futuramente poderá vir à tona no bojo das políticas e com a cautela que o processo exige das políticas públicas novas diretrizes e soluções para as complexidades que se apresentam como as formas de criar um plano de desenvolvimento que contemplem a heterogeneidade geográfica, cultural e de relações de trabalho. (Discurso proferido em 27 de Agosto de 2006)

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico, no processo de globalização, em primeira instância, os usos do território adequam-se aos fins de reprodução do capital, assim como também tentativas - bem sucedidas ou não de desenvolvimento territorial. Com efeito, a articulação de redes técnicas se tornou cada vez mais intensa, para materializar o processo relacional enquanto categoria econômica.

Neste sentido, o território como poder econômico pode traduzir-se no espaço materializado numa estrutura espacial de transformações regionais na forma de agentes que dinamizam todo o processo de produção que é segundo Santos (1980), a base da divisão do trabalho no desenvolvimento capitalista, no qual a divisão territorial sempre esteve presente. A produção é sobremodo econômica em sua estrutura, processo, função e forma. (SANTOS, 1980, p. 49).

Na mesma concepção de poder, a lógica territorialista do estado teve como finalidade o escoamento dos fluxos de produção de forma geograficamente questionável, como é o caso da construção da transamazônica durante o governo militar, que abriu uma enorme vereda na selva, e o exemplo das estradas/rodovias (BR/364), construídas pelo governo de Rondônia na década de 80 para incrementar a dinâmica da reprodução do capital em estratégias que terminaram por influenciar no ritmo acelerado de desmatamento da floresta.

A transformação do isolamento da floresta para a construção de estradas em um sistema possibilitou aos novos estados de fronteira (Rondônia, Acre, Amapá) o uso mais fácil dos recursos à sua disposição. Por meio desse sistema, os elementos constitutivos do espaço puderam ser agrupados e serviram mais eficazmente à centralização do poder. Por meio das estradas políticas uma melhor ecumenização do território foi colocada em marcha. A urbanização do território é acelerada com a fundação de novas cidades, especificamente nas regiões ainda não totalmente integradas em uma ordem política, representada pelo deslocamento de homens.

A colonização favoreceu a criação de novos municípios que geraram as condições para a circulação no interior de vastas áreas que passaram a possuir fronteiras claramente delimitadas, e portanto, passaram a ser também entidades jurídicas, legislativas e tributárias. Esse reordenamento faz parte integrante da organização do território.

E neste contexto conforme Santos et al (2000, p. 12) o território é usado como recurso e prerrogativa dos “atores hegemônicos” que perpetuaram através de suas relações sociais, produtivas e culturais a territorialização.

A Amazônia Legal da qual faz parte o Estado do Amazonas no processo de desenvolvimentismo implantado, constituiu-se na produção do território enquanto recurso, tanto em nível de camadas dominantes privilegiando a riqueza de seu subsolo e a especulação da terra, quanto no caráter mercantil, em nível de pequenos proprietários de terras cuja terra representa garantia de sobrevivência.

Neste contexto, a Amazônia tem um intenso fluxo de produção e mobilidade, formando dimensões especiais tradicionais, como os territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade das ações de produção. Sob esse modelo se firma o modelo de implantando pela lógica estatal, controladora de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente delimitadas.

Segundo Arrigh (1996) a verdadeira e real perspectiva da visão territorial: é “o

espaço terrestre, real ou imaginado, que um povo ocupa ou utiliza de alguma maneira, sobre o qual gera sentido de pertencimento, que confronta com o de outros, e organiza de acordo com os padrões de diferenciação produtiva. Esse processo de análise se reflete na realidade amazônica, se forem confrontadas a questão do sentimento de pertencimento do território em relação à nação indígena e aos grupos migrantes que vieram explorar e territorializar o espaço.

E nesse espaço, à exemplo do Rondônia, houve as lutas pela hegemonia de um modo particular. O poder estadual teve legitimidade do poder estadual com as ações sobre a divisão de terras que muitas vezes tiveram contornos jurídicos em relação aos conflitos que culminavam com processos de grilagem pelos posseiros.

Assim, a Amazônia se estabelece dentro do conceito de território e territorialidade que determinam a necessidade de considerar na análise histórica que marcam a sua produção e demarcam o lugar de onde os atores sociais produzem os processos sociais, os ordenamentos jurídicos, as representações, os conceitos e o conhecimento sobre o espaço (ESPÍNDOLA, 2006).

A configuração natural pré-existente da Amazônia é a extensa floresta vista como recurso material e riqueza, numa visão pragmática que é um fator que deve ser levado em conta na análise, na medida em que reflete sobre o processo de desenvolvimento implantado com base na modernização conservadora.

Esses atores sociais ao exercerem a mediação entre as formas modernas de agricultura na fronteira e setores hegemônicos da economia nacional, e ao desenvolverem localmente, poder político, acabam configurando um conjunto de práticas que desembocam na constituição de uma territorialidade.

Para compreender o exposto é necessário introduzir nesse estudo, a visão de representações espaciais, conforme propõe Lefebvre (1973) para se avaliar com mais precisão a questão das práticas espaciais no qual o espaço foi gerado como fenômeno econômico-social de acumulação de capitais e concentração de terras.

Conforme Gomes (1991, p. 23) o espaço se reverte em um domínio territorial político-econômico que tem uma dimensão histórica uma vez que ele marca a sucessão dos acontecimentos dos fatos produzidos pelas ações transformadoras dos homens na concretude do processo histórico.

A dimensão histórica do processo relativo à apropriação territorial se constitui no processo de territorialidade dos agentes em um produto social que é o trabalho. Portanto, essas são as condições existentes no capitalismo na constituição do modelo de desenvolvimento da Amazônia nas relações de produção que são

resultados de processos sociais, embora seus resultados sejam diferenciados em relação à apropriação pelas classes sociais, notáveis pela crescente especulação e a concentração de terras.

Para Gomes (1991, p. 22)

A ação do homem como ser social dotado de consciência coletiva, no processo das contradições dialéticas entre as classes sociais antagônicas transforma o tempo histórico em realidade material. A contradição, simbolizada pela luta dos contrários, é o motor da transformação que impele as classes sociais a produzirem mudanças quantitativas (graduais, contínuas e evolutivas) e qualitativas (radicais, descontínuas e revolucionárias).

A forma que Marx concebia a relação entre forças produtivas e relações de produção e entre modo de produção é palco de lutas de classe. O território enquanto conceito delimitado e definido por, e a partir de relações de poder (SOUZA, 2003, p. 78), sob a ótica produtiva, as relações de poder assumem-se como processos geradores de territórios.

O dinheiro sendo meio e poder gerais (Marx, 1983, p.31) resulta assim num veículo efetivo de transformações espaciais. Mesmo a visão de um território concreto, embasado fortemente em um componente econômico essencial, como é o caso da fronteira agrícola e mais recentemente das relações espaciais novas geradas pelo ordenamento territorial.

Um território nacional, assim, abrange, além do discurso ideológico característico, uma apropriação econômica que consiste, muitas vezes, nos próprios objetivos da territorialidade. De acordo com a visão de Raffestin (1993, p. 58) “o poder visa o controle e a dominação sobre os homense sobre as coisas”.

Nesse sentido, o poder exerceria sua ação, por meio dos trunfos: a população, o território ou os recursos. A relação entre estes, ou ainda, no controle, domínio, apropriação ou influência do poder sobre um dos mesmos é materializado na transformação territorial.

Saquet (2003, p. 126) aponta como uma das contribuições de Raffestin para a discussão do conceito de território, a sinalização que o mesmo dá às questões dos recursos naturais como instrumentos de poder. E marx (1983, p. 205) avalia que “toda e qualquer produção éapropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e porintermédio de uma forma de sociedade determinada, a produção que é coletiva, representada no processo econômico.

No caso da economia capitalista, isso se exemplifica na divisão territorial como estratégia para exploração nestes novos enfoques político-econômicos. O processo de divisão do Amazonas se projeta em uma nova frente que implicará do Estado soluções inevitáveis relativas ao poder dos municípios e Estados criados, que dependeriam de bases tecnológicas para a produção de sua territorialidade profundamente marcada na apropriação dos recursos naturais. Desta forma, na concepção de Haesbaert (2007, p. 57), “a abordagem econômica do território envolve um jogo de forças no qual o poder, seja exercido pelo Estado ou por empresas, não ignora assim a natureza enquanto recurso.

É neste jogo de interesses políticos e econômicos que estão focadas as proposições de divisão do Estado do Amazonas, a partir de abertura de novas fronteiras estabelecidas com a criação de Estados e/ou território federal. Essas propostas em seu bojo político privilegiam a dimensão econômica do território, cuja base é a concepção de que dividindo o território e criando novos entes, ampliam-se as condições de aumentar a representatividade política e uma política fiscal capaz de desenvolver mudanças locais, além de uma estratégia em sentido político-militar, às áreas geográficas com pouca população e em espaço de fronteira.

Habermas (1987) considera que na constituição dessas práticas espaciais estão associadas às experiências de vida cotidiana e as memórias coletivas. Quando surgem novas redefinições espaciais essas práticas de refazem e sempre expressam muitos conflitos sociais.

O desenvolvimento de projetos na Amazônia envolvendo a expansão da fronteira agrícola e pecuária, que gerou conflitos diante da crise do empreendimento instituído da frente pioneira e dos grandes projetos. Associada à construção de uma prática de apropriação do espaço, essa expansão vem como um recurso de escape da crise urbana brasileira e do desemprego.

A ideologia do progresso capitalista incorporou a vertente ideológica do desenvolvimento regional que se mesclou à idéia de concepção de vazio demográfico. Os interesses diretos de políticas de controle e organização do espaço social (territorialidade) vêm para a promoção do capitalismo em ações complexas para o desenvolvimento agrícola e a colonização da fronteira.

A redefinição produtiva na Amazônia como um novo espaço de apropriação para o capital se instituiu na divisão inter-regional do trabalho no país. Durante essa

fase os projetos abrangeram processos industriais de elevado comprometimento ambientais.

Neste sentido, o movimento contemporâneo de criação/recriação de territorialidades se insere de forma mais complexa e reflexiva, devido à visão ambiental que impera atualmente, impondo projetos de desenvolvimento mais coerentes com a realidade socioambiental. Esses movimentos espaciais geraram muitos conflitos que tornaram ainda mais complexas às relações capital/trabalho.

Com base na visão estratégica da integração a Amazônia, foi vista como um novo pólo de descentralização urbana das grandes cidades e a nova oportunidade colocada pela propaganda do governo para os diversos agentes sociais adquirirem suas próprias terras.

Nesse contexto, Lefebvre (1973) afirma a relação existente entre Estado e espaço na reprodução das relações sociais de produção. Portanto, esse espaço produzido pelo Estado é político, possuindo características próprias e objetivos específicos dentro de uma constante racionalidade.

A legitimidade investida se centra no discurso do desenvolvimento, cujo resultado gerou “o caos das relações entre os grupos, as frações de classe e as classes, usando para isso o espaço como um instrumento privilegiado” de ação política atuando com os diversos organismos e instituições consagradas à gestão e à produção do espaço (NOGUEIRA, 2001, p. 66).

A face dessa representação espacial é um produto estatal produzido pelos interesses privados, portanto desconsidera a heterogeneidade da região e suas especificidades e seus atores sociais, favorecendo representações simplificadoras sobre a Amazônia (BECKER, 1998).

A racionalidade de implementação do capital privilegiou basicamente os interesses dos grandes latifundiários. Conforme Becker (1998) o rápido movimento de apropriação desse espaço se realizou de forma impulsiva e brutal, favorecendo o desencadeamento de conflitos e debates sobre o destino da Amazônia, a partir dessa via de desenvolvimento.

O discurso ideológico oficial se apresenta como forte idealizador de controle e vigilância cuja explicação se caracteriza pela concepção de que há uma suposta ingovernabilidade dos grandes Estados.

Esse discurso alicerça plenamente a justificativa da divisão do Estado do Amazonas e de suas várias formas de pensar sua conjuntura política. As ideologias

que dimensionam a questão do desenvolvimento constroem convicções nos indivíduos, e orientam o comportamento social de levas de migrantes que se dirigiram á Amazônia em busca do sonho da “terra própria”.

As mensagens ideológicas apontadas nas propagandas do governo apresentam uma visão da realidade distorcida, que é usada para manter a estrutura dessa nova sociedade no espaço.

Na construção e apropriação do espaço geográfico, a ideologia resultou da prática social proveniente da atividade social dos homens no momento em que representam para si mesmos essa atividade e a aceitaram como legitimadora de uma realidade que estão intrincadas especialmente nas relações de produção desse novo espaço que remete direta e imediatamente às relações capital/trabalho.

Portanto, assume-se nesse contexto uma grande articulação entre capitalismo e o espaço. Lefebvre (1973) avalia que a produção do espaço está associada ao modo de produção dominante onde a ideologia se constrói nas diversas categorias geográficas, desde o local até o global, desde o lugar até a nação. Lefebvre (1973) aponta a articulação do capitalismo ao espaço como um processo de produção do qual tem a função de transformar a terra e o espaço em mercadoria.

Nesse contexto, na Amazônia criou-se um novo espaço para a reprodução da economia, implantando novas formas de exploração e iniciando uma dinâmica econômica local específica e heterogênea característica dos tipos de atividades desenvolvidas na frente pioneira agrícola desenvolvida pelo Estado.

Segundo Nogueira (2001, p. 45):

A fronteira resulta de uma imagem construída no interior do Estado-nacional que é vista como um lugar que abriga contravenções; um lugar prenhe de ilegalidades; um lugar em que todos são suspeitos, enfim, um lugar que serve de escape e refúgio àqueles que infringem normas das instituições estatais. Daí a pressão das áreas centrais sobre o Estado, exigindo o controle e a vigilância das fronteiras, pois é por ela que passam, ingressam no país, diversas mazelas.

Pode-se afirmar que a representação espacial se constituiu em torno de resistências sociais causadoras de conflitos de apropriação de terras. Trata-se de um conflito que quase denota uma oposição lógica: A apropriação monopolista da terra. Portanto, o conhecimento de suas limitações como fronteira agrícola no que

diz respeito à organização espacial das atividades econômicas e seus novos representantes econômicos.

O espaço territorial concebido na Amazônia é também a tentativa de implantação de um espaço do capitalismo, gerado na base do modo de produção em um ciclo produtivo pela via da desigualdade social.

A partir de 1968, incrementaram-se os mecanismos fiscais e creditícios que subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, que induziram os subsídios ao fluxo de capital que serviram como indução aos fluxos migratórios, visando ao povoamento, à formação da mão-de-obra e ao modelo econômico implantado na fronteira agrícola pelos diferentes tipos de apropriação do espaço e de atores sociais privados e públicos. (Andrade; 1999)

O discurso ideológico se perpetua na idéia da desigualdade regional em relação aos outros estados brasileiros e, desta forma, se insere uma visão de integração social da Amazônia.

Conforme Gomes (1991), as configurações desse discurso são um contínuo processo de construção que envolvem os processos de territorialidades espaciais através da dominação e a interdependência dos espaços produtivos nacionais, que implicam na Amazônia a intensa relação entre homem/natureza. Nesse processo, os objetivos de expansão territorial são também as configurações ideológicas da classe dirigente de tornar a Amazônia uma área de exploração de recursos naturais.

Os conflitos internos gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico se efetiva pela “participação de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas e das consequências dessa participação” (BECKER, 1998, p. 9).

Na concepção de Gomes (1991, p. 27): “a materialidade social, entendida como o caráter econômico-social” demanda conflitos pela falta de condições de todos usufruírem igualmente de suas potencialidades e das contradições existentes diante da ausência de organizações sociais preexistentes capazes de resistir às novas apropriações, que resultaram no ritmo acelerado da fronteira agrícola.

Daí a importância de se constatar no discurso a dimensão política dos interesses que se engendram das ações e intenções, para que conscientemente se possa observar a importância do papel das mudanças de caráter territorial para determinada classe social.

A construção do espaço geográfico nesse período tem uma profunda materialidade econômico-social, avaliada a partir da conjuntura do espaço produzido no contexto da constituição da nova territorialidade.

Do ponto de vista interno, o espaço territorial justifica uma política de reforço da classe dominante, baseada em uma ideologia que se impõe a partir do conflito entre pequenos e grandes latifundiários de terras. Na proporção em que a economia e a sociedade se tornam mais complexas, é natural que tenha se desenvolvido atritos entre classes sociais e seus interesses.

Os discursos políticos mais comuns trataram de justificar a necessidade de povoamento da fronteira na Amazônia que implica no perfeito entrosamento entre segurança e desenvolvimento e saída para a crescente violência nos grandes centros urbanos industrializados. E, portanto, a visão do Estado da urgência de orientar às populações para novos espaços de produção para evitar o inchamento das cidades e os problemas sociais.

A produção da ocupação da Amazônia a partir da década de 70 faz parte de um projeto geopolítico que trouxe grandes implicações de ordem econômica, ambiental, de segurança e ideológica.

No plano econômico, havia os interesses de exploração mineral na Amazônia, setor estratégico para a indústria nacional, explicando-se nesse contexto, um grande volume de capitais com a aplicação de recursos financeiros internacionais e *jointventures* com empresas estatais.

A nova produção do território com base na produção exigirá por parte das políticas públicas a resolução da situação fundiária, especialmente no caso que envolve as terras amazônicas que estão em poder do exército brasileiro.

Neste sentido, as forças oposicionistas que encontram no atual poder municipal a base jurídica para a atribuição da autonomia e da capacidade de gerir o desenvolvimento local, tendem a considerar o domínio das forças armadas na Amazônia, como um empecilho para a região.

Conforme se analisa no discurso do senador Duciomar Santos (2007):

A longa linha de fronteira internacional dos Estados amazônicos, no entanto, e a reduzida densidade demográfica na maior parte da área definida como faixa de fronteira sempre ataçaram as preocupações de defesa do território dos estamentos militares. Por isso, em repetidas ocasiões em que as Forças Armadas fizeram predominar os seus pontos de vista, programas de defesa de cunho predominantemente militar foram

instituídos para a área, sem que os Governos Municipais e Estaduais tivessem qualquer participação.

A articulação da política local aos níveis estadual e federal na nova conjuntura trouxe à tona a insatisfação de certos grupos políticos com o domínio militar na Amazônia. As decisões sobre as ações desenvolvidas pela população amazonense são realizadas sem que haja a participação do facionalismo dos escalões municipais e estaduais. Assim, verifica-se que não houve alternância de poder na fronteira da Amazônia Brasileira.

Ainda conforme o Santos (2007):

Existe a questão da urgência da devolução ao Pará e aos outros Estados da Amazônia das terras federalizadas pelos mais diversos motivos não razoáveis. Está certo que se criem reservas florestas indígenas; o que não está correto é a manutenção de propriedade da União de território que, pela lei e pelo bom senso, pertence aos Estados. Quero contar com a sensibilidade do Presidente da República no sentido de devolver ao Estado do Pará e aos outros Estados da Amazônia as terras que lhes pertencem.

Constata-se que existem críticas ao modelo de poder implantado pelo Estado, quanto ao domínio de terras utilizadas pelas forças armadas que são por lei, consideradas de Direito dos Estados.

Neste sentido, uma mudança político-territorial no estado do Amazonas envolverá notadamente conflitos. As relações de poder continuam focadas nas decisões das forças armadas e não das esferas políticas estaduais e municipais, havendo uma forte centralização por meio de empreendimentos estratégicos como o Programa Calha Norte (PCN); e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

Neste sentido, as forças armadas através do Ministério da Defesa (1999) têm a função estratégica de proteger a região. Esse domínio das forças armadas se constituiu desde a fase de integração nacional na Amazônia, que gerou o processo de militarização do espaço com base nos temores de uma conspiração internacional e as possíveis estratégias de defesa da soberania nacional.

E atualmente, tende a manter-se inalterada diante dos temores de um possível processo de internacionalização da Amazônia, estabelecendo um controle soberano sobre a região.

Embora tenha havido uma mudança na política brasileira com a abertura e o fim dos governos militares, o cenário da Amazônia não mudou. A militarização do

território ainda é constante e a visão da necessidade de segurança da fronteira ainda determina o antigo paradigma da “segurança Nacional”.

Conforme o Senador Duciomar Santos (2007):

A cidade é cercada pelas áreas de reserva do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira de uma maneira tal que constitui verdadeiro cerco, que impede a expansão territorial da marcha urbana, apesar da grande pressão demográfica causada pelo crescimento vegetativo da população e pela imigração massiva resultantes da expulsão dos caboclos de seus espaços originais.

Analisa-se aqui a visão de que as ações das forças armadas na Amazônia impedem a expansão territorial, vista como elemento negativo na transformação das bases do poder político local.

Avalia-se que existe entre alguns políticos a visão de uma grade política paralela, enquanto existem críticas e concepções de que deverá haver descentralização das ações de defesa territorial, garantidas pela ocupação urbana e as políticas dos governantes locais. Esse discurso não é predominante e a maioria dos políticos que se posicionam sobre a atuação das forças armadas consideram seu papel fundamental na segurança da fronteira.

O ordenamento territorial traz à tona essas concepções de grupos políticos, considerados à margem das políticas e ações de defesa do território. Essa questão é centro de forte pressão, em uma análise mais crítica da atuação das forças armadas em ações políticas, vemos como essas ações ocorreram de forma centralizadora, prejudicando a autonomia política os municípios.

Atualmente ainda existem muitas dificuldades de consenso quanto ao reordenamento do Estado do Amazonas. As Comissões da Amazônia e da Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR posicionaram-se contra a divisão territorial, reconhecendo as implicações sobre a divisão do estado, fato que demandaria a elaboração de políticas de desenvolvimento sócio-ambiental em áreas geográficas heterogêneas cuja complexidade exige estudos técnicos específicos sobre a região.

A exemplo, pode-se dimensionar o discurso do senador Duciomar Santos (2007) que avalia uma questão importante:

Automaticamente, as terras situadas nos 100 km - mesma situação jurídica constituída - que já passaram para o domínio privado ou foram incorporadas ao domínio da União permanecem no domínio federal. Todas

as demais terras passaram para o domínio do Estado, mas, enquanto isso, o Incra, a pretexto das situações jurídicas constituídas, continuou dispondo dessas terras como se fossem da União. Ora, a partir de 1988, qualquer intervenção fora da faixa da fronteira da União, sobretudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, passou a ser indevida e, conseqüentemente, uma usurpação do domínio do Estado, de qualquer unidade federada.

O senador Duciomar critica como o Estado realiza operações de domínio privado através das Forças Armadas na fronteira além dos limites territoriais estabelecidos na Constituição. Um processo de ordenamento territorial na Amazônia envolverá a necessidade de avaliar as questões jurídicas e muitas denúncias de uso indevido da terra.

Segundo Becker (1990), durante o período de operações do INCRA muitos estrangeiros que conseguiram o controle de vastas extensões em toda a Amazônia, prontas para serem transferidas para grupos nacionais e estrangeiros. Essas situações demonstradas se refletem nas críticas acentuadas ao modelo de política implantado na Amazônia pelo estado.

Um ordenamento territorial a partir da divisão do Amazonas se tornou no discurso político, a intenção de uma maior participação dos poderes locais nas decisões políticas da fronteira, cuja defesa exigirá uma intervenção no território, dependendo das competências articuladas entre as esferas de governo, dos mecanismos de participação pública e da articulação com os poderes políticos locais que estão marginalizados desse processo de atuação.

Um novo ordenamento para o estado do Amazonas tem fortes tendências a ser um espectro do ocorreu com os modelos econômicos anteriores. No entanto deve-se considerar a reflexão de Hoefe (2003) em sua análise sobre a justaposição de novas e velhas formas de poder e atuação através da participação de atores sociais que se sobreporão às velhas estruturas de poder do Estado.

As articulações sobre um novo ordenamento territorial trazem fortemente os interesses de fortalecimento do poder local e dos políticos municipais e estaduais cuja articulação política ligado à política local aos níveis estadual e nacional sempre funcionaram através de uma cadeia hierárquica centralizadora que mantém inerte a mudança de poder políticos municipais sobre a auto-sustentabilidade das comunidades.

O deputado José Marinho Brasil (2004):

O Amazonas é o maior estado brasileiro. É lógico que necessitamos repensar a divisão territorial deste estado. Com essa divisão geopolítica atual, com essa geografia, temos dificuldades de incentivarmos o desenvolvimento econômico da Região Norte.

A divisão do Estado do Amazonas poderia trazer implicações na situação fundiária. Chama-se atenção a questões relativas às áreas indígenas. As diretrizes do ordenamento levam em consideração o uso e ocupação sustentável do solo e a incorporação da dimensão territorial e suas especificidades, na formulação das políticas setoriais. A regulação das ações tem impacto no estado do Amazonas e também (Amazônia Legal) na distribuição da população, das atividades produtivas, de ações em territórios de populações indígenas, populações tradicionais e áreas de conservação, seguindo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de múltiplos setores.

O processo de ordenamento territorial no Estado do Amazonas envolve complexidades relativas à política de definição de regras e o sistema de gestão quanto à responsabilidade da União, dos estados, dos municípios, assim como o papel das forças armadas que vivem no território protegendo as fronteiras. A realização de medidas relativas ao ordenamento territorial em área de fronteira dinâmica e de conflitos sociais é necessária para uma efetiva gestão pública do território e dos recursos naturais. Nesse aspecto, o governo ainda não apresentou diretrizes efetivas para evitar conflitos.

As discussões relativas aos interesses de divisão repousam na questão político-econômica quanto aos limites da ocupação e uso dos territórios e das formas de desenvolver a política de ordenamento territorial sem acirrar conflitos, não só da área ambiental, de demarcação de terras, mas da exploração econômica dos recursos naturais.

Conforme Ruckert (2007, p. 1) a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) como uma política territorial nacional em processo de construção envolve políticas territoriais no Brasil, cujas ações dependem de subsídios técnicos do padrão de uso e ocupação do território e as principais tendências de transformação; a contribuição de experiências nacionais e internacionais; a visão da necessidade de logística e ordenamento do território envolvendo os espaços geográficos sob poder da União. Esse processo exige a realização da avaliação do aparato

institucional e jurídico-legal na perspectiva da Política Nacional de Ordenamento Territorial.

Os cenários contemporâneos das políticas territoriais no Brasil trazem à tona antigos e novos discursos políticos de divisão da Amazônia, em um cenário de mudança de sentido das políticas de ordenamento territorial. Ao introduzir neste estudo as interpretações e análises sobre o PNOT, delimita-se a conjuntura de percepção sobre as políticas territoriais contemporâneas em que se insere o estado Amazonas, diante das tendências de reformas do Estado territorial e de incertezas quanto ao modelo de desenvolvimento.

Essas preocupações de cunho nacional em relação à Amazônia Legal, bem como ao Estado do Amazonas e sua divisão são justificadas nos discursos políticos vigentes. É importante identificar essas iniciativas políticas que, quando abordadas, tendem a ser comparadas com o paradigma de desenvolvimento das políticas públicas após a crise e o fim do Estado Desenvolvimentista, implicando-se uma análise das limitações, falhas do modelo e o temor de políticas públicas mal conduzidas em descompasso com as experiências sociais expressas no processo de territorialidade das populações amazonenses.

A criação de uma Política Territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos prescrevendo-se o tempo para a realização das intervenções no sobre o território, a fim de que assuma as formas que adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político (SANCHEZ, 1992).

As políticas territoriais são abrangentes, envolvendo a noção dos planos regionais de desenvolvimento e planos locais que implicam a realização de planejamento ambiental e urbano. Sendo, portanto, inegavelmente relacionada ao contexto cultural, social e econômico da sociedade a que se destina.

Os processos de intervenção no território implicam na aplicação de estratégia na estrutura territorial a partir de mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas e torná-las concomitantes com a realidade social e em condições efetivas de desenvolvê-la de forma o mais eqüitativa possível (COSTA, 1992).

A posse e o controle do território têm sido na visão de Ruckert (2007) um processo de construção sob o poder do Estado em uma dimensão histórica que se repete durante os anos 30 sob a égide da criação de infra-estruturas estratégicas para a realização de uma integração nacional.

As políticas econômicas geradas para fortalecer essa integração se iniciaram no período desenvolvimentista de JK à criação dos territórios geopolíticos no pós-64, quanto ocorre na década de 80, o esvaziamento de suas propostas com a crise do Estado Desenvolvimentista. Somente a partir da abertura econômica começaram a surgir linhas de ação com base nas reestruturações econômicas e territoriais motivadas pela mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos, no processo de globalização financeira de mercados e a emergência dos processos políticos descentralizadores.

Assim, ressurgem as concepções de reatualizar as políticas externas para novas articulações envolvendo a necessidade de um novo ordenamento territorial e de desenvolvimento, que implica a integração inter-regional com os países do Cone Sul, como uma fase dos cenários globais mais complexos.

Neste sentido, ressurgiram as tendências de construção de concepções políticas para o território além de novas formas e conteúdos que incentivam o desenvolvimento regional e local. No âmbito local, inserem-se as experiências associativas comunitárias ligadas à preocupação com os modelos de sustentabilidade na vida cotidiana das populações da Amazônia.

A Constituição Federal de 1988 favoreceu as condições para a determinação de um reordenamento territorial com o planejamento da atividade econômica e a redução dos desequilíbrios regionais. A adequação do Plano Plurianual 2004/2007 se constitui na iniciativa de divisão territorial através de ações de instituições federais, estaduais e locais na implementação das políticas de desenvolvimento regional.

As concepções que marcam a justificativa do Programa de Gestão e Desenvolvimento são as crescentes condições de integração regional e interiorana das diferentes fronteiras brasileiras

O ordenamento territorial implica um envolvimento tanto dos agentes estatais quanto da sociedade local, tendo em vista que nele se realizam ações de curto, médio e longo prazo que devem integrar-se às particularidades das diferentes zonas a serem ordenadas que requerem uma descentralização que permita articular os propósitos estabelecidos nacionalmente com as necessidades e realidades regionais.

O ordenamento territorial exige um construto centrado em uma decisão política que envolve um processo de descentralização das competências de âmbito

nacional, regional e local no processo de implementação de políticas públicas de caráter econômico, social, cultural e ecológico.

A ação de ordenamento territorial enfoca a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, que influenciam a organização do espaço, como a lógica do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos e até a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais de uma região.

Neste sentido, é na gestação do PNOT e da criação do PNDR que veio novamente à cena política a discussão sobre a divisão do Estado do Amazonas, uma discussão antiga que tomou novo fôlego a partir do foco do ordenamento territorial como justificativa para a necessidade da divisão do Amazonas sob um enfoque geopolítico, na medida em que recentemente se fortaleceu essa concepção por parte do Estado Brasileiro, com a implantação de políticas como o PNOT e o Programa de Aceleração do Crescimento apresentado pelo governo federal, que é um plano estratégico de desenvolvimento empreendido para de terminar as diretrizes políticas a serem implantadas nas cinco regiões brasileiras.

A discussão sobre as mudanças a serem empreendidas no estado do Amazonas tem despertado análises dos cenários futuros em relação aos investimentos previstos para o desenvolvimento regional.

Segundo O Deputado José Marinho Brasil (2004):

Com a divisão do Amazonas poderão projetar o desenvolvimento de infraestrutura econômica, financeira e social, com instituições bem aparelhadas, o que representará um PIB e uma taxa de participação estadual significativa, e portanto, uma renda per capita que dará condições de serem alocados muito mais recursos para investimentos.

O discurso político aponta as vantagens da divisão sob uma visão dos benefícios da concentração de infraestrutura econômica, financeira e social, além das melhoras nas condições de renda dos municípios. É no bojo dessas políticas nacionais que se geram os discursos que justificam a divisão do Amazonas. Conforme se pode identificar no discurso do Senador Siba Machado (PT-Acre):

É necessário para projetar o desenvolvimento regional e local, descrever, avaliar e identificar os aspectos econômicos, sociais políticos e culturais em virtude da ocupação do homem, planejamento urbano e territorial, gestão e preservação do meio ambiente, desenvolvimento local e regional e educação ambiental.

O discurso de Siba Machado apresenta as justificativas para o desencadeamento de ações políticas a partir de um novo ordenamento territorial na Amazônia. Não se constata a longo prazo, uma conjuntura de planejamento em que os dirigentes políticos apresentem estratégias definidas sobre um modelo político de desenvolvimento, que se instaure uma institucionalidade pública na Amazônia permeável à pluralidade de forças que expressam a sua diversidade social e cultural e, sobretudo, que se mobilizem os diversos segmentos sociais comprometidos com um novo tipo de desenvolvimento regional.

O senador afirma ainda:

Deve-se discutir o papel do Estado e sua capacidade de gestão nos municípios amazonenses. Em oposição à centralização de poder dos anos de governo militar, ganhou espaço a idéia de que reformas deveriam ser empreendidas para tornar o aparato burocrático mais flexível, descentralizado, transparente e permeável ao controle social. O processo de descentralização entendido como municipalização.

Constata-se que o discurso sobre o desenvolvimento regional perpassa necessariamente pela necessidade de discutir a descentralização auferindo-se ao município a oportunidade de aproximar os prestadores de serviços dos cidadãos. Justificando para esse processo um novo ordenamento territorial, que seria uma possibilidade de fiscalização e o controle dos recursos públicos a ser realizado pela comunidade, o que coibiria gastos desnecessários ou fraudulentos que impedem a o desenvolvimento local e maior representatividade política.

É necessário tomar como conceito e definição de território para terminar as diretrizes políticas pleiteadas na questão da divisão do estado do Amazonas com vistas ao planejamento e promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável.

Para um entendimento das razões da reivindicação de divisão territorial, é importante iniciar a análise, delimitando-se o fenômeno pesquisado aos elementos políticos e econômicos. Segundo Benchimol (2002):

O estado do Amazonas faz parte de um espaço que compreende a Amazônia Legal, que é um espaço destinado a desempenhar um papel econômico fundamental que deve abrir novas possibilidades e oportunidades econômicas para investimentos, abrindo-se novas perspectivas de emprego e renda para toda a região Norte, Legal e até Pan-Amazônica.

Nesse sentido, o estado do Amazonas faz parte de uma extensa região natural e estratégica, como parte da Amazônia Legal. Embora ofereça as condições de desenvolver investimentos e abrir novas perspectivas de emprego, é um estado carente de políticas públicas.

Em termos oficiais, nos discursos sobre a divisão do estado do Amazonas, surgem as críticas à situação marginalizada das populações que vivem isoladas dos centros nacionais, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação ou pelo peso político e econômico menor que possuem e pelo papel disjuntor dos limites políticos.

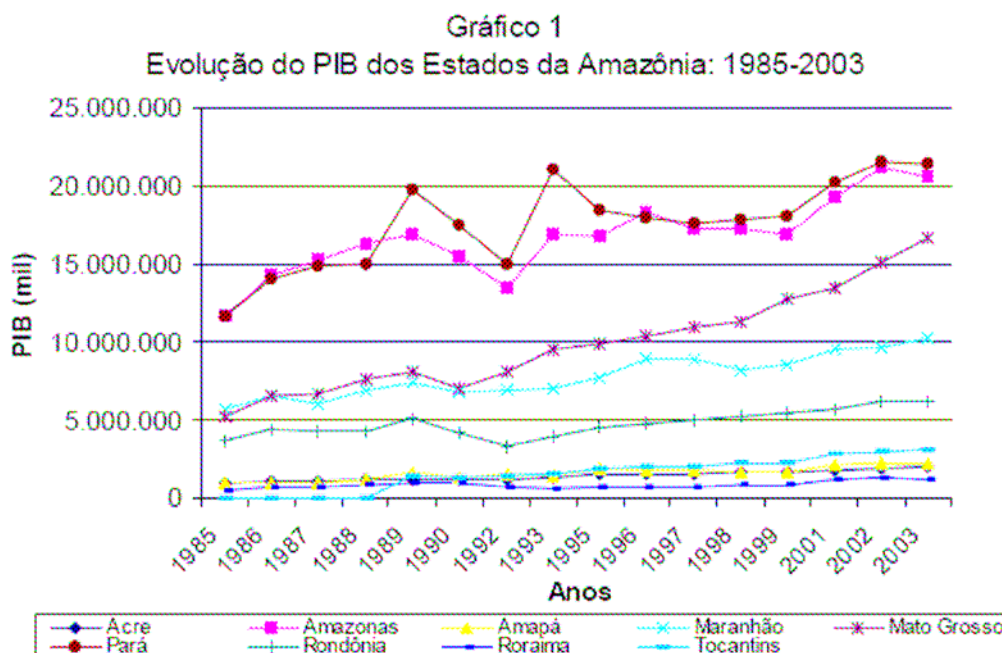
Os municípios possuem saneamento básico precário e baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), verificam-se vários indicadores sobre a pobreza absoluta e relativa dos estados da Amazônia nas últimas três décadas. Os resultados de estudos de IDH-M apontam para a persistência da pobreza, falta de crescimento econômico e isolamento de alguns municípios que geram dificuldades de acesso à população e carência de saúde e educação.

A correlação entre pobreza e degradação ambiental na Amazônia Brasileira traduz-se no reforço da armadilha da pobreza, em que a sobreutilização dos recursos naturais não é capaz de alavancar o crescimento e, mais ainda, destruiria a própria base de riqueza, condição de vantagem comparativa em relação a outros estados brasileiros.

Estudos de Diniz et al (2006) comprovam que o Estado do Amazonas (ver gráfico) apresenta uma taxa de crescimento média da população e a taxa de crescimento do PIB, demonstram que os municípios amazonenses passam por uma trajetória de estagnação e evolução da pobreza.

Conforme se apresentam os respectivos resultados do PIB dos Estados da Amazônia de 1985 a 2003, que apontam a pobreza dos municípios do Amazonas, ressaltada nas condições de Indicadores de Qualidade de Vida ou indicadores sociais. Com base nos indicadores negativos de desenvolvimento e nas potencialidades do estado como área econômica estratégica para desenvolver atividades e produzir em áreas econômicas.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PIB DA AMAZÔNIA



Fonte: IPEADATA

O estado do Amazonas faz parte de um espaço geopolítico nas políticas públicas em médio e longo prazo que estão em andamento e que envolve um jogo de interesses dos atores envolvidos que defendem uma melhor organização do espaço político-administrativo amazônico que incorporam a proposta da divisão amazônica. (Reis; 1993)

Neste sentido, há de se considerar que o Estado do Amazonas tem como ponto estratégico o contato direto com o Oceano, produzindo forças interiores ou internas para despertar estratégias econômico-sociais. No entanto, o Estado do Amazonas enfrenta grandes desafios para desenvolver seus municípios, muitos deles ainda estão isolados e carentes de saúde e educação.

Essas atuais condições trazem polêmicas nos discursos a favor da divisão territorial que tem como foco o desenvolvimento local, os povoamentos bem distribuídos e a eficácia na alocação e aproveitamento dos recursos. Portanto, as condições de desenvolvimento dependem do processo de divisão como alternativa produtiva para o impulso das reformas econômicas. Segundo Furniel (1993, p. 48):

A Região Amazônica desponta, então, com grandes possibilidades atrativas para a iniciativa privada, dependendo apenas dos investimentos por parte do Estado na infra-estrutura necessária, como construção de estradas, instalação do setor de telecomunicações e, oferecendo

incentivos fiscais às empresas nacionais e estrangeiras que se dispusesse a investir na área.

Ao mesmo tempo a Amazônia se constituiu no espaço de representação das Forças Armadas que buscaram estimular a integração com os espaços produtivos nacionais ensejando também os mega-projetos de agropecuários e mineralógicos.

Na atualidade, o poder político se dividiu profundamente, na medida em que se projetam novos cenários e contextos de transformações nas bases do poder político e o surgimento de grupos marginalizados, que se articulam em alianças políticas com novas organizações não-governamentais, sindicatos, cooperativas etc, que também detém uma forte pressão política.

No entanto em nível de governos municipais e estaduais, as iniciativas se mostram ainda sem um projeto de articulação capaz de favorecer uma política de descentralização da tutela federal, ao mesmo tempo em que a política local experimenta mudança significativa, particularmente na crescente pressão comunitária perante às autoridades municipais, a relação com representantes estaduais e federais permanece autoritária sem as condições efetivas de arregimentar uma articulação mais eficiente das políticas locais nos níveis municipal e estadual.

O deputado João d'Abreu, representante de Goiás, apresentou um discurso na Assembléia Constituinte, a propósito da mudança da Capital Federal para o Planalto Central de Goiânia, e exalta as vantagens geomorfológicas e socioeconômicas do processo de interiorização como fator de unidade nacional. O deputado aponta:

A questão da divisão territorial é fundamental para fixar novas linhas de ação políticas e infra-estrutura de integração econômico-social, fixando sua solução, quer pelo estabelecimento de relativa equivalência de área e população entre as grandes unidades políticas ou pela criação de territórios ao longo da fronteira.

Neste sentido, há um direcionamento para a necessidade de reestruturação do espaço territorial da fronteira a partir de meios e mecanismos para o estabelecimento de um equilíbrio entre extensão geográfica e população.

Avalia-se que os pronunciamentos são favoráveis a um novo ordenamento territorial e político como um elemento de base política essencial utilizada para a regulação de atividades econômicas; para a tentativa de redução das disparidades

sociais, e espaço de ação para evitar conflitos sociais em áreas densamente povoadas e com a finalidade de interligar as longínquas distâncias aos diversos centros produtivos do país, exaltando as vantagens geomorfológicas e socioeconômicas do processo de interiorização como fator de unidade nacional em relação às dimensões territoriais ainda despovoadas. Assim, apresenta a proposta de um reajustamento territorial do quadro político da Região Amazonas com base em territórios federados.

Constata-se que a maioria dos discursos apresenta como solução para o desenvolvimento do país a integração nacional e a questão da divisão territorial do estado do Amazonas, identificado como abrangente e pouco povoado representando um perigo à representação da fronteiras com outras nações. Constata-se que esse discurso geográfico se insere na questão da segurança nacional como foco da proteção das fronteiras, como alternativa para o desenvolvimento local e regional.

Atualmente, a idéia da divisão territorial se manifesta entre os políticos brasileiros apresentando polêmicas e acaloradas discussões, os argumentos expostos são coincidentes e contemplam o discurso político-geográfico da integração eqüitativa do estado do Amazonas, com vistas a torná-lo equiparável ao vasto território nacional, a partir de políticas de desenvolvimento para benefícios humanos, econômicos e políticos advindos de nova organização político-administrativa. O deputado João D'Abreu do PTB do Pará enfatizou:

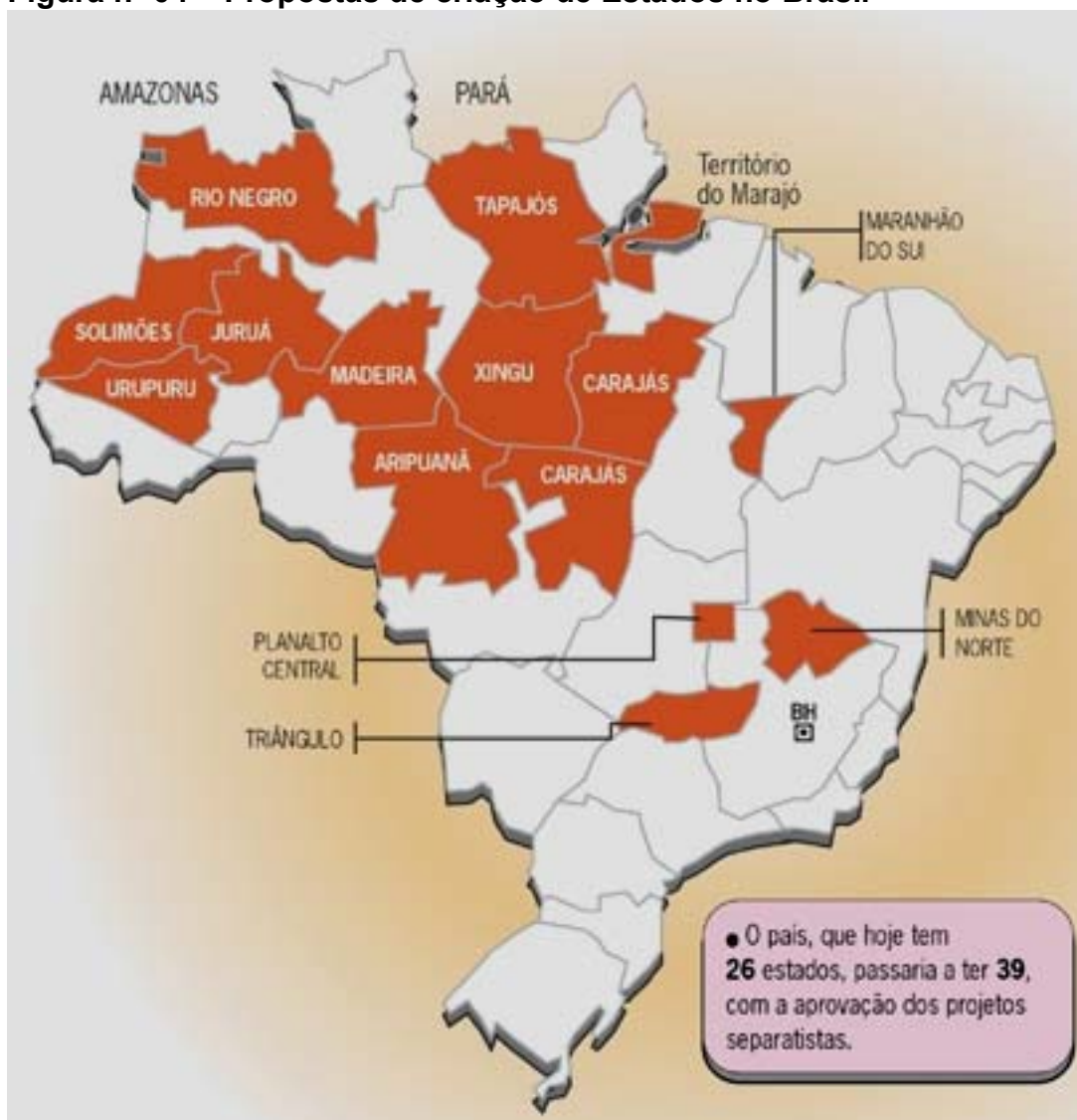
A História do Brasil republicano é marcada pela contradição entre a forma federativa, consagrada nas Constituições nacionais desde 1891, e uma prática política solidamente fundada na tradição centralista, herdada da origem imperial da consolidação do país como nação independente. Com freqüência lamentavelmente excessiva, essa contradição tem sido agravada durante os períodos de governo autoritário que se implantaram em momentos críticos dessa nossa História republicana, como nos quadros institucionais do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e do regime militar, que vigorou entre 1964 e 1985.

Constata-se que a crítica ao modelo de unidade territorial e federativo historicamente articulado, cuja base seria a causa de contradições entre a visão centralista agravando pelo modelo de desenvolvimento imposto pelos governos autoritários.

Segundo Régis (2007, p 1), “criar Estados é, antes de tudo, possibilita rmaiores e bem equipadas infra-estruturas, em termos de energia elétrica, saneamento básico, indústrias, turismo e,sobretudo, portos e rodovias”.

Assim, compreende-se que a criação de estados é considerada uma estratégia que favorece o estímulo e o incentivo aos investimentos em infra-estrutura e capacidade de interagir e comercializar. O estado do Amazonas, com seus municípios isolados.

Figura nº 04 – Propostas de criação de Estados no Brasil



Fonte: www.anoticia-to.com.br

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou ao Senado em 1999 um projeto de divisão, com a proposta de criação do estado de Solimões, na parte oeste do Amazonas. O PDC-584/00 estabelecia a realização de um plebiscito para a

criação do Território Federal do Solimões, envolvendo várias populações residentes nos municípios de Alvarães, Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Carauari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Marã, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé, Tonantins e Uarini.

A proposta da criação do Território Federal do Solimões incorpora efeitos dos diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a formação discursiva no qual é reproduzido. Esses sentidos são todos igualmente evidentes por um discurso ideológico sobre a utilização sustentável da riqueza de recursos da Amazônia, levando a região ao desenvolvimento e oferecendo melhor qualidade de vida à população.

Portanto, trata-se de um interdiscurso, entendendo-o como o diálogo entre o exterior permeado por outros discursos e interações que são constantemente referenciados quando o político que estabelece o plebiscito de divisão do estado do Amazonas dimensiona a questão já presente sobre o grande vazio da região.

Assim, o discurso apresenta a divisão como uma estratégia para o desenvolvimento econômico e populacional, além de justificar que a criação do Estado do Solimões contribui para que a fronteira não fique a mercê dos narcotraficantes e contrabandistas, citando a questão da segurança nacional, apontando a criação do território como estratégia.

Quadro 01 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 584/00

	Área total km ²	Número de municípios	População residente	Nº de Eleitores
SOLIMÕES	371.019	16	343.572	129.345
Alvarães	5.911		12.150	5.501
Amaturá	4.759		7.308	3.295
Atalaia do Norte	76.355		10.049	3.372
Benjamin Constant	8.704		23.219	11.972
Carauari	25.768		23.421	12.158
Fonte Boa	12.111		31.509	8.528
Japurá	55.793		10.285	2.175
Juruá	19.400		6.584	3.655
Jutaí	69.552		22.500	6.429
Maraã	16.910		17.079	5.655
Santo Antônio do Içá	12.308		28.213	7.276
São Paulo de Olivença	19.834		23.113	7.728
Tabatinga	3.225		37.919	14.127
Tefé	23.704		64.457	28.490
Tonantins	6.432		15.512	4.621
Uarini	10.246		10.254	4.363
AMAZONAS	1.199.927	47	2.468.985	1.299.821

Fonte: Censo 2000 – IBGE / TRE-AM

Demonstra-se na figura acima, a justificativa para a formação do território do Solimões e a criação do Território Federal do Rio Negro (Apensado do PDL n. 495/2000) pretende a opinião da população dos municípios de Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira para a formação de um território federal, como forma de produzir mudanças políticas que implementem a exploração das potencialidades da região em uma visão desenvolvimentista mais equilibrada que permita o usufruto das populações locais.

As criações de ambos abrangeriam uma extensa área e grande população que redefiniria uma nova política interna baseada no poder político dos municípios.

A proposta do projeto se encaixa no discurso político do desenvolvimento regional, segurança nacional e na dimensão do interdiscurso sobre o frágil equilíbrio ambiental, gerando a necessidade de um planejamento de desenvolvimento a longo prazo, sob a responsabilidade do governo federal como uma unidade territorial.

Quadro 02 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 495/00

Territórios e Municípios	Área total km²	Número de municípios	População residente	Nº de Eleitores
ALTO RIO NEGRO	350.392	04	74.990	26.078
Barcelos	122.573		24.197	5.229
Japurá	55.793		10.285	2.175
Santa Isabel do Rio Negro	62.845		10.561	4.187
São Gabriel da Cachoeira	109.180		29.947	14.487
AMAZONAS	1.220.554	58	2.737.567	1.403.088

Fonte: Censo 2000 – IBGE / TRE-AM

Demonstra-se na figura acima que a criação do território do Alto Rio Negro compreende um município a mais do que o Território do Rio Negro proposto no PDC 725/00, somando-se o município de Japurá, que nesse projeto é proposto como Território de Solimões.

Quadro 03 – Demonstração dos Municípios por Território, População e Eleitores segundo o PDC 586/00

Unidades Territoriais	Área total km²	Número de municípios	População residente	Nº de Eleitores
RIO NEGRO	294.598	03	64.705	23.903
Barcelos	122.573		24.197	5.229
Santa Isabel do Rio Negro	62.845		10.561	4.187
São Gabriel da Cachoeira	109.180		29.947	14.487
Amazonas	1.276.348	59	2.747.852	1.405.263

Fonte: Censo 2000 – IBGE / TRE-AM

Notadamente, os discursos que se impõem nos vários anteprojetos apresentados sobre a necessidade da divisão da Amazônia dimensionam a necessidade de integração entre os municípios similares e a existência de individualização do espaço objeto da divisão, em relação à capital do estado no qual se acha inserido, a visão de uma homogeneidade geo-sócio-econômica do espaço considerado para a divisão e a preservação de fronteiras.

A proposta de Mozarildo Cavalcante para a criação de três Estados: Tapajós, Araguaia e Solimões foi substitutiva pela proposta do senador Jefferson Péres (PDT-AM) estabelecendo que, em vez de um Estado, sejam criados três territórios: o de Solimões, Juruá e Rio Negro. Segundo o deputado Jéferson Peres (1999):

No oeste do Amazonas, o projeto de decreto legislativo apresentado por mim trata do desmembramento de 26 municípios que fazem fronteira com a Colômbia, o Peru e a Bolívia. São áreas completamente desguarnecidas, abandonadas, sem a presença do Poder Público e que merecem, portanto, uma atenção especial. Em países como a Colômbia, existem conflitos seríssimos que envolvem não só a guerrilha, como o narcotráfico e o contrabando de armas naquela imensa fronteira. Nada mais importante e justo do que tratar da criação de uma Unidade da Federação ali, para levar o Poder Público àquela região.

Os resultados das discussões no Senado Federal resultaram na substituição da criação de um Estado, por três territórios federais naquela região, argumentando a pouca condição que têm esses municípios de começarem logo como um estado.

O discurso político justifica a divisão territorial com base na questão das desigualdades regionais, na dimensão territorial e a falta de uma maior representatividade por parte dos políticos locais.

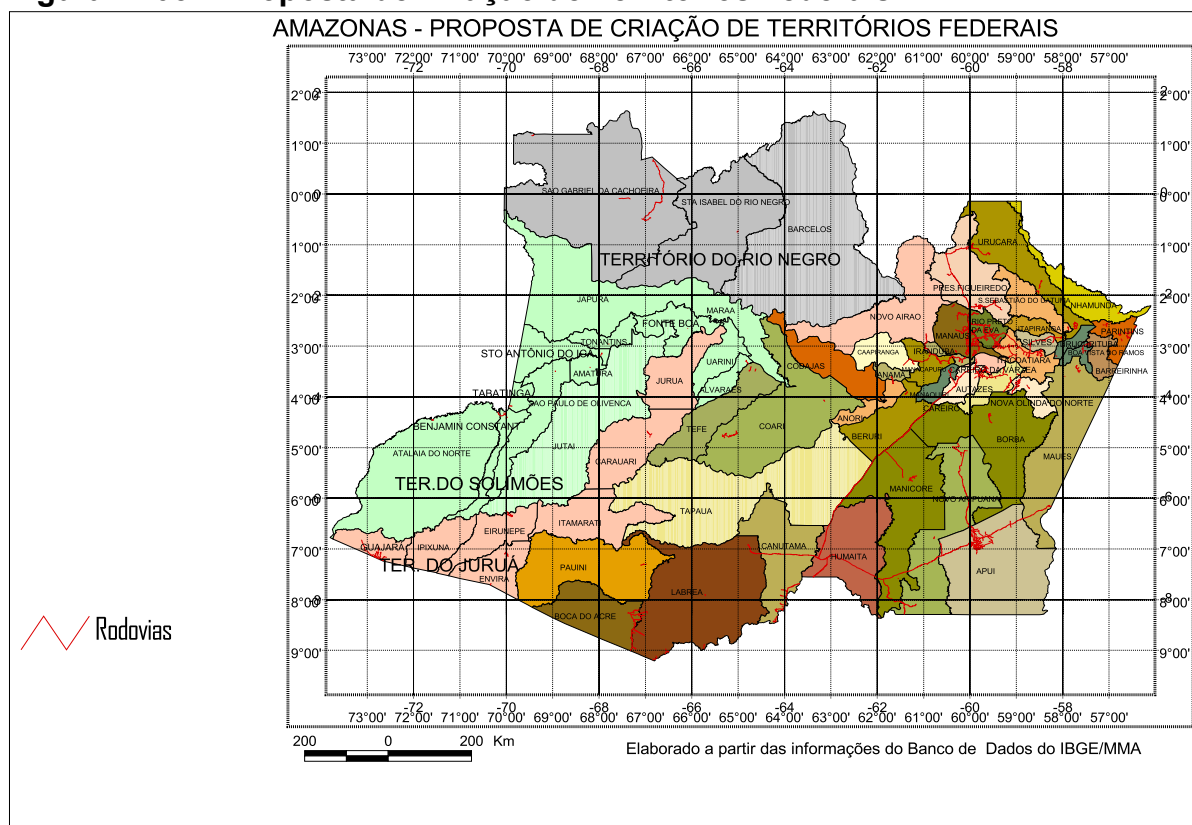
O autor do projeto avalia necessidade de integração econômica com as outras regiões do país, e compara o atraso do desenvolvimento da região com as outras regiões da federação. Em última análise refere-se à necessidade de manter a segurança da fronteira contra narcotraficantes com a proteção da fronteira com a Venezuela e a Colômbia.

Conforme o discurso do Senador Jéferson Peres (1999):

O estado do Solimões, proposto pelo senador Mozarildo, cobriria uma área de população reduzida e de desenvolvimento econômico insuficiente para sustentar sua máquina administrativa, enquanto a figura do território nacional garante unidades com administradores e órgãos governamentais próprios, porém subordinados ao governo federal, isto é, com verbas da União.

A proposta de criação de três novos territórios (Rio Negro, Solimões e Juruá), a partir da configuração atual do Estado do Amazonas encontra ardorosos discursos favoráveis ou contrários à concretização da idéia. Os argumentos dos políticos em geral, quando se trata de decidir sobre a realização do plebiscito, foram os diferentes discursos que apontaram à falta de condições específicas de conhecer as conseqüências gerais da divisão do Amazonas em seus diferentes aspectos: ambientais e indígenas, geopolíticos, sócio-econômicos, geográficos, políticos e administrativos.

Figura nº 05 – Proposta de Criação de Territórios Federais



Fonte: Banco de Dados do Ministério do Meio Ambiente (Adaptado)

A região do Solimões é considerada principal elemento de conexão e acessibilidade dos municípios que a formam, norteador das relações sociais e das atividades econômicas locais. A presença de populações tradicionais, ribeirinhos e povos indígenas, reforça o contexto mais rural que urbano, e a biodiversidade do ecossistema amazônico se constitui em grande potencial para a base econômica local.

Conforme o Deputado José Roberto (PFL de Brasília) que defende a criação do Estado do Solimões, argumenta:

Toda a sociedade amazônica sairá ganhando com Estados geograficamente pequenos, pois em virtude das propriedades rurais e das sedes municipais se situarem relativamente próximas de sua, respectiva, capital, os cidadãos contarão, em contrapartida, com governos mais ágeis, flexíveis, autônomos e empreendedores para incentivar empresas que gerem renda e emprego.

A divisão do Estado do Amazonas em novos estados é vista como uma ação objetiva para promover a integração de sedes municipais, a geração de empregos e renda, reduzir as desigualdades socioeconômicas e favorecer o desenvolvimento das regiões menos assistidas pelo poder público.

4 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA

4.1 TERRITÓRIO

O conceito de território, como sugere Raffestin (1993), manifesta a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão do novo ordenamento territorial (PNOT). Neste contexto, o território se torna o local de todas as relações sociais e de produção, cujo poder está imbricado à lógica territorial e aos sentidos que o trabalho e o capital assumiu na contemporaneidade, há portanto, uma dialética da produção e da apropriação do espaço territorialmente.

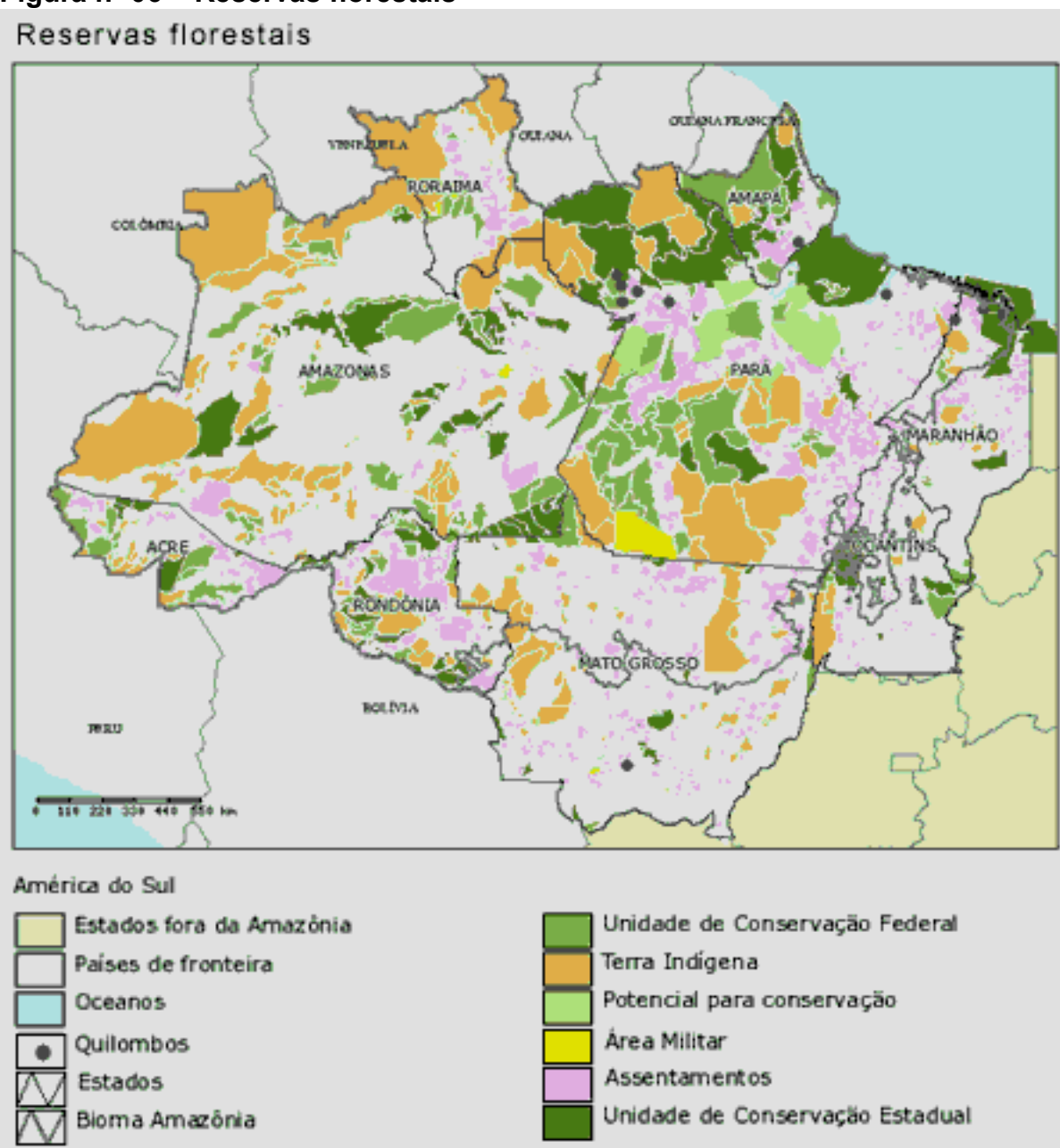
O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63) como sistemas de ações e de objetos que significa a abrangência determinada pelo espaço geográfico e o território, que ainda que diferentes, são o mesmo.

O território é um espaço que pode ser político, econômico, social e cultural. Nem todo espaço pode ser definido como um território, embora os territórios se movimentem e se fixem sobre a base de um espaço geográfico.

Portanto, a ideologia está presente em diversas construções território que envolve o dinamismo das ações humanas que assumem significados políticos, econômicos e sociais importantes para a sociedade.

O novo ordenamento territorial que está sendo gestado pelas políticas públicas é uma “ação política territorial que se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação, dirigido para uma intervenção sobre o território”, a fim de que assuma as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político-econômico (Sanchez, 1992, p. 72).

Figura nº 06 – Reservas florestais



Fonte: <http://www.ambienteacreato.blogspot.com>

Entende-se também que as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento, suas ações abrangem uma simultaneidade no espaço nacional, um efeito de integração social.

A criação de uma estratégia de intervenção, como o PNOT ao nível de estrutura territorial possui mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar novas políticas econômicas e a reprodução do capital sob o poder do estado e dos agentes sociais.

A posse e o controle do território têm, classicamente, sustentado a construção do Estado no Brasil, o qual antecede, historicamente, a própria nação. A relação clássica entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado.

Raffestin (1993, p. 143), por exemplo, afirma:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço.

O ator que territorializa o espaço é o estado, a partir do poder político no sentido do agir e da apropriação expressos pelas relações de poder.

Haesbaert (2006) organiza as concepções sobre território em duas concepções: Uma que marca a face material e idealista do território que propõe uma visão totalizante e parcial do território, visto a partir da corrente materialista ou do idealismo; e o caráter historicista do conceito que revela a abrangência histórica e o caráter relacional do território, realizando um entrecruzamento das proposições teóricas a fim de superar a dicotomia material/ideal.

Compreende-se, portanto, que o território possui várias feições que são determinadas pela forma como se constroem as dimensões materiais e econômicas. Ao mesmo tempo apresenta também sua feição idealista que se caracteriza pelo envolvimento entre território, cultura e identidade. Havendo na construção do território um sentido de pertencimento e de apropriação simbólica e identitária. (Haesbaert; 2007)

É nesse olhar sobre o território que realiza-se um recorte de suas múltiplas feições para analisá-lo sob o ponto de vista das intervenções do Estado em geral em seus limites territoriais e contingências político-econômicas para se compreender a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) como uma política territorial nacional contemporânea em processo de construção cujos cenários colocam em ação subsídios técnicos para a definição de uma nova política, a partir do padrão de uso e ocupação do território.

Raffestin (1993) avalia a questão do poder que emana sobre o território uma constatação que fornece os meios de compreender, de maneira mais geral, as divisões territoriais. Para o autor “sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer” (p.169).

É neste sentido que se pode afirmar que a visão de poder tem seus fins na concepção de dividir para governar melhor, trazendo novos desdobramentos na medida em que o ordenamento territorial produz mudanças concretas no cenário de integração regional.

A estratégia do estado é expandir a reprodução social e relações de produção partindo da construção de um processo de territorialidade, cuja logística é o ordenamento do território dos espaços geográficos sob poder da União. Há Também além do estado, o fundamento das relações de poder entre os agentes que está marcada pelas relações de poder nos níveis de reprodução do capital, a partir das relações de trabalho.

No território, o poder é exercido exclusivamente pelo Estado, mas também por esses agentes sociais em virtude de utilização do monopólio da força no controle da produção, da circulação ou da venda de produtos.

Desta maneira, a máxima de que o espaço é poder, se concretiza na medida em que existem variáveis como a riqueza em recursos naturais, a localização geoestratégica, correlação de forças entre os grupos, dentre outras, tendo cada uma delas seus desdobramentos.

Sanguin (1996), considera que as subdivisões administrativas do Estado apoiam-se na “divisão territorial” e a “divisão das responsabilidades políticas”. O significado político-geográfico da divisão do estado do Amazonas repousa na visão de que a integração de espaços geográficos extensos, pouco povoados e isolados devem se apoiar no poder local para determinar uma ação política mais eficaz. Esse fato impõe uma discussão sobre o poder e o trabalho como elementos imbricados ao sistema territorial.

Nesse sentido, a noção de pertencimento ao território gera uma identidade cultural, revalorizando a dimensão local. O território cultural precede o território político e um dá suporte ao outro.

O território político é definido a partir das relações de poder, mediadas pelo espaço. Essas relações são espaciais ou geograficamente mediadas, isso significa dizer que antes de qualquer forma o território se define tendo como referência as relações sociais (PEREIRA, 2006).

Para Andrade (1999) o território ocorrem a constituição de relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado através de uma gestão jurídica competente, referenciada pelo poder público.

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação provocando o sentido da territorialidade que de forma subjetiva, cria uma consciência de pertencimento que geram uma força simbólica.

Segundo Rafestin (1993, p. 144) o território está relacionado com a idéia de poder, um poder instituído sobre um espaço:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território e a prisão que os homens constroem para si.

Como entidade política e social, o território está marcado por relações de poder, manifestadas sobre o através do Estado, mas possui também uma base material que impõe um espaço determinado e regras específicas. O cidadão tem uma intensa relação de identidade com o território, que de forma simbólica é um espaço construído pela cultura e as produção materiais que foram as territorialidades existentes.

O poder define o território e marca as suas relações sociais. Para Rafestin o território se constrói a partir das relações de poder de um grupo social.

Lefebvre (1973) caracteriza o território dentro de um determinado espaço sendo resultante da força de criação de um organização social, produtiva e simbólica interagindo com relações marcadas pelo poder.

Assim, as questões relativas ao território e às suas dimensões produtivas e demográficas incorporam-se diretamente no universo das relações entre a cultura, ideologia e a política equacionada pelos discursos ideológicos mais eloqüentes no processo de exposição/argumentação.

Segundo Costa (1992) é possível agrupar as concepções de território em três vertentes básicas: O território como acepção política visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce o poder político do Estado; o território cultural que possui uma dimensão simbólica e subjetiva, tendo grande valor sentimental e identitário em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização em relação ao seu espaço vivido; o território econômico

que compreende a dimensão espacial das relações de produção, sendo visto como fonte de recursos e palco de embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Ao refletir sobre o conceito de território tem-se sempre uma idéia de base material que ocupa lugar no espaço indicando um sentido de propriedade, “com espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78).

No campo da construção do espaço geográfico, o território apresenta vários fatores que se impõem, eles são tanto políticos como culturais, econômicos e sociais. Nessas relações, as ações sociais e de produção se constroem em afirmações de discursos ideológicos, tanto para justificar o sistema capitalista, quanto ao predomínio da lei de mercado definidora da realidade, e que influi, dessa maneira, no modo de pensar das pessoas e no modo como essas pessoas agem e se sentem em relação ao território.

A identificação do Estado e sua dimensão crucial da personalidade física estão intimamente ligadas ao território como traço distinto e como ação de soberania. Ideologicamente a identificação entre o Estado e o território proporcionada pela teoria espacial teve o seu papel na justificação do expansionismo (MAGNOLI, 1997, p. 29).

Nesse sentido, Magnoli (1997) considera que o território é um ente de direito privado, portanto se constitui em um domínio de validade territorial de uma ordem jurídica estatal. A unidade do território resulta da unidade e da validade das normas.

4.2 TERRITORIALIDADE

A territorialidade é determinada quando ocorre um movimento de territorialização do espaço, a partir do surgimento de elementos de ordem social, econômica e ambiental, que determinam a partir de transformações que se processam nas especificidades locais.

Neste sentido, o processo de territorialidade se faz a partir do limiar da relação sociedade/natureza, estabelecendo a interação homem/natureza. Esse processo muitas vezes conflitivo traz grandes conseqüências originadas a partir dessa relação.

O processo de desenvolvimento corrido na Amazônia, desde sua projeção como no cenário econômico, a partir do significado da fronteira, constituiu-se em um processo de territorialização, na medida em que o resultado da expansão do território manifestou os movimentos das relações sociais que buscaram reproduzir o modelo econômico capitalista.

Ao refletir sobre o território sob uma abordagem econômica comumente utilizada na Geografia, verificamos que muitas vezes, os conceitos de território se limitam à base física, superficial, dos processos econômicos que produzem o espaço em estudos predominantes sobre as transformações espaciais e produção do espaço. Assim, a Geografia adota interpretações conceituais oriundas de outros campos do conhecimento, de diversas correntes de pensamento e métodos. Território e territorialidades escapam desse modo à leitura mais ampla do espaço.

A fronteira amazônica como suporte de produção do novo espaço, território produzido, tem neste processo a presença de ações direcionadas ao desenvolvimento regional, fomentado pela noção de integração nacional, cuja base efetiva de construção do território, se constituiu da lógica econômica e suas implicações.

Neste sentido, a Amazônia é considerada palco de atividade geopolítica. De um ponto de vista geopolítico de manter a soberania territorial com os seus países vizinhos. No caso da ocupação da fronteira, o problema da Amazônia, na visão dos militares, é a presença de pouco contingente populacional na região fronteira.

Na década de 80, o projeto Calha Norte determinou as estratégias de investimento privado nas áreas de fronteira, a fim, de garantir a segurança e soberania territorial com os países vizinhos. O processo de militarização é também marcado por forte geopolítica que tem a finalidade de evitar o recrudescimento de conflitos ao longo da fronteira.

Quando se trata de território como noção de espaço de fronteira, no caso dos estudos sobre a Amazônia e o desenvolvimento recente de produção e apropriação da fronteira agrícola, boa parte por elementos econômicos, são referenciados em seu aspecto econômico na pequena participação produtiva do capital através dos pequenos produtores, já que os grandes empreendimentos capitalistas implantaram uma lógica do capital baseado na propriedade da terra.

A territorialidade consiste na forma de como os sujeitos se relacionam no espaço de forma econômica. Trata-se de uma identidade territorial existente inserida nas concepções de organização social e na administração dos recursos para a

produção de novo espaço (CÂMARA, 2005).

Costa (1999) considera que a territorialidade apresenta um sentido simbólico e, portanto, também ideológico.

Na Amazônia, existe o processo de territorialidade local, cujas relações se estabelecem a partir da relação homem/natureza, caracterizado pelas comunidades nativas. Mas se tornou também local de territorialidades múltiplas quando se processaram os diferentes processos de exploração do capital, com base nos grandes projetos pecuários e mineralógicos, além das limitadas atividades agrícolas envolvendo os diversos agentes de apropriação das terras.

Segundo Becker (1998, p. 22):

A expansão da fronteira amazônica não se reduz a um fenômeno agrícola, e a fronteira não é espaço alternativo à via latifundiária, nem apenas o domínio do latifúndio/empresa. Nela se desenvolvem formas diversificadas de apropriação da terra e pela organização da produção em acirrada disputa, acentuada pelo conflito (...).

Assim, compreende-se que processo de territorialização ocorreu a partir de interesses políticos e econômicos de dinamizar a economia, integrando a Amazônia à economia central (sudeste/industrializado) como produtora de matéria-prima e território de minimização de conflitos sociais decorrentes do inchaço populacional nas grandes cidades da nascente indústria.

Os exemplos mais concretos de territorialidades deslocadas se constituíram no processo migratório e nas reproduções de ações e relações de produção, como ocorreu com a chegada dos migrantes que impuseram na terra as mesmas técnicas agrícolas realizadas em seu território de origem, sem muitas vezes reconhecer as diferenças locais.

A territorialização agrega, portanto, “o sentido de apropriação, de domínio, de estruturação das relações sociais, de uma identidade em processo” (PAGANEL, 2006, p.153).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, em relação ao modo de apropriação do espaço pelos agentes sociais no domínio econômico. A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia ideológica para criar e manter grande parte do contexto geográfico (HAESBAERT, 2007, p. 6).

Portanto, entende-se que nesse processo, a territorialização na Amazônia se efetivou em diferentes combinações, funcional e simbólico, a partir do domínio sobre o espaço funcional como território fornecedor de recurso ou fonte de matérias-primas para impulsionar a indústria nascente de acordo com o modelo de capitalismo vigente.

Espíndola (2006, p. 3) afirma que o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas e a correlação das forças sociais, os hábitos e tradições, expressas em consensos, tensões e conflitos fazem do território um espaço de ações complexas cuja marca é a territorialidade.

Na Amazônia, a territorialidade pode ser interpretada em três dimensões essenciais que permitem compreender a representatividade do território: O senso de identidade espacial ou identidade de lugar é definida como uma dimensão fenomenológica. Portanto, o fenômeno de preservação da identidade apresenta-se relacionado com a imagem e os valores de um indivíduo ou de um grupo. A exemplo, as comunidades indígenas e ribeirinhas que convivem com a natureza e se integram de forma simbiótica ao espaço.

A territorialidade é a intensa interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993, p.146) e “caracterizada pela subjetividade dos sujeitos que nesse habitam em uma uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”.

A Amazônia portanto, é um território que tem função de ser o meio para um determinado fim, a partir de poder que demanda legitimidade efetiva e portanto, tendo o estado como grande agente social e as empresas privadas.

As iniciativas para as políticas de integração do território envolveram a criação do Plano Plurianual- PPA 2004-2007, cuja orientação estratégica é a gestão participativa com a sociedade civil organizada e de todos os órgãos responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento de longo prazo.

A finalidade destas políticas estratégicas é empreender uma inclusão social, a desconcentração de renda com e o crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade que foram determinadas de forma a oportunizar o desenvolvimento econômico interno.

4.3 A NOVA FRONTEIRA ECONÔMICA E PRODUÇÃO TERRITORIAL

Ferreira (1988, p. 38) define a fronteira como um processo de ocupação de um espaço vazio. Nesse contexto, o vazio pode ser entendido tanto como demográfico ou econômico e jurídico, e o espaço se encontra tanto na floresta amazônica quanto em outros espaços do Brasil. Atualmente a fronteira é um espaço de produção que está sendo delineado, dependendo de sua dinâmica para produção de emprego e da urbanização.

A lógica da expansão territorial rumo à fronteira se faz pelo processo de produção em áreas desocupadas, iniciando-se uma ocupação ou apropriação do espaço. Daí chamar-se a apropriação desses espaços de pioneirismo ou frente pioneira e frente de expansão.

A frente pioneira é definida como a ampliação do espaço da produção e reestruturação do espaço para as necessidades do processo produtivo em que se articulam a fixação do homem no campo com tendência a uma concentração fundiária de pequeno, médio ou grande porte (FOREWAKER, 1982).

Neste sentido, o conceito de “fronteira”, tema por excelência da Geografia Política clássica, e que foi incorporado por várias outras ciências com o sentido econômico de “lugar de novas atividades econômicas e sociais”. (Nogueira; 2001, p. 40)

Como categoria mais ampla em seu conceito, a fronteira que possui um conceito espacial, tem sentido econômico devido amplitude que passou a ser espaço relacional, cuja própria expressão é usada em diversos sentidos, desde a fronteira como limite entre as nações como nos diferentes contextos sócio-econômicas. Amazônia é definida como espaço de fronteira tanto no limite político-territoriais com os países andinos.

Segundo Nogueira (2001) a origem da palavra fronteira é derivada do antigo latim “fronteria” ou “frontaria” e indica a parte do território situado nas margens, sendo, portanto, um espaço muito significativo.

A fronteira na Amazônia é conflituosa por natureza, tanto interna, em virtude dos conflitos de terra, quanto externa, devido à guerrilha e o tráfico de entorpecentes que ocorre em nos países fronteiriços (Bolívia e Colômbia). Com o sentido de divisão entre Estados-nacionais, seu sentido está também associado à política, ao poder.

Durante o governo de Vargas na década de 50, a fronteira se constituiu em um território tanto econômico como político, na medida em que favoreceu também uma integração econômica. Amazônia passou a ser definida como uma fronteira do ponto de vista econômico, sob a perspectiva do capital, a partir da produção e da circulação de mercadorias, além do aumento dos fluxos de informações.

A fronteira também é percebida como um lugar de conflitos e mazelas que abriga contravenções e ilegalidades, sendo necessário à existência de uma pressão do Estado, exigindo o controle e a vigilância das fronteiras, por ser limite do território nacional, a fronteira pressupõe um centro de controle, que pode ser geográfico ou político e no que diz respeito à segurança do território.

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia, permitiu a o uso de um antigo conceito de geopolítica realcionada à fronteira na medida em que houve vários fatores motivadores de sua ordenação. Becker (1998) detecta o caráter ideológico da fronteira a partir do mito do vazio demográfico que na verdade reflete como espaço de escape de conflitos sociais e campo aberto para investimentos e especulações. O discurso oficial dimensiona a questão da segurança nacional, a partir da proteção da fronteira amazônica com o povoamento da mesma.

O interesse maior na Amazônia se constituiu na concepção de uso de seu espaço para a exploração de seus recursos para o desenvolvimento da economia industrial no centro do capitalismo no país (Região Sudeste), de rechaçar os interesses geopolíticos de estrangeiros, assim como favorecer investimentos em meio à pressão exercida pelas companhias nacionais e transnacionais com respeito ao uso dos recursos da região.

Segundo Castro (1993, p. a 38):

Para alcançar as metas de evolução do desenvolvimento das estratégias locais, o governo federal precisou investir em infra-estrutura, incluindo a concessão de incentivos fiscais para empresas privadas sob a supervisão de uma agência federal. Nesse aspecto, os grandes programas ou projetos, tanto do governo-fiador como do governo-influente, eram organizados e apoiados. Eram dados os agentes econômicos os incentivos fiscais incluindo total ou parcial isenção de pagamento de impostos federais e estaduais, assim como créditos e subsídios, eram criados de acordo com a importância da política econômica da região.

Assim, entende-se que houve uma parceria entre o Estado e esses agentes econômicos, que favoreceram através de seus capitais, a manutenção empreendimentos privados, tendo como força inicial o investimento do governo em

infra-estrutura, como as novas rodovias para integrar a região ao resto do país garantindo assim, o desenvolvimento na Amazônia.

A lógica do desenvolvimento passou pela condição de estagnação em decorrência da concentração de terras para a especulação. Segundo Ajara (1995) esse processo de desenvolvimento da Amazônia como modelo de apropriação do espaço é também um processo de institucionalização de novas territorialidades.

Na atualidade, o processo de construção de novas territorialidades associadas está se definindo pela estruturação do território pela grande empresa na dimensão agrária, através da colonização efetuada pelas cooperativas multifuncionais. Essas novas células de produção capitalista se reproduzem pela ação do Estado para as atividades específicas de assentamento e regularização fundiária para a viabilização da produção.

Essa nova representação espacial está exigindo a implementação de infraestrutura e núcleos com funções urbanas e detêm o controle sobre a terra, a produção e a circulação (AJARA, 2005).

Do ponto de vista do capital, a mobilidade assegura o uso mais racional da mão-de-obra, mas também minimiza o tempo gasto na formação do trabalhador, cuja seleção e treinamento são efetuados de forma não-institucionalizada ao longo de seu deslocamento espacial e eleva as necessidades de consumo da população, que sofre desta forma um processo de ressocialização.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a mobilidade significa basicamente maior instabilidade e exploração, bem como dificuldades extras de organização de uma produção enraizada no consumo local e na dispersão de produtos. Nesse contexto, o interesse que predomina será a economia de exportação.

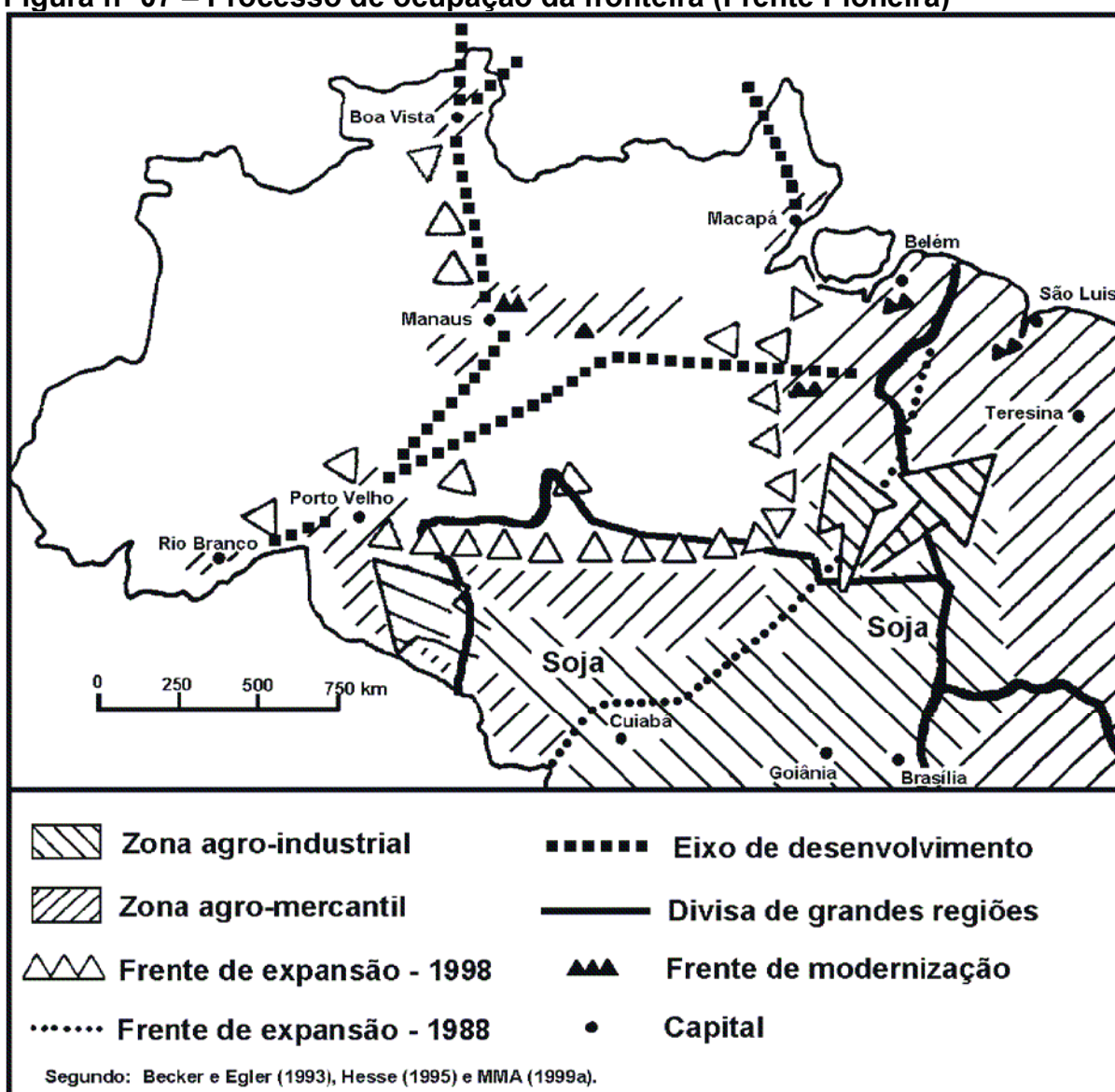
No entanto, este fator determina uma condição prejudicial aos empresários da agroindústria, a dinâmica da mobilidade de mão-de-obra que representa também uma estratégia de sobrevivência da família camponesa.

A experiência de Rondônia evidencia a simplificação das formulações que caracterizam o processo de expansão da fronteira por um conjunto polarizado entre empresa capitalista, Estado e campesinato. Se esse processo é determinado por condições estruturais, torna-se patente à necessidade de relativizar o determinismo linear da ação da empresa e do Estado, e de levar em consideração condições conjunturais que afetam o seu direcionamento, como os movimentos espontâneos da prática social. Por sua vez, torna-se também patente que esses movimentos,

embora com uma dose de liberdade de decisão individual, obedecem a uma lógica da busca de melhoria de condições de trabalho pelo campesinato, no intuito de conseguir suas próprias terras (BECKER, 1988).

A combinação destes dois fatores, incentivos fiscais e novas rodovias, sucedeu finalmente na abertura da região ao Brasil e ao capital internacional, somados a uma organização espacial formulada para estabelecer os grandes negócios e empreendimentos privados através das transferências de enormes extensões de terras que terminaram servindo a propósitos especulativos.

Figura nº 07 – Processo de ocupação da fronteira (Frente Pioneira)



Fonte: Becker e Egler (1993), Hesse (1995), MMA (1999)

As características do modelo de apropriação do espaço da fronteira amazônica são peculiares por que incorporam em espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político, em um tipo de apropriação do espaço monopolista, a mobilidade da força de trabalho, a resistência e os conflitos internos devido a duas lógicas opostas e incompatíveis de uso da terra: o modelo do camponês baseado no direito da terra e o modo capitalista, baseado na propriedade da terra (MARTINS, 1980).

A forma de apropriação da Amazônia brasileira para a ordenação do território se fez de forma estruturada e ditada de elevado potencial político (Becker; 1990) em que se criou uma configuração territorial específica denominada de fronteira, que nesse centro da análise, pode-se definir como categoria no papel central das políticas de desenvolvimento do Estado, a partir de grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas e a correlação das forças sociais e as teias de interesses mercantis e especulativos.

A mobilidade da fronteira tem sentido e alcance que é determinado pelo território e sua futura territorialização, a partir das relações sociais e de produção, geradoras do confronto de territorialidades expressa na questão ambiental, associadas ao processo de elaboração da fronteira contemporânea, uma vez reconhecidas, essas implicações acerca da apropriação da fronteira, cabe também denominá-la de categoria/território que implica o controle/poder exercido sobre as variáveis da gestão nesse empreendimento do estado.

Em discurso recente o senador Renan Calheiros (2007, p. 1) avaliou:

A Amazônia é o berço da maior floresta tropical úmida do planeta; abrange o mais importante e complexo sistema de água doce e a maior biodiversidade do mundo. Grandes adjetivos, assim como grandes preocupações. Vasto potencial, assim como graves contrastes, são dimensões espetaculares a chamar a atenção de todo o globo. A Amazônia exige políticas e planos consistentes que contemplem o desenvolvimento sustentável, seu equilíbrio ambiental, os aspectos culturais, sociais e de segurança nacional. Exige um esforço firme para reverter o atual cenário econômico da região, que, apesar de toda a sua riqueza natural, é responsável por apenas cinco por cento do Produto Interno Bruto. Tarefa que jamais poderá prescindir do poder da comunicação.

Assim, avalia-se a complexidade da criação de políticas de desenvolvimento que possam dimensionar todas diferentes características locais, e é na questão ambiental que se colocam os paradoxos do modelo de política que se deseja implantar sobre o estado da Amazônia que tem grande parte da floresta amazônica sob a qual se projetam interesses ecológicos, políticos e tecnológicos.

Verificou no discurso de Calheiros (2007) a interesse em fomentar novas tecnologias de comunicação que se avançadas criariam as condições de exploração dos recursos naturais, dando lugar a se sucederem rapidamente novas frentes contraditórias de desenvolvimento.

Por ser um território heterogêneo é também um construto sócio-econômico e institucional. (MULS; 2007, p. 6)

É neste contexto de território como fração dinâmica do capital/reprodução que pretendemos abordar a questão da (re) divisão do Amazonas nos dias atuais como forma de ordenamento territorial com base no desenvolvimento local e regional. Podendo se afirmar que esse movimento tão antigo quanto atual, está no ápice dos debates nacionais, incorporando os mais variados discursos políticos que progressivamente se forma a partir de elementos institucionais em bases políticas e projetos legislativos que tem a finalidade de justificar a (re) divisão territorial como fatores explicativos do desempenho econômico.

Os discursos ainda pautados em teorias tradicionais do desenvolvimento que na visão de território como sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades regionais e locais. Através de seus organismos e instituições, o território apresenta-se como o principal agente promotor deste desenvolvimento.

A Amazônia vista sob várias teorias, de território rico a ser explorado em prol da nascente indústria no sudeste do país, conforme os planos de desenvolvimento da década de 50, à visão de território atual como expressão do desenvolvimento econômico com vistas no ordenamento territorial.

Na avaliação de Brito (2000, p. 116):

A política de integração regional significou uma tentativa de dar homogeneidade às estruturas sócio-econômicas. Assim, o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento foi impor um processo de modernização forçada. No caso da Amazônia, a política de valorização, implantada a partir da década de 1960, será o marco da modernização forçada em relação à política de desenvolvimento regional.

Nesse processo de implementação do desenvolvimento, o ordenamento territorial se fez a partir da expansão da fronteira agrícola, com a apropriação monopolista da terra, com atividades agrícolas limitadas e formas híbridas e fluidas de produção (BECKER, 1998).

Segundo Gaspar (1995, p. 21), “o ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento”.

Neste sentido, os discursos políticos sobre a (re)divisão do Amazonas expressam por parte dos políticos, agentes que implementam as tentativas de reordenamento territorial, embasados em seus pressupostos ou pela pressão da representatividade exercida pelo poder político.

É preciso fazer uma análise sobre os códigos de significação que conferem à desmistificação da forma como o modo de produção se estabeleceu na Amazônia, em um modelo de desenvolvimento exógeno (de fora para dentro) com base na centralização dos meios de produção (terras/capital) nas mãos da classe dominante.

Nesse sentido, o capitalismo como modo de produção representa ao mesmo um sistema social, cuja permanência depende da produção de significados por meio da linguagem que se manifesta no discurso que se manifesta como a terra liberta e ideologicamente falseadora da realidade, quando a afirma como vazio demográfico, já que não reconhece a existência de populações indígenas, para estrategicamente empreender fugas de conflitos sociais e um campo aberto de investimentos.

Nesse processo de construção ideológica, a principal visão de reestruturação espacial e redefinição de novos espaços se centram na questão do subdesenvolvimento e a desigualdade no vasto espaço regional brasileiro. Nele se revestem de ações polarizadas que determinam o fluxo de desenvolvimento somente em determinadas regiões do país.

O discurso ideológico se manifesta na concepção de integração das várias regiões brasileiras, especialmente a Amazônica, vista como um vazio demográfico.

As iniciativas que se sucederam foram dinamizadas pela a necessidade de modernização que se traduz, conforme Furniel (1993, p. 8):

Na profunda dualidade existente entre o moderno e o arcaico, entre aqueles que buscam nesse modelo dependente, maior concentração de riquezas e afirmação dentro do mercado, excluindo-se a grande maioria na participação do desenvolvimento econômico.

Assim, compreende-se que a apropriação do espaço amazônico tem forte apelo na constituição do desenvolvimento capitalista.

A conjuntura política brasileira a partir dos anos 50 se atrela à visão de integração e desenvolvimento como metas políticas, no caso da Amazônia, à condição necessária à segurança, com vistas à implantação de um projeto dos militares na tentativa de consolidação e modernização do sistema capitalista no país.

A fronteira amazônica no Norte é palco de interesse estratégico político-econômico, definidas através das redes de integração, a partir basicamente da densidade de povoamento e das relações de intercâmbio sendo veemente vivificadas através da defesa de discursos políticos em torno da divisão territorial do Amazonas, tanto pelos militares que a defendem, quanto por opositores da divisão, como é o caso dos representantes do Partido Comunista do Brasil no Amazonas. (Nogueira; 2001)

No caso da fronteira, o governo tem sempre a concepção de defesa territorial, tendo como estratégia a formação de um cordão de isolamento através do aumento do contingente populacional para assegurar os territórios. Portanto, neste aspecto, é feita uma concepção tradicional de fronteira.

Nos discursos políticos a recente demanda de projetos legislativos com a intenção de dividir o Estado do Amazonas tem como uma de suas justificativas a falta de população suficiente disposta para tornar a fronteira protegida, embora atualmente já se conceba um novo sentido evolutivo para fronteira como espaço de integração e conexão de produção.

Assim, percebe-se que no caso das fronteiras amazônicas, estas ganharam importância político-econômica apontando uma nova fase que assegura o seu papel no exercício da produção do capital, na circulação de homens e mercadorias que funciona como instrumentos de política econômica, com ações que afetam o território no contexto geopolítico e geoestratégico.

É neste sentido que a divisão territorial enquanto prática do poder, favorece as disputas políticas em torno da criação de novos estados e ou territórios federais que possam responder aos apelos das necessidades da fronteira. Recentemente estas antigas disputas políticas novamente se acirraram diante dos caminhos políticos traçados pelo governo para a criação de estratégias de desenvolvimento regional e a integração econômica com os países vizinhos.

Assim, nesse bojo de disputas políticas, sobressaem-se as dissidências locais desejosas de poder político, acrescentando novas questões aos debates, tais

como as críticas ao domínio tradicional das forças armadas na região e os resquícios do modelo tradicional mantido pelos governos militares. Impondo-se um repensar sobre a questão do território e seu legítimo domínio, a partir de situações que fortalecem as estratégias políticas como a descentralização e o fortalecimento do poder dos municípios.

O deputado Duciomar Santos (2007) avalia:

Como profundo conhecedor das questões fundiárias da região e como indômito paladino dos interesses dos Estados amazônicos no que se refere à luta pela restauração do domínio daquelas unidades federativas sobre as terras que nós, amazônidas, consideramos usurpadas pela União ao longo de uma já longa história de equívoco quanto às políticas federais para o Norte.

Existem divergências nos discursos políticos em relação ao papel das forças armadas como mantenedora da proteção das fronteiras. As complexidades relativas a um ordenamento territorial na Amazônia e no Pará se refletem também na necessidade de redefinição do espaço que cabe à União, grande parte das terras, passa a ser requeridas pelos governos estaduais que tem suas terras dominadas pelo Estado. No novo processo de construção do ordenamento territorial brasileiro essas questões afloram com força.

Durante o governo militar, o interesse de modernização e desenvolvimento, chegou até a Amazônia aos moldes de economias desenvolvidas. A compreensão e a formação de hipóteses do governo militar recaiu sobre um tipo de desenvolvimento exógeno produziram um desenvolvimento econômico com base na integração da produção capitalista versus periferia (Região Norte) e centro (Sudeste) no espaço geográfico.

Esse modelo está associado ao esforço de ocupação da região, marcada pelos projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM criada em 1966, pelos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e de empresas particulares.

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia contribui para uma especulação de terras, desencadeada com força na década de 1960, e o incentivo ao desenvolvimento agrícola e pecuário sem considerar a questão ambiental. O impulso modernizante abriu caminhos para investimentos estrangeiros.

Atualmente, os interesses na fronteira perpassam pelos interesses no poder político, representado pela questão da divisão do Estado do Amazonas, contendo várias nuances políticas, como o interesse na representação parlamentar e a sustentabilidade financeira desta nova área nos discursos usada como sinônimo de extensão territorial e justificada para a fragmentação territorial, como forma de tentar impor um discurso de vazio demográfico para fortalecer a concepção da necessidade de divisão territorial como forma de divisão de poder.

Assim, no Brasil, e especialmente na Amazônia, o discurso divisionista, dissimulado pelas extensas unidades territoriais encontra terreno fértil para ser efetivado, pois além da extensão, a Amazônia sempre aparece como região de fronteira, tanto externa quanto interna que exige ação de enfrentamento do poder diante dos riscos que emanam da fronteira externa, a partir de sua proteção, mas também no uso de estratégias de caráter econômico, onde se fortalecem tanto a fronteira interna quanto externa, na medida em que se criam mecanismos jurídicos e de relações diplomáticas e comerciais com as outras nações fronteiriças.

Neste sentido, a noção de fronteira econômica se estabeleceu, servindo de referência para novas políticas relativas ao ordenamento territorial, à política de desenvolvimento regional e a política de estratégias para a integração Sul-americana tendo como foco alguns territórios da Amazônia brasileira e do Estado do Amazonas, a partir de Manaus como centro, tendo como processo de revivificação a Zona franca.

Para Becker (1990), a questão fundamental agora passava por uma “nova fronteira”, a tecno(eco)lógica, e unia nova frente, a biotecnologia, em vista das imensas possibilidades do uso dos recursos da floresta de maneira sustentável.

Novas concepções passaram a configurar uma alteração na fronteira surgindo novos grupos políticos e sociais que almejam a criação de novas fronteiras internas, exigindo participação do desenvolvimento nacional, passando-se especificamente a aumentar a relação entre território e poder.

A fronteira atual não deixa de ser interpretada como uma expansão territorial de povoamento, colonização e interação. Nesse sentido que é apropriado sua associação com termos como zona ou região que expressa a territorialidade dos grupos humanos que interagem no espaço, muitas vezes em situação de conflito. Atualmente é visualizada a fronteira a partir de novas tendências em sua organização espacial.

Admitir-se uma proposição da fronteira como algo renovado que se coloca como um espaço de produção dentro de um movimento geral da sociedade. Neste sentido, houve transformações na visão referente à fronteira amazônica agora vista como resultado do movimento da economia globalizada e que se realiza por formas pontuais ou mesmo de expansão do meio técnico-científico-informacional. (Santos, 2004).

Há no processo de ordenamento territorial e nos interesses de divisão do estado do Amazonas uma discussão sobre as mudanças substanciais na fronteira. No que tange aos elementos novos da dinâmica de expansão econômica inerente ao processo de reprodução do capital, a partir de uma nova leitura da fronteira, uma nova racionalidade econômica que alteraria as relações sociais e mesmo suas institucionalidades. (Silva; 2006)

Neste sentido, Becker (2001) as políticas atuais são resultados de um modelo exógeno e propondo a implantação de corredores de desenvolvimento orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. Políticas que expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos nos moldes da apropriação e uso do território.

As políticas gestadas que tem a finalidade de integração econômica e geopolítica dá um novo contexto, ao significado da Amazônia cujo território se materializa também como controle de fronteira e uma área estratégica de dupla face: a da exploração de recursos naturais, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação e da nova apropriação do capital, tornando o seu espaço um corredor de exportação para os grandes blocos regionais.

Conforme Becker (2001) as políticas que estão se desencadeando na Amazônia estão sendo realizadas a partir de um modelo endógeno, baseado numa visão interna do território, privilegiando o desenvolvimento local, através de investimentos públicos em infraestrutura e privados em agronegócios, mas há também a existência de projetos territorialmente diferenciados, mediante relações locais-globais que se estabelecem por redes de informação em políticas públicas paralelas e conflitivas.

Neste sentido, essa nova fronteira é marcada pelas as relações capitalistas determinantes, partindo-se de uma interpretação da fronteira amazônica inserida no capitalismo global e portanto, trata-se de uma fronteira globalizada e o meio técnico-científico-informacional. Em uma perspectiva tecnologia incorporada na dimensão produtiva, a nova fronteira reduz a dependência – numa expressão de Marx - de uma primeira natureza, para uma configuração territorial – uma segunda natureza -

composta de inovações tecnológicas e, mesmo, biológicas, ancorada na expansão da circulação no território. (Silva; 2006)

A criação de novas funções no território acentuam o caráter estratégico da Amazônia opera no sentido de abrir novos caminhos, possibilidades e expansão do capital. E nesse contexto, no caso do estado do Amazonas se fortalecem as propostas de divisão no sentido de criação de novos territórios que possam ser reelaborados de forma a se inserir a estrutura capitalista contemporânea. Portanto, o discurso político atual energe do retirar as dimensões territoriais isoladas e seminfra-estrutura formadas pelos grandes municípios amazonenese em novas esferas territoriais no processo de reprodução do capital.

As políticas incentivam uma complexa rede territorial, assim formada pela renovação da materialidade do espaço, articula o espaço de produção ao espaço de gestão que justificam a renovação e substituição dos antigos modelos de controle do território. As críticas a esse modelo repousam na dimensão política dada ao município como agente autônomo e as críticas nos discursos políticos ao domínio exercido exclusivamente pelas forças armadas engendra a necessidade de uma maior participação dos agentes políticos locais.

4.4 A NOVA FRONTEIRA E A PRODUÇÃO TERRITORIAL

A visualização, do recorte territorial na representação do fenômeno é fundamental na construção dos processos espaciais, são produtos históricos. A forma tem um papel fundamental na estrutura e na funcionalidade do fenômeno, embora ela em si sozinha não diga nada. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sócias que deram origem. (MORAES;1996).

A forma territorial como nosso país foi constituído, é um passo importante no entendimento do fenômeno espacial como na compreensão: das políticas de Desenvolvimento Regional, do povoamento, e da própria constituição do poder, no decorrer histórico para o entendimento das desigualdades regionais e questão da própria fronteira.

É pela apropriação territorial que ocorrerá a construção da (s) espacialidade (s) e do fortalecimento das já existentes, esse fato, no entanto, não será passivo, ou seja, ocorrerá no terreno da contradição do embate, da expropriação, e da luta pelo

controle e pela manutenção da posse territorial. O Estado terá um papel fundamental na manutenção e na ampliação dos seus fundos territoriais. (MORAES; 2005)

O fato do apetite territorial difundido pelo Estado Moderno que tem sua origem no Século XIX será bastante difundida pela Geopolítica, pelo égide das idéias embrionárias de Ratzel, na Constituição do Estado Alemão, e sua gula pela posse territorial de outras nações, constituídas antes do país germânico.

A prática expansionista parece ter ganhado força em grandes países de grandes extensões territoriais, como foi o caso dos Estados Unidos, Rússia e do próprio Brasil. Onde a consolidação territorial, estava ligada como a própria sobrevivência desses países, também em destino manifesto, já posto como um fenômeno natural a ser seguido na incorporação de área quer eram suas por direito.

Conforme MORAES (2005, p 51):

Estado e território, dois conceitos entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território. Isto é, entre os qualitativos do Estado Moderno – Uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo. A modernidade fornece uma referencia espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um Estado territorial.

Na Amazônia isso ocorre através de como a Região é concebida, como área a ser incorporada, protegida, espaço da ampliação econômica, futuro do país entre outras concepções.

O território ganha maior evidência no período militar, onde várias ações são desenvolvidas para garantir a posse do territorial, através da abertura econômica, a região abre-se para o capital externo e interno na exploração mineral.

Os Grandes Projetos da Amazônia (GPA) tiveram um papel importante na construção de grandes empreendimentos até hoje existente na região como é o caso do Projeto Carajás – PA, da exploração de Manganês na Serra do Navio no Amapá e de Pitinga no Município de Presidente Figueiredo no Amazonas, pela Mineração Taboca.

Abertura de estradas, e o incentivo a migração, estímulo a produção agrícola, agropecuária. Fizeram como que a Amazônia ganha-se novos entendimentos nas análises sócio-espaciais.

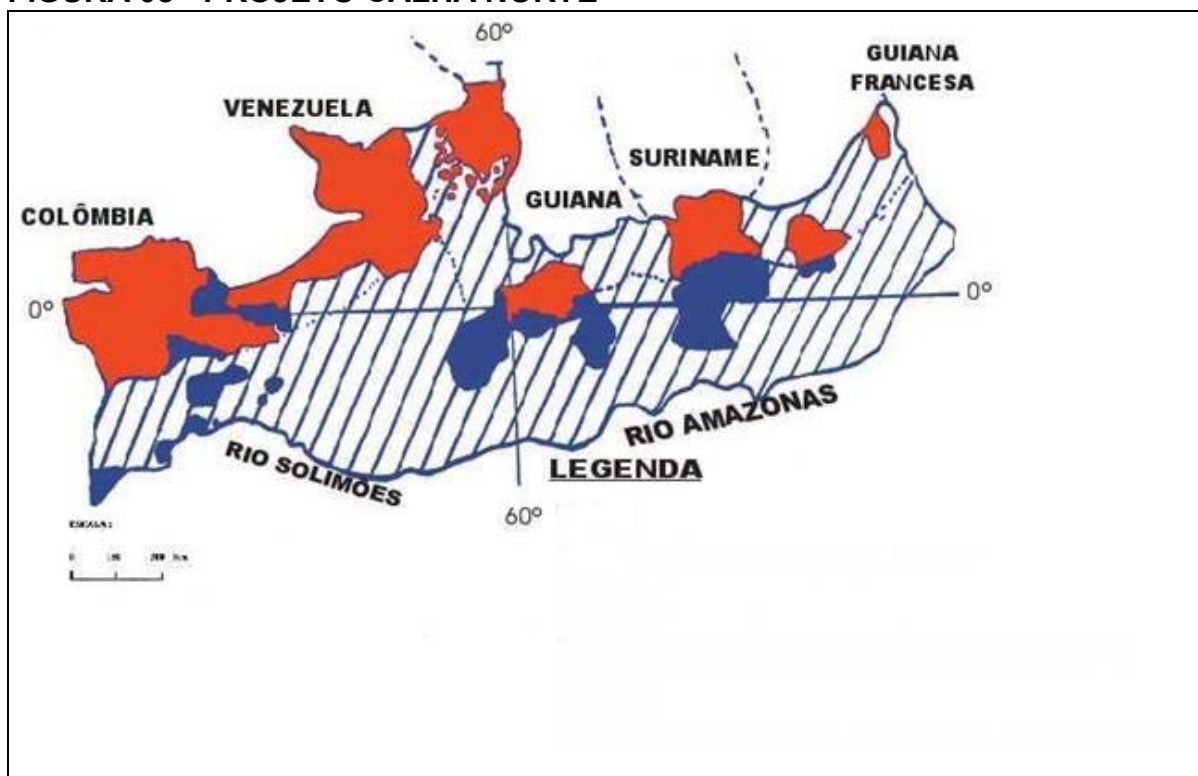
Becker (1998) demonstra a estratégia de ocupação do governo federal para a ocupação da Amazônia através das seguintes medidas: implantação de redes o qual tem por finalidade a integração espacial. A rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos, transversais, como Transamazônica e Perimetral Norte, e intra-regionais como Cuibá-Santarém e Porto velho – Manaus. A implantação de Brasília no Centro - Oeste do Brasil fez parte desse eixo de integração da Amazônia com restante do país. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde valores modernos da região, aliás, isso já apontado por Becker (1998) como uma das características da incorporação da região que é entendida como fronteira. Hoje é possível assistir programas ao vivo da Amazônia transmitido pelas emissoras regionais, visto em todo o país e mesmo no mundo agora com a rede de computadores mundiais a Internet no qual, não só as Tvs como rádios e pessoas começam a se conecta com os mais variados pontos do planeta e também da própria Amazônia não barreiras passam a ser diminuídas a rede telefônica teve um papel importante na ligação com o restante do país.

Para que acha todo esse desenvolvimento dessas redes e necessário que eles estejam em algum lugar que ajudem no seu desenvolvimento que ocorreu pelo papel das cidades surgidas na Amazônia, que ainda desenvolvem um papel central no desenvolvimento de qualquer política para a Amazônia, visto que, boa parte da população se encontra nas cidades e os valores por elas abarcados também excedem o perímetro urbano das mesmas, Becker (1998) considera a Amazônia acima de tudo como uma Zona de Fronteira Urbana, a urbanidade faz parte do cotidiano dos valores das pessoas. Elas abrigam sedes das redes das instituições estais e organizações privadas. Outro ponto importante é o papel das Redes Hidroelétricas que geram energia aos grandes projetos Industrias que dão suportes a esses investimentos sem o qual eles não poderiam existir como é o caso da Zona Franca de Manaus (ZFM) da hidrelétrica da Balbina que veio ajudar no abastecimento de energia dessa cidade e Tucuruí para atender as necessidades de Projeto Grande Carajás. Como também a previsão de novas hidrelétricas para atender as demandas do Centro-Sul que estão previstas para ocorrer no Estados de Rondônia.

Superposição de Territórios sobre os estaduais. A criação de novos territórios foi dada pela criação de áreas federais, onde passaram da tutela do Estado,

município para a União dessa forma cria-se assim muitas vezes uma imbricada rede de poderes atuando de forma contraria a seus interesses. Aqui nos referimos a criação de reservas ambientais federais, a própria criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que originou a SUDAM que tem como abrangência a área de planejamento da Amazônia Legal que uma região de atuação do Governo Federal.

FIGURA 08 - PROJETO CALHA NORTE



Fonte: <http://www.ecoamazonia.org.br>

Outras medidas foram tomadas como no âmbito da proteção da Amazônia cabendo a política de Planejamento ao Ministério das Forças Armadas que tem um peso relevante nas zonas de fronteira com os países amazônicos. O surgimento do Projeto Calha Norte é um bom exemplo disso, área de atuação das forças armadas e que teve recentemente sua área ampliada até a fronteira do Guaporé no Estado de Rondônia, ele foi fortalecido pelo Governo Lula e nome proteção das fronteiras amazônicas.

Uma medida fundamental na permanência dos investidores e dos futuros investimentos são as linhas de créditos e surgimento do Banco da Amazônia que era o antigo banco da borracha que teve um papel importante nos incentivos de grandes

e pequenos empreendimentos na região, a própria questão fiscal diferenciada a Amazônia como ao Nordeste fazer com que a ela seja atrativa para alguns tipos de investimentos.

A criação de novas áreas de livres comercio mostram o papel da isenção tributaria na Amazônia cidades muito distantes como Pacaraima- RR, Bom Fim-RR, Epitaciolândia- AC, Brasília- AC, Guajará-Mirim- RO, Tabatinga-AM, Macapá-Santana – AP, se tornem atraente aos investidores é claro que pó si só a criação poderá vingar ou não conforme o regime tarifário do país e a conjuntura política ou seja, atratividade do local está também na sua flexibilidade e na sua herança ou rugosidade de se adequar as novas demandas do mercado internacional, essas áreas são a ampliação do modelo Zona Franca de Manaus que tentam trazer desenvolvimento a essas cidades no entanto, elas partem das mesmas prerrogativas desse modelo, existe, restrições a determinados produtos que não podem ser produzidos nelas.

O Estado Territorial sofreu serias mudanças com o processo de transformação que passou o mundo, assim a nova realidade porque passa o mundo fez surgir novos atores territoriais, ou novas territorialidades que reivindicam o território e contestam o poder hegemônico do Estado, que passa a ser então um dos protagonista da nova ordem mundial, multiterritorialidades que vem se juntar ao Estado ou se contrapor a ele.

No caso amazônico a eclosão de realidades oriunda pelas próprias práticas diferenciadas do Estado Brasileiro fez com que surgir-se um contexto diversificado sócio-geográfico ou seja, a multiplicidade de realidades. Daí a denominações de várias Amazônias, ou seja, de múltiplas espacialidades, isso já ocorria mesmo antes da chegada do colonizador onde existiam inúmeras tribos indígenas que se relacionavam de maneira diferente com a terra provando assim múltiplas territorialidades.

Num Plano secundário podemos afirmar que o Estado privilegia determinadas ações cujo fim é manter a sua estrutura produtiva e social. Se no primeiro caso podemos perceber suas manifestações a partir da construção de um corpo de legislação que regula e submete a sociedade inteira ao território do Estado, do ordenamento territorial definido pelo Estado, da divisão ou não de poderes distribuídos pelo Estado, da divisão ou não de poderes distribuídos pelo Estado, pela forma como ele atua nas fronteiras do Estado, enfim, como ele define o

relacionamento com o exterior, no segundo caso, penso que estamos diante de um Estado cuja relação como o espaço rebate-se na paisagem, a partir das mudanças efetuadas por ele. Grandes empreendimentos são realizados para dinamizar a estrutura produtiva, seja por ações próprias, associadas através de ações subsidiadas ao capital privado. Aqui, estamos diante de um Estado que produz uma espacialidade, visível, fixa, concreta, que sustenta a continuidade do modo de produção dominante. Isto não significa dizer que a forma anterior não assegure a continuidade, a reprodução das relações sociais. Mais obscura e menos inteligível, porém, a produção de uma espacialidade a partir de normas e leis, dada a seus caráter ideológico, está menos exposta à constestação (NOGUEIRA, 2001)

É, contudo que devemos entender que o Estado Territorial muda de significado no decorrer do processo histórico, sua característica é outra, hoje acima de tudo o Estado tenta atender a necessidade do mercado, através de próteses, investimentos cria uma viabilidade econômica territorial, ou seja, tenta adaptar o território atender as necessidades do mercado mundial, atratividade é muito importante na chamada guerra dos lugares, provocando uma verdadeira esquizofrenia territorial, onde o território passa a ser fragmentado na ação do Estado que investi em áreas diferenciadas perdendo assim o todo do conjunto das políticas territoriais.

A organização territorial passa pelo entendimento da economia política do território, ou seja, com o advento da globalização o espaço ganha cada vez mais o valor de uso esse será incorporado nas práticas da competitividade do Capital tem tenta mercadificar o território a seus interesses.

Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, freqüentemente, não são visíveis a olho nu.

Os discursos de proteção da Amazônia ganham “novos contornos” como a preocupação com o meio ambiente, a questão da biopirataria, do etnoconhecimento, e o próprio desenvolvimento sustentável é evocado como panacéia para a Amazônia.

O Estado começa a reagir a “opinião pública” entorno da questão amazônica através de várias medidas com a criação do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) que tem como finalidade monitora os céus da Amazônia, o próprio ressurgimento do projeto Calha Norte e sua ampliação para coibir a ilegalidade na

fronteira. Outra medida foi o aumento de batalhões e a transferências do Sul país em direção a região.

O controle informacional é um elemento estratégico chave nas estruturas sociais modernas no controle do território, através de informação que é estratégica. O conhecimento geográfico apetrecha progressivamente os órgãos administrativos e os escritórios do Estado com informações e interpretações acerca dos lugares e dos fluxos correntes no território, capacitando-os para decisões locais e geoestratégias.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agente sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimento sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa. (BECKER, 2005)

Na realidade as políticas territoriais sempre tiveram permeadas do componente geopolítico e que agora ganham novas variáveis no discurso da luta pela soberania e controle da posse do território.

Conforme Moraes (2005, p 27)

Nos países centrais, ao longo do século XIX, a geografia passa a ser (ao lado da história) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção de extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existente, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao reforço do sentimento de a ele pertencer. Como parte desse conjunto nacional: o povo. Como bem acentua Marcelo Escolar, o ensino da geografia tem sido um processo ininterrupto de “doutrinação patriótica”, isto é, de inculcar nas pessoas um sentimento de pertencer a uma unidade política de base espacial.

É claro que existe alguns componentes importantes por de trás de todos esses discursos vejamos o caso da gritaria ecológica, nesse discurso o que se percebe é a constante acusação ao governo brasileiro, da ingerência da Amazônia, no entanto não podemos esquecer que sempre foi uma preocupação por parte do Estado brasileiro proteger a região através de várias atuações é claro que objetivo antes não era em si o meio ambiente se assim podemos dizer, e sim o território no entanto hoje o recurso que consta nele ou seja o potencial existente é de

fundamental importância para a o desenvolvimento estratégico do país, algumas iniciativas foram tomadas no fim de aproveitar esse potencial que também não deixa de ser uma resposta a comunidade internacional o qual exige mudanças mais duras na proteção do bioma amazônica, a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia é um bom exemplo disso. Essas medidas fazer com que o governo brasileiro cadê vez mais tenha medidas efetivas.

A ampliação ou mesmo a perpetuação do poder se faz presente também nas práticas espaciais como é caso de alguns grupos de atores, podemos observar isso é alguns propositores de propostas pró-divisão do Amazonas. Que vem na criação de Estados um componente importante para a perpetuação do seu poder ou mesmo na constituição de pleitear um cargo político vincar a sua territorialidade.

Conforme Santos (1998, p2)

Nesse Sentido, o conceito de territorialidade é essencial, não só como meio de identificação dos agentes que promovem o controle territorial, que têm o poder de influenciar e, assim, direcionar o processo, afetando a vida de todos os que lhe estão sujeitos, como também, e principalmente, ensejar uma contrapartida logística a partir do entendimento dos mecanismos da ação do processo de controle sócio-político-econômico. Entendimento que passa necessariamente pela compreensão de como se dá a articulação das decisões pelas diferentes escalas geográficas do território (interna e externamente).

A territorialidade deve ser entendida como contraponto da sociedade civil às articulações do poder (Capital e Estado), é dessa forma redefinida como a participação do chamado homem comum. Embora participe do território nacional, onde, a princípio, as garantias constitucionais são vigentes para todos, a territorialidade também é sentida no campo externo e é convulsionada pela disputa entre interesses corporativos.

4.5 As Concepções ideológicas geográficas na construção de novas unidades administrativas no Amazonas

A construção de unidades administrativas na Amazônia ganha força nas proposições de criação de Estados e Territórios, um dos argumentos colocados pelos pró-divisionistas é a grande extensão territorial dos estados, que formam a região.

No caso do Amazonas uma problemática colocada é que a grande extensão territorial provoca a ausência do poder público em cidades mais distantes.

Segundo Bezerra (2000, p 11,12)

A “tese” da irracionalidade administrativa, sob o argumento que o Amazonas é muito grande e que, por isso mesmo, deveria ser dividido para “aproximar a população dos centros de decisão é, para ser generoso, risível. Se levado a sério implicaria, igualmente, em aceitar como razoável a divisão do próprio Brasil e de outros gigantes como China, Canadá e Estados Unidos, por exemplo.

Por outro lado, a forma “raivosa” com que vários defensores da divisão territorial reagiram à proposta do governador do Acre de anexar alguns municípios amazonenses onde, reconhecidamente, o poder público amazonense não consegue chegar, demonstra de forma inequívoca que esta parcela de “divisionistas” há outros grupos que defendem por razões distintas) nunca esteve preocupada com a racionalidade administrativa e nem tampouco com o abandono imposto à essa população pelo governo federal e, especialmente, pelo governo Estadual que eles apóiam. O que eles querem é mais um “feudo” para acomodar a sucata política.

Para racionalizar os espaços administrativos existem os municípios e até mesmo os distritos administrativos, que o Amazonas desconhece por completo. Não é a União, nem os Estados e tampouco os territórios, que “aproximam” a população dos “centros de decisão”. Quem cumpre essa função é precisamente o Município e sua estrutura administrativa. O Amazonas, porém, embora seja o estado de maior extensão territorial, figura os que tem menor quantidade de municípios.

Um fato que deve ser levado na análise da construção de unidades administrativas está na relação espaço e poder, intimamente relacionada com fronteira e território.

Nogueira (2001) esclarece que a instituição destes limites, que pode ter formas diversas, é resultado de relações entre sociedades, grupos, que ao organizarem para sobreviver definem territórios que possuem os mais diferentes significados, sendo o mais marcante de todos os territórios estatal. Isto nos revela um outro tipo de relação cuja base está no domínio sobre o território, no poder sobre o espaço. Porque está presente nas mais diversas escalas, ora mais visíveis, ora menos, o controle do espaço encerra sempre um controle sobre o estudo o que ele contem, desde recursos naturais até a população, principalmente. Contudo, da mesma maneira que o poder apresenta limites em seu exercício na relação com a sociedade, apresenta também limites espaciais, ou seja, há um território delimitado para impor a sua vontade. Nas sociedades modernas, os Estados-nacionais são as instituições por excelência que dão vida a esta relação entre o poder e o espaço. A soberania do Estado sobre o território, a validade de suas imposições, de suas leis terminam em geral em seus limites territoriais.

Lefebvre apud Ricardo (2001) mostra como ocorre a relação existente entre Estado e espaço. As relações sociais de produção tem um componente espacial importante no seu desenvolvimento. Para ele o espaço produzido pelo Estado é político, possuindo características próprias e objetivos específicos; e procura impor a sua racionalidade ao caos das relações entre os grupos, às frações de classe e as classes, usando para isso o espaço como instrumento privilegiado. Fala ainda que o Estado não intervém episodicamente e pontualmente, a sua atuação se faz presente por diversos organismos e instituições consagradas à gestão e à produção do espaço. O espaço Estatal não visão do autor não tem característica caótica do espaço produzido pelos interesses privados. Ele é homogêneo, o mesmo em toda parte, segundo uma racionalidade do idêntico e do repetitivo que permite chegar aos mais recônditos lugares e a sua presença, seu controle e vigilância. Nesse sentido devemos nos remeter a questão da possível ingovernabilidade dos grandes Estados apontadas por aqueles que defendem a divisão do Estado do Amazonas.

As formações sociais serão portadoras também de relações de poder no espaço que ocorrerá através dos limites territoriais. A inexistência de terras sobre o globo terrestre que não pertença a nenhum Estado-nacional parece ser a maior evidência da relação poder e espaço, no entanto cabe observar que isso ocorre não só na esfera do Estado.

Raffestin (1991) remete a seguinte questão que sem a partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como exercer. Em seguida remete o leitor a preocupação presente na obra de Maquiavel que é o lema clássico de 'dividir para reinar'. Para o autor, no exercício do poder a oposição "continuidade versus descontinuidade" é sempre manipulada, sendo os limites criados e deslocados como forma de apoio do poder, e isto só ocorre porque os limites, fazendo parte da reprodução social. São vividos, consumidos, participando da territorialidade. Aqui podemos nos lembrar dos propositores pro-divisionistas que tentam criar os territórios no Amazonas boa parte deles tem como base eleitoral o interior que também são suas cidades de origem, já em algumas eleições perceber-se a derrota de alguns políticos influentes em Manaus como é caso do ex-governador Amazônino Mendes e do atual governador Eduardo Braga que foi reeleito pelo interior do Estado, isso na realidade tem sido uma constante, assim não é por acaso que esses políticos tem interesse e criar novos Estados ou Territórios já que sua base política está centrada nesses municípios.

Conforme Nogueira (2001, p.68):

Assim, o exercício do poder dá-se, antes de tudo, sobre os homens, e só posteriormente sobre territórios. Todavia, reconhecemos a dificuldade dessa distinção de domínios, muito embora o exercício do poder sobre território não faça o menor sentido se este não é disputado, reivindicado por alguém. Desta maneira, a máxima de que espaço é poder só pode ser corroborada quando mediada por outras variáveis que possam ter maior ou menor importância no curso da história de determinada sociedade. Estas variáveis podem parecer sob a forma de recursos naturais, localização, correlação de forças entre os grupos, dentre outras, tendo cada uma delas seus desdobramentos.

Para Sanguin apud Nogueira (2001), análise geopolítica das subdivisões administrativas do Estado está apóia em dois temas que possuem ligação entre si, que são a “divisão territorial” e a “divisão das responsabilidades políticas” Deste modo, ele chama atenção para o fato de que o significado político-geográfico dos territórios sub-estatais não depende somente da maneira como suas fronteiras são compostas, mas também da autoridade que deve ser exercida neste espaço e o modo como é exercida. Procura deixar evidente que neste estudo é importante para a Geografia econômica. Seu traçado parece arbitrário, o que leva ao comentário de que a prática administrativa é irracional. Mas não se trata disso: a finalidade das delimitações não é científica, é permitir o controle das pessoas.

Explorando a discussão relativa à partilha do território, Bret (1997) a presença de fronteiras entre Estados-nacionais cria uma desigualdade no acesso aos recursos naturais do planeta, podendo isso refletir no desenvolvimento social, visto que esta “partilha política cria compartimentos com potencial muito desigual” o mesmo ator nos remete que os recursos naturais no entanto, só podem ser utilizados a favor da sociedade a com desenvolvimento tecnológico.

A alusão também é feita na partilha municipal, portanto as disparidades entre os municípios. Provocando assim uma fragilidade na partilha política-administrativa.

Nesse sentido, a chamada ‘monstruosidade geográfica’ no dizer de Lysias Rodrigues (1947) pode nos remeter não só a grande extensão territorial, mas sim implica diretamente na construção do Pacto Federativo, onde ganha destaque a discussão sobre a Federação que significa aliança, pacto e com a evolução dos sistemas políticos aparece sendo como sendo a união de diversas unidades políticas autônomas compondo um Estado-nacional, subordinadas, portanto, a um poder central que define competências a cada uma de suas unidade federativas, que de

outra parte o compõe de modo . Ou seja, as práticas territoriais vão esta circunscrita em cada unidade sendo guiada pela União.

O federalismo no Brasil inicia-se com a instauração da República em 1889, dando ao fim o período imperial. O poder Imperial teve um papel importante na construção desse regime político já que foi através da descentralização deste poder que deu uma maior autonomia as províncias, a designação de Estados vem logo em seguida junto com uma maior autonomia a essas áreas.

A divisão territorial como a incorporação ou a fusão de alguns estados entre si já era apontada pela primeira Constituição Republicana, no capítulo referente à organização do território. Conforme Nogueira (2001) “Os estados podem incorporar-se ente si, subdividir-se ou desmembra-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados mediante aquiescência das respectivas populações (art. 3º). Ainda que o instituto da fusão ou incorporação das unidades federativas entre si esteja assegurado há mais de um século, o que predominou neste período foi apenas a subdivisão de algumas unidades ou a mudança de status de Território Federal para Estados.”

No decorrer do processo histórico as exceções ocorreram quando o Distrito Federal do Rio de Janeiro foi extinto (1961), e posteriormente quando o Estado da Guanabara foi anexado ao antigo Estado do Rio de Janeiro (1977), perdendo Niterói a condição de capital fluminense. O outro exemplo ocorreu com a Constituição de 1988 quando Pernambuco recebeu de volta do Governo Federal o arquipélago de Fernando de Noronha. Em ambos os casos a decisão não coube à população, aliás, do mesmo modo como ocorreu até agora com as criações de novas unidades federativas.

A criação de novas unidades federativas também se ocorreu através da criação de territórios na época da Segunda Guerra Mundial, dos territórios do Amapá, do Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguaçu, todos na fronteira, tendo como objetivo o cordão de isolamento dos outros Estados-nacionais.

FIGURA 09 - MAPA POLÍTICO DO BRASIL



Fonte: <http://www.klepsidra.net>

A idéia de criação de territórios federais está intrinsecamente ligada a falta de recursos e a escassez de população nas províncias, essa concepção já pode ser observada no final do Período Imperial.

O modelo adotado na construção da federação brasileira foi modelo norte-americano aqui vale fazer uma ressalva este modelo não foi aderido em sua completude, a idéia de federação norte-americana demonstra outro tipo de idéia unidades políticas que se uniram com fins gerias respeitando porém suas

particularidades, já no caso brasileiro apesar da ampliação territorial respaldado também na própria construção da unidade federativa que tinha como objetivo manter a unidade territorial ou a expansão para Oeste que também era nítida na construção federativa estudinense. E mesmo com a denominação de Estado e esses não gozavam de grande autonomia na primeira constituição republicana.

As questões territoriais voltaram novamente a ser destaque no Tratado de Petrópolis em 1903, criava-se o Território do Acre (Lei 1181 de 24 de fevereiro de 1901). As seguintes proposições foram cogitadas: anexá-lo ao Amazonas, que tinha bastante interesse na área devido a renda gerada por ser uma grande área produtora de borracha, ou transformá-lo em Estado, dando-lhe plena autonomia; ou ainda organizá-lo sob a forma de território.

A questão agora posta não era só de política externa entre Bolívia e Brasil mas também de ordem interna, já que existia um grande interesse do Amazonas em anexá-lo ao seu território por ser bastante vultoso para sua economia de outro lado o Pará teria sua hegemonia abalada caso isso acontecesse. O Impasse foi resolvido com a criação do território do Acre com uma divisão interna e três departamentos isso ocorreu devido a atuação da banca paraense no senado federal. A área passa a ser agora administrada pela União.

Conforme Nogueira (2001, p.74):

A recuperação deste acontecimento é importante para nossa discussão sobre a divisão territorial, porque demonstra o interesse primeiro pelas rendas produzidas pelos lugares e não a extensão do mesmo. Note-se que o Amazonas queria expandir seu território.

Num trabalho em que procura averiguar o estatuto jurídico desta entidade territorial ao longo das Constituições republicanas, Temer (1976) recupera a discussão pré-republicana daí a possibilidade colocada de que este seria o caminho que determinadas áreas do território nacional deveriam percorrer até atingirem a qualidade jurídica de Estados da Federação.

A constituição de 1934 abre precedente o seu artigo 16 diz além do Acre, constituição territórios nacionais outros que venham a pertencer à União, por qualquer título legítimo, e num parágrafo único apontava as condições: logo que tiver 300. 000 mil habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços, o

Território poderá ser, por lei especial, erigido em Estado. Estava posto assim as condições para o desmembramento ou fusão das áreas territoriais.

Além disso, o artigo 86 definia que as regiões fronteiriças com países estrangeiros insuficientemente cultivadas e de população interior a uma habitante por quilometro quadrado, ou desabitado, constituirão territórios, cujos limites serão fixados na lei que os organizar.

As áreas desmembradas podiam voltar novamente às regiões de origem como também recebem uma indenização da União. Tal como os Estados, os territórios poderiam ter representantes, limitados a duas cadeiras na Câmara e sem representação no Senado, porque o território federal não é um ente federado, mas uma entidade territorial.

A caracterização constitucional da Lei Magna de 1937 demonstra que, a União a qualquer momento poderia intervir nas áreas dos Estados através de desmembramentos territoriais para garantir a Segurança Nacional, que se daria através da criação de territórios, isso ocorre acima de tudo na zona de fronteira no período do Estado Novo.

A evocação por uma nova divisão do território brasileiro já ganhava vigor nesse período, com o intuito de diminuir as desigualdades regionais tanto em sentido econômico como estratégico. Não foram poucas as propostas de redivisão territorial e dentre estas podemos destacar as de Fausto de Souza (1880), Quintino Bocaiúva, em 1890, Segadas Vianna (1930), Everardor Backheuser (1930) e Teixeira de Freitas (1932). Também surgiram propostas de divisões regionais.

Umas das propostas bastante interessante entre várias divisões do país é a de Backheuse (1933) que teve grande divulgação no pensamento geopolítico brasileiro, baseada na visão dele nos fundamentos geopolíticos. Objetivo aqui é amarração política levando em consideração os fatores internos e externos do país.

Um dos destaques nessa proposta é o favorecimento do grande território o qual agrega grandes variedades de recursos naturais que poderiam ser encontrados como também a ampliação do próprio povoamento. No entanto, a grande extensão poderia trazer um esfacelamento territorial ao nosso país, isso ocorreria pela diversidade de realidades existentes em nosso território o qual poderia causar autonomia e o poder central não seria suficiente para a manutenção dessa integração.

A própria localização da capital não contribuiria a integração nacional já que não era um elo de ligação entre regiões o que não ajudaria a manutenção de um território. Um fato a que se devia temer é qualquer tipo de regionalismo isso poderia acarretar no possível emancipação futura de área era necessário contenção.

O princípio para uma boa divisão era a equipotência onde tinha como pilares a superfície, população e economia, tendo como forma um retângulo os limites seriam definidos pelas linhas imaginárias, pois essas “são imparciais” não favorecem a ninguém, a população dessas áreas deveria ter no mínimo um milhão de habitantes. O deslocamento é um fator importante já que algumas áreas terão uma maior desenvolvimento econômico do que outras.

Os territórios existiriam mas teriam um papel transitório até o seu desenvolvimento. Resumindo, sua divisão daria ao Brasil 16 Estados em 28 unidades fundamentais e 6 territórios em 36 unidades fundamentais, totalizando 64 unidades. As duas questões centrais nesse momento a qual era divulgada essa proposta girava entorno da grande extensão territorial e a administração territorial. Fica claro que as idéias desse geopolítico estão baseadas nos ideários da geografia alemã no momento da constituição de seu Estado Nacional.

Na visão Claval (1979) demonstra que a relação burocrática tem um papel importante no controle territorial, criada para cumprir uma missão; organizada maneira hierárquica; instruída para executar e informar fielmente a direção, a administração, estrutura de tal modo, é o instrumento capaz de regular e instituir condições uniformes nos mais vastos espaços,

A divisão territorial também é vista por Miyamoto (1995) onde o ator retrata que os desequilíbrios regionais são conseqüências dos fatores naturais que resultaram na influência direta na distribuição da população de própria atividade econômica e o desenvolvimento das regiões.

Difícilmente chegar-se-á a um consenso ou uma análise mais justa se não embutirmos na problemática a disponibilidade dos meios de comunicação e transporte, essenciais para a integração e o controle territorial, pois o Estado ideal, com a forma de um círculo perfeito, como afirmava Nicholas Spykman apud Britto (1986), está longe de existir. Além disso, devemos considerara população e como ela se distribui no território, pois do mesmo modo que a extensão, a busca de uma densidade populacional ideal é pura abstração. A demografia nos ensina que a população pode ser analisada por diversos aspectos: faixa etária, renda, sexo,

mobilidade geográfica e social, ativa para o trabalho ou não, dentre outros. Contudo, não resta dúvida sobre poder, a prevalência que à população possui, enquanto variável, frente a extensão territorial. É exatamente a expressão numérica, convertida em capacidade de produção e consumo, ou em número de eleitores, em votos, em posicionamento político, que faz desta variável a principal nas questões ligadas ao controle territorial.

O fato de algumas unidades da federação possuírem uma grande extensão territorial e ter uma pequena densidade demográfica é fruto da divisão interna cuja origem, segundo Reis (1962), estaria no deslize da constituição republicana que transformou as províncias existentes em Estados indistintamente, quando só algumas possuíam capacidade para tal, devendo as outras ficarem sob o controle da União. Isto vai, sem dúvida, reverberar no parlamento nacional, o lugar das representações estaduais, que será tratado adiante.

Entre as Constituições de 1937 e a Constituição de 1946, ocorrem novas modificações no quadro político-territorial brasileiro. Em 1943 Getúlio Vargas cria cinco Territórios Federais, todos eles resultado de desmembramentos, porém dois deles logo foram extintos na Constituição de 1946, os de Ponta Porá e Iguaçu. Sendo uma constituição promulgada, democrática, não caberia a figura do Território Federal, pois esta condição permitia que sua população se manifesta sobre a escolha do Governador, ao mesmo tempo em que, argumenta-se, o Território constitui fruto do espírito colonialista. Basicamente com estes argumentos os representantes dos Estados de Santa Catarina e Paraná conseguiram 'reaver' Iguaçu e Ponta Porã do governo federal, não entende havido na avaliação de Reis (1962), o mesmo empenho das bancadas do Norte. Bem depois, a Constituição de 1988 decretou a ascensão dos Territórios remanescentes – Roraima e Amapá – à condição de Estados da federação, enquanto o Território de Fernando de Noronha era devolvido à Pernambuco, é Rondônia já havia sido transformado em Estado em 1982. Acaba-se então com esta "excrecência" numa Federação, porém a própria Constituição em seu artigo 18 deixava aberta a porta para a criação de novos Territórios Federais.

As novas unidades federativas trouxera a ampliação da bancada do Norte, que passou a eleger mais nove senadores e 24 deputados federais, possibilitando, em tese, uma maior representação da população regional.

A representação parlamentar passou a ser uma ferramenta importante para a captação de recursos, o aumento da banca nortista e nordestina acabam ser questionadas pelos parlamentares do Centro-Sul que reivindicam que a proporcionalidade parlamentar seja equivalente ao produto interno bruto da cada Estado.

Um breve panorama político territorial do Brasil demonstra que determinadas distorções na representação parlamentar não poderão ser corrigidas num curto prazo. Se por um lado a concentração populacional do Sul/ Sudeste do país assegura uma maior representatividade sobre as outras regiões na Câmara dos deputados, apresenta-se, por outro lado, constituída de 7 unidades da federação e sem perspectiva de fragmentação, o que repercute na representação do Senado. E sendo a representação deste dada por unidades da federação, que vem ganhando maior representatividade é a Amazônia, região que, além de ultimamente ter visto suas unidades mudarem de status político a serem desmembradas, e com tendência ainda a fragmentar-se, possui um contingente populacional bem inferior às demais.

Sendo assim, cria-se uma grande polêmica entorno da representatividade dos estados onde surge assim a grande polêmica qual será a melhor fórmula encontrada a proporcionalidade dos Estados, e como essa representativa atende a demanda da população, ou seja, ela está calcada na quantidade ou na qualidade até onde está a eficiência e realmente a representação política dos Estados não da federação.

Não podemos retirar o mérito de E. Backheuser por ele ter tentado estabelecer um princípio científico de divisão do país. Nem de qualquer outro elaborou uma proposta de outra divisão político-administrativa do Brasil. O que se observa que nas propostas de divisão territorial para o país se preocupou mais com a forma do que com o conteúdo.

Martin (1993) demonstra com se dava a criação das unidades territoriais. Mostra como Alagoas foi desmembrada de Pernambuco por represália de D.João VI; do mesmo modo a criação do Paraná puniu a revolta liberal de 1842; e o Acre, depois da disputa externa entre Brasil e Bolívia, terminou sendo proclamado Territorial Federal e não parte do Amazonas, que o reivindicava, atendendo aos protestos do Pará . Do mesmo modo, mais recentemente, a divisão do Mato Grosso e de Goiás atenderam interesses do poder local e do poder nacional.

Percebe-se então para ocorrer a divisão territorial no interior do Estado-nacional é a relação entre o poder central e local. A recompensa termina sendo o apoio mútuo. Quanto a isso, Camargo (1993) assinala que a divisão territorial constitui-se em mais um instrumento de controle importante que o poder nacional

possui frente aos estados federados. Nessa concepção a União passa ser um padrinho político importante da constituição dessas unidades em regiões de pouca expressividade política com isso, a União tem aprovação de seus projetos aprovados no Congresso.

As concepções de divisão do território brasileiro também fizeram parte da política dos militares. A idéia era integrar a regiões periféricas com as áreas centrais a zona de fronteira ganhava destaque. Estas preocupações são tanto de âmbitos externos como internos. Na base deste pensamento encontra-se Travassos (1947), mais preocupado com o papel que o país poderia desempenhar no cenário latino-americano a partir das condições de controle físico do território, chegando assim, a apontar os grandes antagonismos na América do Sul como o Atlântico X Pacífico e Amazonas X Prata.

Já no âmbito interno Golbery do Couto e Silva (1981) se preocupa com a ligação das regiões geoeconomicas nacional na seguinte ordem de prioridade: articular as regiões Nordeste e o Sul do país ao núcleo central do mesmo, impulsionar o avanço da onda colonizadora para o Noroeste, e “inundar de civilização” a hiléia amazônica.

A fronteira ganha destaque na projeção do espaço nacional através da constituição de 1934 no Estado Novo no qual poderia ter como competência a criação de territórios na linha de fronteira.

Durante o regime militar pós-64, as limitações ao federalismo não se restringiram à redução da autonomia dos governos estaduais e o fim das eleições para governador. Repercutindo no território, observou uma ampliação das áreas federalizadas na Amazônia, principalmente em torno dos grandes projetos, ao longo das rodovias implantadas e planejadas e a instituição de municípios em áreas de segurança nacional, geralmente fronteiriças. Cabe ao Conselho de Segurança Nacional Nacional, organizar as atividades nessas áreas.

As diferentes atuações tanto na esfera do poder Estadual, Municipal e Federado levam a diferentes tipos de atuações nessas áreas provocando assim uma complicação na atuação das competências das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu identificar a criação de políticas no cenário brasileiro, com diretrizes econômicas que estão gerando as condições para uma nova feição no território. O processo de globalização trouxe mudanças nos cenários para a Amazônia.

As estratégias do governo a partir da criação do Plano Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PDR produziram as condições efetivas para o debate político sobre a divisão do estado do Amazonas.

Os discursos políticos analisados neste estudo demonstram as justificativas que são apontadas como pressuposto para a divisão territorial onde se ressaltam a extensão territorial e a pouca densidade demográfica, a situação de isolamento das populações, o descaso dos políticos com os municípios amazonenses, a pobreza e a exclusão social; apontam-se a necessidade da criação de territórios federais e ou Estados que possam fragmentar o território para que os governantes locais possam desenvolver políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico e social; identificar a necessidade de maior proteção das fronteiras e de políticas de desenvolvimento local e regional.

Embora a questão da divisão territorial tenha sido abortada desta vez, devido a falta de um modelo econômico de desenvolvimento para as regiões apontadas como base da divisão territorial nos projetos (Solimões, Juruá, Madeira, e outros). A Comissão Parlamentar de Desenvolvimento da Amazônia avaliou os projetos legislativos que pleitearam a realização de plebiscito no estado do Amazonas, concluindo que as justificativas estão baseadas em estudos quanto à heterogeneidade das regiões, tendo sido considerados como iniciativas de interesses políticos.

Constata-se com as políticas públicas gestadas e a emergência da formação de bases políticas que se direcionam à um processo de divisão territorial, mesmo que futuramente, levando-se em consideração a nova feição da fronteira e sua importância estratégica, tanto em nível interno, como externo em relação aos países vizinhos.

Compreende-se que para os políticos que pleiteiam a divisão do Amazonas,

o interesse é basicamente político, esses agentes buscam aumentar a representatividade política, criar uma política de arrecadação fiscal e criar modelos de desenvolvimento local. Trata-se, portanto, de um poder que passaria a ter maior importância na medida em que o Estado e os Municípios forem incorporando mudanças qualitativas no índice de desenvolvimento humano das populações.

Observou-se que os políticos que pleiteiam a divisão do Amazonas apresentam concepções diferentes do Estado que estimula a realização de um macro-desenvolvimento a partir de iniciativas políticas que possam desenvolver a integração Sul-americana, através do estreitamento das relações com os países Sul-americanos, visando à consolidação do Mercosul em toda a América do Sul.

A política de retomada do crescimento econômico, através da gestão integrada do Plano Plurianual de Investimentos torna a Amazônia como estratégia. Neste sentido, novamente tem-se o território como geoestratégia baseada na produção e na reprodução capitalista. Neste sentido tanto as iniciativas do PNOT quanto as do PNDR estimulam discussões políticas sobre a divisão, por que tais políticas têm estratégias para muitas áreas que podem consideradas corredores de exportação e de desenvolvimento do comércio como a Zona Franca de Manaus e um retorno ao corredor da transamazônica em uma nova logística que se pauta na criação de corredores de desenvolvimento para acelerar a circulação no território.

Constata-se que embora o debate sobre a divisão do Estado do Amazonas seja um necessário um conjunto de conhecimentos sobre a região e suas especificidades, avalia-se que os políticos que se posicionam contra, reconhecem em sua maioria, que ainda não existe um planejamento adequado para o desenvolvimento de uma ação política deste porte. Embora, se constate que futuramente essas discussões poderão chegar a um ponto de consenso na medida em que as pressões internas e externas estimulam a fragmentação para melhor governar.

As justificativas apresentadas são consideradas oportunistas, ideológicas e carregadas de interesses politiqueros, no entanto, poderão ocorrer em longo prazo, ações que estimulem as políticas de desenvolvimento para a região com base em conhecimentos de sua heterogeneidade cultural, produtiva e geográfica que estimulem a elaboração de novos planejamentos e ações políticas que possam justificar plenamente a necessidade de dividir o Estado do Amazonas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. Dário. **Mudança Ambiental Global e a Formação do Regime para Proteção da Biodiversidade**. São Paulo: Malheiros, 1997.
- ALMEIDA, Ana Luísa Osório. **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.
- ALTHUSSER, Louis. **O Capital á Filosofia de Marx**. In Louis Althusser, Jacques Rancière, Pierre Mancherey, *Ler o Capital*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- AMAYO ZEVALLOS, E. 2004. **Amazonia, Mercosur y las posibilidades de integración**. México, DF: Ed. Universidade de Guadalajara.2004
- AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- ARRIGH, G. **O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. S.Paulo: Ed. UNESP, 1996
- ATALIBA Flávio; MARINO, Carlos Eduardo. **Análise econômica: Dois brasis?** Artigo publicado no jornal "O Povo" de Fortaleza. 2007. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/economian/535470.html>> Acesso em 23 Mai. 2007.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BECKER, K. Bertha. **Modelos e cenários para a Amazônia, o papel da Ciência: Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: É possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parcerias Estratégicas, número 12, Set, 2001.
- _____. **Significância contemporânea da fronteira**. In: Aubertin, C., org. *Fronteiras*. Brasília: UnB/ORSTOM, 1988.
- _____. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998
- _____. **Fronteira amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília:UNB; Rio de Janeiro:UFRJ, 1990

BENCHIMOL, Samuel. **Desenvolvimento sustentável da Amazônia**: cenários, perspectivas e indicadores. Manaus: Valer e Universidade do Estado do Amazonas, 2002

BERNARDES, Nilo. **Espaço e desenvolvimento desigual**. Geofórum, vol, 7, p. 33-41, 1976.

BERNO, Geovani; AGRA, Klondy Lúcia. **A televisão na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento regional**. Cadernos Famecos – PUCRS, Porto Alegre, nº 14, 2005.

BEZERRA, Eron; GRAZZIOTIN, Vanesa. **Amazônia**: uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer. Brasília: Senado Federal, 2000.

BEZERRA, Eron. **Divisão Territorial**: porque querem retalhar o Amazonas? Manaus: 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade**: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BORGES, Carlos M. **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional**. Revista Brasileira de Estatística. v. 1, n.1, p. 100-103, jan./mar. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição atualizada. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Senado Federal. **Decreto Legislativo Nº 1097**, de 2001 (PDS N.º 274/00) Convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Oiapoque Autor: Senado Federal Relator: Deputado MILTON MONTI I – Relatório.

_____. OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (2003: Brasília) **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Mozarildo Cavalcanti. Brasil, Senado Federal nº 100907, 2001.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Duciomar Santos. Brasil, Senado Federal nº 110803, 2007.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Renan Calheiros. Brasil, Senado Federal nº 110904, 2007.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de José Marinho. Brasil, Senado Federal nº 100830, 2004.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Emília Fernandes. Brasil, Senado Federal nº 110903, 2007.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Euler Ribeiro. Brasil, Senado Federal nº 110910, 2005.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de José Roberto Arruda. Brasil, Senado Federal nº 111807, 2007.

_____. **Pronunciamento/Discurso Político**. Discurso de Heloísa Helena. Brasil, Senado Federal nº 110505, 2006.

BRASILEIRO, Verônica Maria Miranda. **Plebiscito para a criação do território Federal do Marajó**. Câmara dos Deputados, 2003.

BRET, Bernard. **A partilha do território e a desigualdade frente ao desenvolvimento: um problema de geografia política**. In Becker, B. e Miranda, M. (org.) – A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

BRITTO, Luiz Navarro. **Política e Espaço Regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

BURSTZIN, Marcel (coord). **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território: PNOT** (Versão preliminar). Brasília, agosto de 2006. Disponível em: <http://209.85.207.104/search?q=cache:yCwgctPvvLwJ:www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp+PNOT&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em: 31 dez 2007.

CALHEIROS, Renan. **35 anos da rede Amazônica de Tv**. Pronunciamento nº 397. Senado federal, Brasília, 2007.

CÂMARA, Marcelo Argenta. **O Movimento Campesino e a Re-Significação da Identidade na Bolívia**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

CAMARGO, Aspásia. **Federación sometida. Nacionalismo desarrollista e inestabilidad democrática**. México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CARNEIRO, Hugo. **A criação de novos territórios**. Revista Brasileira dos Municípios, v. 3, n.12, p. 1041-1060, out./dez. Rio de Janeiro, 1950.

CARVALHO, Delgado de. **Historia documental, moderna e contemporânea**. Rio de Janeiro: Record, 1976.

CARVALHO, Isabel Cristina M. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos**. São Paulo: Instituto Florestal, Série Registros, 1991.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna M. R. & MARIM, Rosa E. A. **Amazônia Oriental: territorialidade e meio ambiente**. In: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo: Hucitec; 1993.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Introdução à defesa da Amazônia**. Artigo originalmente publicado em Carta Internacional, Funag-USP, ano X, nº 107/108, p. 19-21, janeiro/fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>> Acesso em 10 jan. 2007.

CHAUI, M. S. **A ideologia acima de qualquer suspeita**. Almanaque Revista de Literatura e Ensaio, São Paulo, v. 7, p. 113-116, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CORTESÃO, Jaime. **Pauliceae lusitana monumenta historica**, 3 vols. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956.

COSTA, Wanderley M. Da. **A geografia política clássica. Ratzel e os fundamentos de uma Geografia do Estado. Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp. 1992.

DUARTE, Ana Tereza Sotero. **Divisão territorial do estado do Amazonas**. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estnottec/tema14/2004_4464.pdf. Acesso em 23 de set, 2007.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós**. Belém/PA: UFPA/NAEA, 1999.

ESPÍNDOLA, Harub Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial**. Universidade Vale do Rio Doce, III Encontro da APPAS, Brasília, DF, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista OSAL, nº 16, p. 27-29, 2005.

FOREWAKER, Joe W. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FREITAS, Ariadne Castilho de. **O canto polifônico da sedução no discurso político.** Disponível em: <http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/ocantopolifonico-N2-2002.pdf>. Acesso em 28 abr. 2007.

FRÓES, Alberto T. N. **Problemas de organização nacional.** Revista Brasileira de Estatística, v. 2, n. 6, p. 277-282, abr./jun. Rio de Janeiro, 1941.

FURIÓ BLASCO, Elies. **Turismo y territorio. Interrelación entre la función y el territorio a partir del enfoque de enlaces.** 997 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas) – Facultat d'Economia, Universitat de València, València, 1994.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** 2 ed., São Paulo: Contexto, 1991.

GUERRA, A. **Estudo Geográfico do Território do Acre.** Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1955.

GUIBERNAU, Monserrat. **Nacionalismos. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX.** Rio, Jorge Zahar, 1996.

GREGORIN, Maria do Rosário e BARONAS Roberto. **Análise do Discurso: as materialidades do sentido.** São Carlos: Clara Luz, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Artigo disponível no site <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, 2004. Acessado em set, 2007.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **O problema da ideologia: o marxismo sem garantias.** In.: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LACOSTE Yves. **A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Moderna, 1997.

MARSON, E.R. **No limiar do horizonte: manifestações e discursos divisionistas Norte/Sul e política integracionista no Paraná (1920-1975).** 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território brasileiro**: A criação de novos estados no Brasil. Caderno CRH de geografia, Salvador, nº 35, 263-288, Jul/dez, 2001.

MARTINS, J. S. **Expropriação & Violência**: A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. (orgs.) **Estado e gestão pública**. Visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006

MATIAS, Francisco. **Pioneiros**. Porto Velho: Maia Ltda., 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MIRAGAYA, Júlio. **Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Seminário do Planejamento e Desenvolvimento territorial do Estado do Pará. Junho, 2007. Disponível em: http://www.pa.gov.br/hotsites/seminario_desenvolvimento/DOWNLOADS/03-%20Júlio%20Miragaya%20-%20Política%20Nacional%20de%20Ordenamento%20territorial.pdf. Acesso em 30 dez 2007.

MIYAMOTO, Shignoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus: 1995.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957. IN: BERNARDES, Nilo. **Espaço e desenvolvimento desigual**. Publicado em Geóforum, vol, 7, p. 33-41, 1976.

MOORE Thomas. **Cuide de sua alma**. 2. ed. São Paulo: Siciliano: 1994.

MORAES, Antônio C. **Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec: 1982.

MORAES, Antônio C. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec: 1989.

MORAES, M. C. M. **Os “Pós-ismos” e outras querelas ideológicas**. Perspectiva, Florianópolis: NUP/CED: Editora da UFSC, v. 14, n. 25, jan./jun. 1996.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **AMAZONAS**: a divisão da “monstruosidade geográfica”. Tese de Doutorado. USP. 2001.

NORONHA, Marconde Carvalho de. **Geoespaço**: O espaço geográfico do Amazonas. Manaus: Cecil Concorde, 2003.

NUNES, Benedito. **O que é Positivismo**. São Paulo: Ática, 1990

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica, 2003.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Muita terra para pouco índio?** Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, A L.; GRUPIONI, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995

- OLIC, Nelson Bacic. **O jogo do narcotráfico**. São Paulo: Moderna, 1994
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. **O povo e seu território**. São Paulo: Ática, 1990
- _____. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **O interdiscurso construtivo como característica fundamental dos Webrings**. Disponível em <http://www.pontomidia.com.br/raquel/intextoraquelrecuero.pdf>. Acesso em 10 mai. 2007.
- REIS, Arthur C  zar F. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1993
- REIS, Arthur C. F. **Rotina e dinâmica da vida brasileira**. Manaus: Gov. Am, 1965.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a evolu  o e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.
- RUCKERT, Aldomar A. **A política nacional de ordenamento territorial-Brasil: Uma política territorial contemporânea em constru  o**. IX Colóquio Internacional de Geocr  tica Los problemas del mundo actual: Soluciones y alternativas desde La Geografia y L  s Ciências Sociales. Porto Alegre, 28 de mayo – 1 de junio, 2007. Universidade federal do Rio grande do Sul, 2007.
- SANCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografia Política**. Madrid: Editorial Sintesis, 1992.
- SANGUIN, André-Louis (dir.). **La géographie française    l  poque classique (1918-1968)**. Paris: L'Harmattan, 1996. 345 p. p. 79-84. (Coll. "Géographie et cultures").
- SANTOS, Carlos. **Percursos geográficos: rumo    toposofia**. Porto Velho: Funda  o Rio Madeira, 2004.
- SANTOS, Milton et. all. **Terr  rio, territórios**. 2 ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Por uma outra Globaliza  o: do pensamento único    consciência universal**. 11   ed. São. Paulo: Record, 2004.
- _____. *In*: Seabra, Odette; Carvalho, Monica; Leite, Jose Correa. **Terr  rio e sociedade**: entrevista com Milton Santos. Sao Paulo: Perseu Abramo, abr. 2000

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação Ideologia e Contra Ideologia**. São Paulo: Libras, 1986

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1981.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**, Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação do San Tiago Dantas UNESP-UNICAMP-PUC-SP e defendido no Instituto de Filosofia e Ciências Humana na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

SILVA, Marluce Pereira; SERAFIM, Cássio Eduardo Rodrigues. **Interdiscurso e produção de identidade social: As cotas para negros no discurso midiático**. Tese de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interdiscurso/silvaserafim.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2007.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Fronteira globalizada e o meio técnico-científico-informacional**. Porto Velho, dez./2006.

SOUZA, Marcelo José. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.

TEIXEIRA DE FREITAS, R. **Teixeira de Freitas e a sua influência na implementação do Conselho Nacional de Geografia**. In: ENCONTRO Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.